



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Rio de Janeiro, RJ
Dezembro, 2017

1ª Revisão em junho de
2019

GOVERNO DO BRASIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Jair Bolsonaro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Abraham Weintraub

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO- SECADI
Júlio Cesar Meireles de Freitas

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Paulo André Bulhões

DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR
Rodrigo Rosso Marques

COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO
Sara Moitinho da Silva

EDIÇÃO
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES
Rio de Janeiro – Brasil

MEMBROS DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 2016

Ana Regina e Souza Campelo

Dirceu Esdras Teixeira (Coord. Curso EaD)

Joyce Lys Saback Nogueira de Sá

Mário José Missagia Junior (Coord. Curso Presencial)

Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro da Silva

MEMBROS DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 2017

Ana Regina e Souza Campelo

Claudia Pimentel (Coord. Curso Presencial)

Dirceu Esdras Teixeira (Coord. Curso EaD)

Joyce Lys Saback Nogueira de Sá

Maria Dolores Martins da Cunha Coutinho

DOCENTES COLABORADORES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 2016 E 2017

Erica Esch Machado

Elizabeth Serra Oliveira

Maria Inês Castro de Azevedo

Tanya Amara Felipe

Wilma Favorito

MEMBROS DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 2019

Ana Regina e Souza Campelo

José Renato Baptista

Sara Moitinho da Silva (Coordenadora do Curso Presencial)

Tiago Ribeiro da Silva (Coordenador do Curso a Distância)

Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro da Silva

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. HISTÓRICO	8
3. MARCO CONCEITUAL	12
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	24
Objetivo geral	26
Objetivos específicos.....	26
Matriz Curricular Atual (por créditos) de 2017.....	29
Matriz Curricular Antiga (seriada) de 2006.....	30
Equivalências Entre Matrizes Curriculares de 2006 e 2017.....	31
5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	32
6. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	33
7. PERFIL DO EGRESSO	34
8. ESTÁGIO	36
Objetivo Geral do Estágio	38
Objetivos específicos do Estágio	38
Estágios não obrigatórios	39
9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	39
10. INTEGRALIZAÇÃO.....	40
11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	43
12. FORMAS DE INGRESSO	44
13. EMENTÁRIO	49
LIBRAS I.....	49
LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA I - OUVINTES.....	50
LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA I - SURDOS.....	52
ESTUDOS SURDOS.....	53
PEDAGOGOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	54
CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO.....	56
FILOSOFIA E EDUCAÇÃO.....	57
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO I.....	58
LIBRAS II	60
LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA II - OUVINTES.....	62
LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA II - SURDOS.....	64
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO I.....	65
CONCEPÇÕES SOBRE INFÂNCIA	66

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO.....	69
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	70
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO II.....	72
LIBRAS III.....	75
LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA III - OUVINTES	76
LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA III - SURDOS	77
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO II	78
DIDÁTICA.....	80
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO	81
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	84
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	87
LIBRAS IV.....	90
LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA IV - OUVINTES	91
LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA IV - SURDOS	93
EDUCAÇÃO INFANTIL: SABERES E METODOLOGIA.....	94
CURRÍCULO E EDUCAÇÃO.....	95
METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	97
EDUCAÇÃO BILÍNGUE I	101
AVALIAÇÃO	106
LIBRAS V- METODOLOGIA PARA O ENSINO DE LIBRAS.....	108
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - EDUCAÇÃO INFANTIL.....	111
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA.....	114
ARTES E EDUCAÇÃO.....	118
METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA	119
EDUCAÇÃO BILÍNGUE II.....	122
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E PRODUÇÃO ACADÊMICA I.....	125
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS.	127
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADES.....	130
METODOLOGIAS DO ENSINO DE CIÊNCIAS	132
METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA	134
EDUCAÇÃO BILÍNGUE III.....	135
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E PRODUÇÃO ACADÊMICA II	139
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - GESTÃO ESCOLAR	141
GESTÃO EDUCACIONAL I	144
LITERATURA E INFÂNCIA	145
EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	147

REDAÇÃO ACADÊMICA.....	149
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - ESPAÇOS NÃO ESCOLARES.....	150
GESTÃO EDUCACIONAL II.....	152
PEDAGOGIA EM CONTEXTOS NÃO-ESCOLARES.....	153
TCC I - ORIENTAÇÃO.....	155
TCC II - ORIENTAÇÃO/DEFESA.....	156
ANEXO 1 - ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES.....	157

1. APRESENTAÇÃO

Este documento tem a finalidade de tornar público o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos nas modalidades presencial. Inicialmente são apresentados os referenciais históricos da educação de surdos no Brasil a partir da década de 1990, quando se intensificaram as discussões sobre a educação bilíngue para pessoas surdas. Em seguida, são definidas as bases conceituais que orientam o projeto pedagógico do curso, quais sejam, o multilinguismo, a interculturalidade e a educação freiriana.

Na Organização Curricular são definidos princípios, condições de ensino e de aprendizagem e procedimentos a serem observados, conforme as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - licenciatura (Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006).

Como objetivo geral do curso é definido a formação de pedagogas e pedagogos, surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e intercultural, para atuar na área da docência (educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental), na gestão educacional e na educação em espaços não escolares.

Entre os objetivos específicos do curso destaca-se a necessidade de formar pedagogas e pedagogos bilíngues que reconheçam a ação educativa como prática político-social de intervenção e transformação da sociedade; que participem de pesquisas e estudos na área da educação, educação bilíngue, educação intercultural e áreas afins, na perspectiva de uma pluralidade de concepções teóricas.

Este PPC traz ainda a Matriz Curricular, ou seja, as 51 (cinquenta e uma) disciplinas que compõem a formação dos discentes do Curso de Pedagogia do INES. Mostra também o Ementário do Curso, bem como as orientações da migração da Matriz Curricular anterior para a atual.

Fazem parte do presente documento os critérios de avaliação compreendida como processo contínuo que envolve os níveis quantitativo e qualitativo e deve considerar a singularidade linguística da pessoa surda e o direito de usar sua primeira língua (Libras) nos processos avaliativos, conforme legislação vigente.

No Perfil do Egresso são apresentadas as referências de atuação profissional dos

licenciados em Pedagogia Bilíngue aptos para atuarem nas áreas de docência, pesquisa, gestão e educação em espaços não escolares.

Como parte fundamental na formação das pedagogas e pedagogos bilíngues, este PPC apresenta o Estágio Curricular entendido como observação participante nas práticas de docência (Educação Infantil, Ensino Fundamental - 1º. ao 5º. Ano), gestão educacional e educação em espaços não escolares.

Seguindo a legislação vigente, este PPC traz indicações sobre as Atividades Complementares que devem ser realizadas pelos discentes no sentido de enriquecerem sua formação e ampliarem os conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas do curso.

O presente documento faz referência aos objetivos e características do Trabalho de Conclusão de Curso (PCC). Para concluírem o Curso de Pedagogia Bilíngue, pedagogas e pedagogos podem escrever uma monografia, um artigo ou criar um material didático acompanhado de um relatório.

Finalmente este PPC apresenta as ementas das disciplinas.

2. HISTÓRICO

Durante muito tempo, o INES foi a única escola no Brasil a se dedicar à educação das pessoas surdas, recebendo surdos de vários estados brasileiros. Por esta razão, sua importância não se restringe à educação ali implementada, mas está relacionada, também, ao desenvolvimento e à disseminação da língua de sinais aqui usada. Ao concluírem seus estudos, os alunos retornavam a suas comunidades e difundiam essa língua em novos territórios, sendo este um fator importante para a sua unidade.

A década de 1990 marca a intensificação dos debates sobre a educação bilíngue para surdos no Brasil. No INES, além da produção de algumas pesquisas sobre essa modalidade de ensino, foi criado o comitê pró oficialização da Libras. Essa importante década termina com a realização, em Porto Alegre, do V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES/UFRGS). Um dos resultados desse congresso foi a elaboração do documento *A educação que nós surdos queremos* (FENEIS, 1999) em que são elencadas reivindicações relacionadas às políticas e práticas educacionais para surdos; à

comunidade, cultura e identidades surdas; à formação de profissionais surdos e, de modo especial, ao reconhecimento da Libras.

Esses movimentos sociais, unindo pessoas surdas, pesquisadores de universidades, professores da educação básica e familiares tiveram como principal consequência o reconhecimento da Libras como língua em 24 de abril de 2002. Posteriormente, essa lei foi regulamentada pelo decreto 5626/05 que, entre outras conquistas, garantiu a obrigatoriedade da disciplina de Libras em todos os cursos de licenciatura e a oferta de cursos para a formação de professores de Libras em graduações em Letras/Libras ou Pedagogia numa perspectiva bilíngue.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, ao longo da sua trajetória, vem afirmando seu compromisso com a formação docente na área da educação de surdos. É importante resgatar a origem do Curso de Pedagogia do INES, que nasce da iniciativa de implementação do Curso Normal Superior numa perspectiva bilíngue. A solicitação ao Ministério da Educação para o Curso de Pedagogia na modalidade de licenciatura (processo 200410004112) data de 21 de Outubro de 2004. Essa ação estava prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quadriênio 2004-2008. O decreto nº 5159/04 definiu, pela primeira vez, como competência do INES a oferta de Educação Superior nos seguintes termos:

Art. 35, inciso V - promover a educação de deficientes auditivos, por meio de sua manutenção como órgão de educação básica e de *educação superior*, visando garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas surdas, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico na área de deficiência auditiva (grifos nossos).

Por determinação do Ofício 2122/2005-MEC/SESu/DESUP/CAP, o curso foi, inicialmente, concebido como Normal Superior, segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE nº 133/2001; Resolução CNE/CP nº 1/2002). Em 18 de agosto de 2005, foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº 2830 de 17 de agosto de 2005 que homologou o PDI do INES (2004-2008), autorizando a instituição a ofertar o Curso Normal Superior - Licenciatura - com vistas a formar, em uma perspectiva bilíngue, professores/as para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Essa portaria aprovou ainda o regimento do INES, que previa a criação do Instituto Superior Bilíngue de Educação (ISBE) como unidade acadêmica específica.

Em Maio de 2006, começou efetivamente a funcionar o Curso Normal Superior Bilíngue do INES, com duas turmas de 30 estudantes cada, nos turnos diurno e noturno. Em seguida, de acordo com as recomendações das Diretrizes Nacionais de Pedagogia (pareceres CNE/CP 3/2005 e 5/2005 e Resolução CNE/CP de 1/2006), o Curso se transformou em Curso Bilíngue de Pedagogia com Licenciatura Plena em Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio. Em sua Matriz Curricular, afirma-se um forte compromisso na formação de pedagogos surdos e ouvintes com ênfase na educação bilíngue Libras/Português. Tal Matriz Curricular articula-se com o decreto nº 6.320/07, Art. 36, inciso VII que redefiniu os termos de competência do INES para ofertar o Ensino Superior: “promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nas áreas de prevenção da surdez, avaliação dos métodos e técnicas utilizados e desenvolvimento de recursos didáticos, visando à melhoria da qualidade do atendimento da pessoa surda”. Essa tarefa, conforme o ainda atual Regimento Interno do INES (Portaria Ministerial nº 323, de 8 de abril de 2009) coube ao Departamento de Ensino Superior – DESU.

Em maio de 2011, realizou-se a visita de avaliadores *ad hoc*. Nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e das Diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), após a aplicação do Instrumento de Avaliação para Reconhecimento de Curso de Pedagogia, o curso recebeu o grau “3”, que assegurou o seu reconhecimento. Desse modo, o INES concretizou fundamental experiência de Educação Superior em contexto bilíngue da América Latina.

Em 2013, o INES foi escolhido pelo MEC para implementar uma das ações de formação de professores no âmbito do *Plano Viver sem Limite* (Decreto Nº 7.612 de 17/11/2011), a saber, o Curso Bilíngue de Pedagogia na modalidade EaD. Para fazer frente a essa missão, a gestão do DESU articulou-se com pesquisadores da área da educação de surdos, vinculados a diferentes instituições públicas de ensino superior do Brasil. Essa discussão, que envolveu também os profissionais do DESU, culminou com uma proposta de PPC, que não chegou a ser homologada, provocando mudanças na matriz curricular do curso presencial e que serão detalhadas aqui. Para viabilizar a implementação do curso na

modalidade EaD, foram estabelecidas parcerias com instituições do Ensino Superior que, além do INES, sediarão os polos de apoio presencial para a implementação do curso de Pedagogia Licenciatura EaD.

Ainda na perspectiva de fortalecer o Curso de Pedagogia na modalidade presencial e possibilitar a concretização da modalidade EaD, o INES foi autorizado a realizar concurso com 40 vagas para docentes do magistério superior, 40 vagas para tradutores-intérpretes de Libras e 10 vagas para assistentes administrativos. A partir do ingresso dos novos servidores, foi criado o Núcleo de Educação Online – NEO¹, com a finalidade de viabilizar o processo de implantação do Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD) na perspectiva bilíngue.

Em 2015, a partir do PPC de 2013, foi elaborado um novo documento que entrou em vigor no mesmo ano, orientando a modalidade EaD. A inserção de disciplinas como Educação Bilíngue, Estudos Surdos, Libras, Língua Portuguesa (como primeira e segunda língua), entre outras, imprimem um diferencial a este curso. Em 2016, ampliou-se a discussão dessa proposta no Núcleo Docente Estruturante – NDE – culminando com a atual proposta para o presencial que ora apresentamos.

Em 2017, o curso de pedagogia do INES foi avaliado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. Após visita ao curso e levando em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente, a comissão avaliadora deu nota quatro (4), tanto para a modalidade à distancia como para a presencial, compatível com um curso ótima qualidade. A nota atribuída vai de 1 a 5 e se refere às dimensões: didático pedagógicas, docentes e de infraestrutura.

O SINAES reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições. É importante zelar pelos bons resultados nos exames nacionais, pois isso garante novos investimentos e auxílio para a permanência dos estudantes no curso.

¹ Portaria nº 81 publicada no DOU de 25 de março de 2015.

3. MARCO CONCEITUAL

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do INES considera vital que cursos de formação de professores dialoguem com a realidade multilíngue do país, tornando os futuros docentes capazes de produzirem práticas pedagógicas culturalmente sensíveis à grande diversidade linguística brasileira. Desse modo, o currículo do Curso de Pedagogia se compromete com essa visão em diferentes disciplinas e processos formativos, assumindo as seguintes perspectivas do bilinguismo, multilinguismo, numa abordagem intercultural e de educação freiriana.

Pode-se afirmar que a proposição de uma educação bilíngue para surdos e seus desdobramentos político- pedagógicos ainda são um fato novo no cenário educacional brasileiro. Há cerca de três décadas apenas, uma nova concepção de educação de surdos vem sendo considerada no universo das políticas públicas brasileiras em virtude da pressão dos movimentos sociais de surdos e da crescente produção de pesquisas, sobretudo nas áreas da linguística, linguística aplicada e educação. Entretanto, dado o crescente e desejável aumento de estudantes surdos nas redes regulares de ensino, além da forte demanda ainda não atendida satisfatoriamente por docentes capacitados para atuarem com alunos surdos são necessárias mais ações que promovam a formação de professores bilíngues (Libras- Língua Portuguesa).

A partir do decreto 5626/2005, que em seu artigo terceiros prevê que Língua Brasileira de Sinais - Libras “deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior” uma série de conquistas passam a ser asseguradas, notadamente: inclusão da Libras como disciplina obrigatória em cursos de formação de professores; formação de professores de Libras e de tradutores e intérpretes de Libras nos cursos de Letras-Libras; exame nacional para certificação da proficiência linguística em Libras, o PROLIBRAS para a docência e para a tradução e interpretação da Libras; a recomendação de que a Libras e o português escrito sejam as línguas de instrução nos contextos escolares e acadêmicos em que haja alunos surdos.

A despeito do avanço proporcionado pela legislação, ainda há um longo caminho em direção à constituição de novos modos de representação desvinculados da tradicional

concepção terapêutica da surdez e dos surdos. Resignificar os sujeitos surdos como bilíngues implica um deslocamento bastante complexo: trata-se de passar a ver brasileiros natos como usuários de outro sistema linguístico, de outra discursividade bastante diferente da língua portuguesa. Somando-se a essa diferença linguística o fato de que a maioria dos surdos nascem em famílias ouvintes não usuárias de Libras, compreende-se que os surdos precisam de modo crucial do mundo escolar para adquirirem uma língua mais acessível à constituição de suas subjetividades e identidades que em geral é a língua de sinais. Dessa forma, a formação dos futuros pedagogos deve partir do compromisso com as instituições escolares de promover projetos de aquisição de primeira língua dos surdos que é a língua de sinais. Ou seja, ao espaço escolar também caberá propiciar a aquisição da Libras e educação linguística, além dos conteúdos curriculares da educação formal.

O direito a ser educado em uma língua preferencial e patrimonial das comunidades surdas brasileiras é *apenas* o primeiro passo em direção à criação de uma política linguística que ofereça condições para que os/as surdos possam desenvolver suas potencialidades referentes à aquisição de uma primeira língua, à identidade com seus pares, à participação no debate linguístico e educacional, à vida comunitária e ao desenvolvimento de processos específicos de aprendizagem e produção cultural construídos histórica e socialmente por comunidades surdas brasileiras.

Diversos pesquisadores brasileiros, surdos e ouvintes, têm se dedicado à discussão de programas de educação bilíngue para surdos (Felipe, 1989, 1997, 1998, 2006, 2011; Fernandes, 1999, 2003, 2009; Finau, 2006; Favorito, 2006; Quadros, 1997; Skliar, 1998, 1999, Taveira, 2014, Coutinho, 2015). As pesquisas apontam para a necessidade de que a Língua Brasileira de Sinais seja garantida como primeira língua “desde a educação infantil, oportunizando tanto a interação verbal necessária à ampliação dos círculos sociais das crianças surdas, como a efetivação da comunicação simbólica, pressuposto ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores, próprias da consciência humana” (Fernandes e Moreira, 2009).

Como argumenta Fernandes (2009), o Brasil passa por um momento de transição, em que os projetos de educação bilíngue ainda não se consolidaram nos sistemas de ensino e a geração de estudantes surdos matriculados na educação básica, mais notadamente a partir da década de 1990 (justamente pelo reconhecimento legal de sua diferença

linguística) assume características específicas. Esse grupo de estudantes tem sua trajetória escolar pautada em paradigmas contraditórios, ora os tratando como “deficientes”, ora reconhecendo-os como grupo cultural.

Analisando criticamente as práticas educacionais em curso no recente campo da educação bilíngue para surdos/as, diversos/as autores alertam para a produção de uma perigosa equivalência entre o uso da língua oral e a capacidade de se apropriar dos conhecimentos. Tal equivalência endossa a visão segundo a qual a Libras é insuficiente para que se possa construir saberes, ou seja, para que se possa aprender, corroborando, portanto, a perspectiva medicalizada da surdez (Favorito, 2006).

A rigor, a educação bilíngue para surdos não pode se restringir à simples circulação de duas línguas nas salas de aula. Embora a entrada da língua de sinais nos contextos escolares como língua de comunicação e de instrução seja fundamental, isto não basta para se caracterizar e definir um projeto pedagógico como educação bilíngue. Assumir uma língua minoritária com algumas funções no universo escolar e acadêmico é um passo importante, porém há uma série de ações a serem implementadas para que, de fato, uma língua não majoritária, como a Libras, possa se legitimar como língua do currículo.

Enfatizando que a educação bilíngue não se confunde com nem se limita à mera constatação de que os surdos devem ser expostos a duas línguas, um projeto de educação bilíngue para surdos deveria partir do reconhecimento político da surdez como diferença (Skliar, 1999). Para Skutnabb-Kangas (1995), a questão também não é simplesmente discutir em qual língua deve se dar a instrução de crianças de minoria, mas “sob que condições a instrução em primeira língua ou segunda língua, respectivamente, leva a altos níveis de bilinguismo” (op. cit., p. 48). Para responder à questão assim recolocada, a autora examina o que chama de fatores decisivos que garantem ou impedem o sucesso escolar das crianças de minoria. Tais fatores estão relacionados ao tipo de programa de educação bilíngue proposto. Em sua análise dos quatro tipos de programas fartamente citados e analisados na literatura (Grosjean, 1982; Romaine, 1989; Wolfson, 1989; Obondo, 1994; Garcia & Baker, 1995), ela apresenta as seguintes considerações:

- Os programas de segregação operam com a dominância de uma L1: se essa L1 é a língua majoritária, o objetivo é forçar a assimilação das minorias e se a L1 é a língua de uma minoria (em geral mal ensinada) o objetivo é

influenciar a repatriação (como, por exemplo, os turcos na Alemanha).

- Os programas de submersão marcados pelo bordão “afunda ou nada”, em que as crianças são diretamente colocadas em salas de aula regulares (na mesma sala há falantes nativos da língua de instrução e crianças para as quais a língua de instrução é uma segunda língua), são os mais comuns para minorias e grupos indígenas.
- Os programas de transição, em que a língua de instrução é inicialmente a língua da minoria que, ao longo do processo escolar, vai sendo gradualmente substituída pela língua majoritária até que a criança seja absorvida pelo sistema regular e que são simplesmente uma versão mais sofisticada da submersão direta.
- Os programas de manutenção que são caracterizados por utilizarem a primeira língua dos alunos como língua de instrução, enquanto a língua majoritária é ensinada como segunda língua. O objetivo é o bilinguismo e a integração.

Os três primeiros programas claramente objetivam manter o grupo numa posição subordinada, sem poder. Nos programas de submersão, os professores são monolíngues e não entendem a língua materna dos alunos de minoria. Nesse caso, seria melhor um professor bilíngue sem qualquer treinamento do que um monolíngue bem treinado, pois, principalmente “em relação às crianças pequenas, é quase criminoso, tortura psicológica, usar professores monolíngues que não entendem o que a criança tem a dizer em sua língua materna” (Skutnabb-Kangas, 1995, p. 50). Situação semelhante ocorre no Brasil, no sistema público de ensino, em relação aos/às surdos/as incluídos em escolas regulares: a imensa maioria dos professores não conhece a Libras ou apresenta fluência insatisfatória nessa língua (Felipe, 2011, 2012, 2015).

Embora, na ótica de Skutnabb-Kangas, seja possível reconhecer como positivas algumas práticas utilizadas nesses programas – tais como: aulas adicionais de segunda língua (língua majoritária), aprendizagem por crianças e professores/as da maioria acerca das culturas de minorias e o desenvolvimento das línguas maternas das crianças de minoria nos programas de manutenção –, esses recursos não são suficientes para garantir o sucesso dos/as estudantes surdos/as na escola.

A questão crucial é que as crianças de minorias, em todos esses programas existentes, na grande parte dos países, continuam sendo olhadas como deficientes, como sujeitos a quem falta algo e o principal objetivo educacional é que a criança supere suas “deficiências”. Isto é, o ensino voltado para minorias (e também os programas de formação de docentes) se baseia, em geral, em teorias de *déficit* (deficiência de aprendizagem da L2, deficiência social gerada pela pobreza, deficiência cultural – *backgrounds* culturais diferentes do da maioria, e às vezes deficiência na língua materna afetando a autoestima).

Em decorrência dessa estigmatização, as crianças são colocadas em um círculo vicioso (Romaine, 1989). Como as escolas falham em dar suporte à primeira língua dos alunos, suas habilidades nessa língua podem ser frequentemente pobres, como é o caso de muitos surdos que, oriundos de lares ouvintes, não tiveram a chance de conviver com seus pares. Nesse caso, à escola caberia oferecer um ambiente linguístico que lhes proporcionasse aquisição e fortalecimento da primeira língua. Assim, ao mesmo tempo em que não progredem na língua majoritária – a língua do currículo –, as crianças são classificadas como semilíngues (Romaine, 1989). Essa situação, com frequência, reforça o argumento de que o bilinguismo impede o desenvolvimento na L2 e acaba por legitimar a opressão sobre a L1 do aluno.

Não por acaso, comenta Romaine (1989), o termo semilíngue emerge ligado ao estudo das habilidades linguísticas de minorias étnicas e, portanto, como a autora sublinha, está carregado de conotação pejorativa, sempre empregado com referência a uma suposta competência completa em uma língua ou outra, isto é, a um suposto falante monolíngue ideal. A concepção de semilíngue segue a metáfora do contêiner (completo ou parcialmente preenchido) e, quando relacionada a crianças, essas são vistas como mini-adultos ou uma versão menor dos adultos. Tal metáfora faz alusão a uma forma de se compreender a aquisição da língua não como um processo de construção. Partindo-se do pressuposto da existência de um falante ideal ou padrão, compreende-se que tal aquisição só ocorria, portanto, quando o “contêiner” estivesse completamente cheio.

A ideia de bilinguismo equilibrado, por sua vez, também se apresenta ligada à metáfora do contêiner, correspondendo, a rigor, a um duplo semilíngue. A literatura da área já comprovou que os bilíngues fazem usos variados e até misturados de ambas as línguas. A concepção atual de sujeito bilíngue opera com a noção de *continuum* em que o usuário de uma determinada língua ora se localiza melhor numa língua, ora noutra a

depender de inúmeros fatores, tais como: contexto de uso das línguas; fatores emocionais; relações de poder etc.

A educação voltada para minorias, no entanto, continua marcada por racismo e lingüicismo (Skutnabb Kangas, 1994; 1995) A questão não é de ordem linguística e sim de relações de poder na sociedade. Para Hyltenstam (1994), são as relações de poder que constituem o principal critério para se definir língua de maioria e língua de minoria. Em geral, o grupo de pessoas que fala uma língua de minoria reflete o domínio de um outro grupo mais poderoso, podendo-se estabelecer um *continuum* que começa com um estado de proibição, forçando o grupo linguístico minoritário à assimilação pela língua dominante, prossegue pela via da tolerância e segue para uma condição de língua promovida social e educacionalmente. Entretanto, em que ponto do *continuum* cada língua vai se situar depende de uma série de circunstâncias políticas, sociais, da própria capacidade de coesão e luta dos grupos minoritários, ou seja, do jogo de relações de força e de poder constituídos nas sociedades e refletido nos direitos alcançados pelas línguas como marcas representativas, simbólicas do quanto valem seus usuários em cada mercado linguístico.

Em muitos casos, a principal motivação para a educação bilíngue vem da ideia de compensar desvantagem educacional e econômica e, em geral, o que se verifica é precariedade no financiamento aos programas educacionais, pesquisa insuficiente, falta de professores treinados, carência de materiais didáticos específicos e, principalmente, falta de consenso em relação aos seus objetivos em função de diferentes enfoques ideológicos tanto em nível político quanto educacional (Wolfson, 1989).

Como defende Cummins (1995, p. 63), a educação bilíngue é uma questão política e as mudanças requeridas para reverter o padrão de fracasso escolar dos grupos de minoria linguística são essencialmente mudanças políticas porque elas envolvem mudanças nas relações de poder entre grupos dominantes e grupos dominados – especificamente no modo como educadores, enquanto representantes das instituições do grupo dominante, se relacionam com os estudantes de minoria linguística e suas comunidades.

Portanto, a partir dessas reflexões sobre a língua na sociedade, pode-se dizer que as comunidades surdas brasileiras e em outros países, que se aut caracterizam enquanto comunidades surdas, são grupos com identidade cultural que partilham crenças e valores comuns e, em seu *modis vivendis*, sua língua preferencial, enquanto patrimônio histórico-

social, está em uma situação diglôssica, sendo considerada uma língua de uma minoria linguística, de menor prestígio e o português, no caso do Brasil, lhes é imposto como língua majoritária (Felipe, 2012).

É possível, portanto, afirmar o quanto é complexo o contexto da discussão e das práticas pedagógicas em que se insere o debate e a implementação de projetos de educação bilíngue para surdos/as. Atravessamos um período de transição em que, de um lado, temos uma legislação favorável à implementação da educação bilíngue para surdos no Brasil e, de outro, há todo um conjunto de ações que precisam ser mobilizadas a fim de que tal projeto seja de fato significativo para aqueles que se beneficiarão diretamente das medidas a serem acionadas. Faz parte desse conjunto de ações: o comprometimento das escolas e das instituições de formação de professores/as com a reflexão e com a execução de projetos que garantam a valorização da língua de sinais como língua de instrução e de produção de conhecimentos, a inclusão da língua de sinais como L1 nos currículos desde a educação infantil ao Ensino Médio e produção de material didático para o ensino-aprendizagem dessa língua com L1 e L2, o desenvolvimento de projetos de ensino de LP como L2 para surdos/as, a criação de materiais didáticos em todas as disciplinas que atentem para o processamento visual da informação, o desenvolvimento de pesquisas sobre as especificidades de aprendizes surdos no que se refere a seus processos de construção de conhecimento e a incorporação dos/as próprios/as surdos/as no debate educacional. Com esses compromissos em mente, o Curso de Pedagogia pretende contribuir para a ampliação da oferta de cursos de formação de professores/as voltados/as ao atendimento de estudantes surdos/as que reflitam e possam tratar os grandes temas pedagógicos inerentes às suas especificidades culturais e linguísticas.

Pensar as diferenças surdas no âmbito da formação de professores surdos e ouvintes envolve refletir sobre: acesso à informação; políticas de aquisição de L1; expansão e legitimação da Libras como língua de cultura (preferencial, patrimonial), de produção de conhecimentos; currículo e didáticas de Libras como L1 e como L2; currículo e didáticas de português como L2; produções e processos culturais dos surdos e didáticas das diferentes disciplinas baseadas nesses processos; educação bilíngue para surdos em articulação com as questões já estudadas sobre educação bilíngue para minorias e/ou contextos politicamente minoritarizados (Cavalcanti, 1999).

Nessa perspectiva, este projeto assume também a abordagem intercultural

(Candau, 2008, p. 51) no que tange à forma através da qual se compreende a relação entre diferentes culturas e no que se refere à ótica que orienta o fazer pedagógico. Essa visão tem como características: “a promoção deliberada da inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade”; “a concepção das culturas em contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução”; “afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras”; “a consciência dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais”, e a importância de não se “desvincular as questões da diferença e da desigualdade presentes hoje de modo particularmente conflitivo, tanto no plano mundial quanto em cada sociedade” (ibid, p. 51-52).

A abordagem intercultural vai ao encontro do multiculturalismo crítico defendido por McLaren (1997), que defende o pressuposto de que tal multiculturalismo precisa ser situado dentro do campo da política de transformação, sob pena de se configurar apenas como um modelo de adequação ao *status quo*. Segundo Candau (ibid, p. 51), o multiculturalismo crítico “entende as representações de raça, gênero e classe [e das línguas] como produto das lutas sociais sobre signos e significações”. Enfoca “a transformação das relações sociais, culturais e institucionais em que os significados são gerados”. Opõe-se, portanto, a compreender cultura como um elemento “não-conflitivo”, já que seu compromisso é com a democracia e a justiça social.

O multiculturalismo revolucionário não se limita a transformar a atitude discriminatória, mas é dedicado a reconstituir as estruturas profundas da economia política, da cultura e do poder nos arranjos sociais contemporâneos. Ele não significa reformar a democracia capitalista, mas transformá-la, cortando suas articulações e reconstruindo a ordem social do ponto de vista dos oprimidos (McLaren, 2000, p. 284).

Tal visão crítica parte da ideia de que os espaços educativos não podem ser considerados “meramente como espaços instrucionais, mas devem ser vistos como locais onde a cultura, o poder e o conhecimento estão juntos para produzir identidades, narrativas e práticas sociais particulares” (Giroux, 2003, p. 95). Nota-se, pois, que, no campo do debate sobre os estudos surdos, o multiculturalismo crítico oferece suporte para a superação do modelo de medicalização, patologização e normatização, o qual desconsidera a comunidade surda, a sua língua, as identidades surdas, as experiências

visuais, gerando um processo de opressão. Dentro dessa lógica, os/as surdos/as são vistos/as somente a partir de seus “traços negativos, percebidos[as] como exemplos de um desvio de normalidade, no pior dos casos, ou de uma certa diversidade, no melhor dos casos” (Skliar, 2013, p. 12). E aqui, ao tomar a surdez numa ótica política, torna-se importante distinguir “diversidade” e “diferença”. Para Bhabha (2007, p. 63), a diversidade, ao reconhecer “conteúdos e costumes culturais pós-dados” e manter-se num “enquadramento temporal relativista”, acaba por se situar dentro das noções liberais de multiculturalismo. O autor esclarece que “diversidade cultural” é “a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única” (ibid, p. 53). Isso significa que a diversidade forja um falso consenso de que a normalidade contém os diversos, embaçando e mascarando as relações etnocêntricas. Já a “diferença”, tal como indica McLaren (1997), precisa ser compreendida como o resultado de uma produção histórica e social, e não como mera textualidade. Nesse sentido, importa desnudar as relações de poder, os privilégios e as hierarquias das opressões no contexto da educação de surdos/as.

Na obra “Pedagogia do Oprimido”, Freire(1983) discute o processo de opressão que denomina de educação bancária e propõe a pedagogia dialógica. Embora o autor não faça referência ao/à surdo/a especificamente, o debate que empreende ajuda na problematização desta questão. A crítica feita à “educação bancária” revela seu caráter “narrador” e “dissertador”, o qual desconsidera as percepções do educando, reificando-o, na medida em que o toma como “coisa” a ser manipulada, como vaso a ser preenchido, e não como sujeito. Na realidade do/a surdo/a, esse problema se revela através do “ouvintismo” como ideologia dominante que faz com que o surdo tenha que se olhar e se anunciar como se fosse um ouvinte.

A “educação bancária” anula ou minimiza o poder criador dos educandos, contribuindo para sua ingenuidade e não para sua criatividade (Freire, 1983, p. 69). Os opressores têm seu objetivo alcançado já que a ordem das coisas permanece. O “humanitarismo” dos opressores, e não o humanismo, “está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade (...)” (ibid). Essa situação é muito comum na educação de surdos/as; o estudo da história desses sujeitos revela que “a atividade missionária e o auxílio caridoso são encorajados

como respostas moralmente legítimas” (Wrigley, 1996, p. 16). A esse respeito, Skliar (2013, p. 16) ressalta que a transformação de instituições educativas em “territórios médico-hospitalares” foi uma das causas do que denomina de “holocausto linguístico, cognitivo e cultural” que vivenciaram os/as surdos/as, situação que pode ser comparada àquela que viveram outros grupos oprimidos.

Freire (1983, p. 69) salienta que os oprimidos, chamados simpaticamente de “assistidos”, são vistos como “casos individuais”, simples “marginalizados” da sociedade justa e organizada da qual se discrepam. O estudioso, então, conclui que, na concepção conservadora, os oprimidos “são patologia da sociedade sã, que precisa, por isto mesmo, ajustá-los a ela, mudando-lhes a mentalidade de homens ineptos e preguiçosos” (ibid) – ou, no caso dos/as surdos/as, de indivíduos deficientes, em geral, marcados por uma suposta ausência. A solução seria, pois, reincorporá-los à sociedade sadia, conforme inspira o multiculturalismo assimilacionista². Contudo, Freire rejeita essa concepção de sociedade sem contradições e, desse modo, recusa a ideia de que há “marginalizados”, já que os oprimidos nunca estiveram *fora* da sociedade, sempre estiveram *dentro* de um organismo que os transmuta em “seres para outro” (ibid, p. 70).

Todavia, esse processo de opressão não se dá sem resistências. Os movimentos sociais engendrados pelos/as surdos/as buscam afirmar a concepção sócio antropológica da surdez, a qual percebe o/a surdo/a como sujeito histórico. Tal concepção compreende “a surdez como uma experiência visual, ou seja, como uma maneira específica de se construir a realidade histórica, política, social e cultural” (Rodrigues, 2008, p. 60). A surdez é entendida como diferença e não como uma deficiência.

Vale lembrar que, em Freire, o tema da diferença está articulado ao compromisso do ser humano com a humanização do mundo. O reconhecimento e o respeito à diferença englobam, no prisma freiriano, a abertura para um diálogo mais amplo, que deve ser percebido em sua dimensão intercultural. “Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não pode se dar” (Freire, 1996, p. 136). Essa interpretação se coaduna com a concepção sócio antropológica, já que ressalta a exigência ontológica do

²De acordo com Candau (2008, p. 50), uma política assimilacionista, no caso da educação, assim se configura: promove-se uma política de universalização da escolarização, todos são chamados a participar do sistema escolar, mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural presente na sua dinâmica, tanto no que se refere aos conteúdos do currículo quanto às relações entre os diferentes atores, às estratégias utilizadas nas salas de aula, aos valores privilegiados etc. Simplesmente os que não tinham acesso a esses bens e a essas instituições são incluídos nelas tal como elas são. Essa posição defende o projeto de construir uma cultura comum e, em nome dele, deslegitima dialetos, saberes, línguas, crenças, valores “diferentes”, pertencentes aos grupos subordinados, considerados inferiores explícita ou implicitamente” .

direito de ser e de produzir diferença. Os/as surdos/as formam uma comunidade linguística minoritária caracterizada por compartilhar uma língua de sinais e valores culturais, hábitos e modo de socialização próprios. A língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituírem-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências linguística e comunicativa – e cognitiva – por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade de surdos [...] a língua de sinais anula a deficiência linguística, consequência da surdez, e permite que os surdos constituam, então, uma comunidade linguística minoritária diferente e não um desvio da normalidade (Skliar, 1997, p.141).

Como entre os princípios da proposta de educação freiriana destaca-se o pressuposto da autonomia dos/as estudantes, entendido como um processo de construção da responsabilização ética dos sujeitos enquanto sujeitos sociais é possível fazer uma apropriação para o campo da educação de surdos de forma a perceber o protagonismo dos estudantes e sua representatividade na construção de uma pedagogia que contemple seus direitos. É na relação social que a autonomia dos educandos se manifesta. “Ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a produção ou construção” (Freire, 1996, p. 52).

A temática da autonomia do educando ganhou centralidade nos pensadores e na educação moderna e ganha em Paulo Freire um sentido sócio-político-pedagógico: autonomia é a condição sócio histórica de um povo ou pessoa que tenha se libertado, se emancipado, das opressões que restringem ou anulam sua liberdade de determinação. E conquistar a própria autonomia implica, para Freire, libertação das estruturas opressoras. "A libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela *práxis* de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela" (Freire, 1983, p. 32).

O conceito de autonomia na educação dos sujeitos surdos tem sua centralidade no investimento de potencializar as lutas coletivas desse grupo social, criando condições de socializar, em língua de sinais, os conhecimentos produzidos pela humanidade, entendendo que autonomia é sempre relativa e mantida pelos processos coletivos de organização social. Mormente, Freire nos instiga a ampliar e a diversificar as fontes legítimas de saberes e protagonizar a coerência entre o “saber-fazer e o saber-ser-

pedagógicos”, afirmando a prática docente enquanto dimensão social da formação humana”. Freire afirma que educar exige criticidade.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante (Freire, 1996, p. 22).

Por isso, é que, na formação permanente dos pedagogos e professores, um dos momentos fundamentais é o da reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Combatendo o mal-estar que vem sendo produzido pela ética do mercado, Freire afirma a solidariedade enquanto compromisso histórico de homens e mulheres, como uma forma de reafirmar nossa capacidade de promover e instaurar a “ética universal do ser humano”. Isto posto, este projeto pretende reafirmar os princípios da autonomia, da solidariedade, da ética universal, da criticidade no processo de formação de pedagogos numa perspectiva bilíngue e intercultural, sendo seus objetivos apresentados a seguir.

Partindo da visão sócio antropológica e, portanto, intercultural, este PPC reconhece a variedade linguística do país e assume uma postura linguística “aditiva”, a qual, ao contrário da postura assimilacionista (linguística e cultural) e da postura monocultural, considera que há vantagens – não somente linguísticas, mas políticas, sociais e culturais – na adoção de diferentes línguas.

Isso significa adotar uma perspectiva bilíngue, o que “implica mudanças na arquitetura, nos espaços, nas formas de interação, nas formações dos professores bilíngues, de professores surdos e de intérpretes de língua de sinais” (Quadros, 2005, p. 31). Percebe-se, pois, que a organização de um curso de pedagogia bilíngue supõe muito mais do que a utilização de duas línguas. Trata-se de um posicionamento político-pedagógico que deve permear o planejamento, a organização pedagógica, a metodologia do/no ensino superior, o currículo e a avaliação do curso.

Portanto, a surdez é entendida não como a presença de uma deficiência, mas como uma característica de ordem cultural e linguística dos surdos (Wrigley, 1996). No campo legal, o próprio Decreto nº 5626/05 destaca, em seu artigo 2º, que o surdo “compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2015).

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Guardadas as especificidades da organização do atual currículo, foram tomadas em consideração tanto experiências relativas ao Curso de Pedagogia do INES, implementado em 2006, quanto as contribuições oriundas do processo de elaboração do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade on-line do INES de 2015. Cabe ressaltar que, em substância, posicionamentos cruciais fundamentaram-se no curso presencial do INES em seu PPC 2006, de modo que no atual currículo percebe-se a interdisciplinaridade e os objetivos baseados nos princípios de **integração, trabalho e acordo coletivo, autonomia, cooperação e solidariedade**. Acredita-se que esses princípios garantem alta qualidade para um currículo, por mobilizarem processos formativos flexíveis e reduzirem isolamentos entre participantes, tornando, portanto, mais fértil a trajetória de formação básica do pedagogo.

Em concordância com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006), em especial ao exposto em seu Artigo 6º, que recomenda a priorização de Núcleos de Estudos Básicos, de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e de Estudos Integradores, assim como com a resolução n° 2, de 1º de julho de 2015, em seu capítulo V, Artigo 3º da formação inicial do magistério da educação básica em nível superior: estrutura e currículo, que garante, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência, pensou-se também em como encontrar possíveis respostas e soluções para a indesejável cisão entre o pensar e o fazer.

Contemporaneamente, em todos os seus diversificados níveis, a própria Educação escolar é vista como amplo processo e os sujeitos de suas ações como participantes social, histórica e culturalmente situados (Silva, 1999)³. Essa ótica deve, pois, necessariamente iluminar fundamentos e concepções também de um Curso de Pedagogia. Deverá prestar-se, inclusive, como fio condutor para que um Curso dessa natureza dinamize uma articulação entre seus múltiplos conteúdos, também qualificando, assim, uma indispensável interdisciplinaridade. Sendo assim, o Curso de Pedagogia deve estar

³ Silva, T. Tadeu (org.) Documentos de Identidade - Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

assentado sobre alguns pontos centrais: a relação indissolúvel teoria – prática, uma ampla fundamentação teórica, o compromisso social do profissional formado com a escola pública e a democratização da educação, a ênfase no trabalho coletivo e interdisciplinar, a construção social da individualidade e o desenvolvimento da sensibilidade. No caso específico do Curso de Pedagogia do INES, faz-se necessário ainda a construção de saberes pedagógicos sobre a educação de surdos, o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais e a possibilidade de atuação em espaços educativos não escolares.

A mudança de matriz curricular proposta neste Projeto Pedagógico visa permitir a formação do futuro pedagogo bilíngue, o que inclui um aprofundamento do conhecimento de sua primeira língua – Português e/ou LIBRAS – e também o desenvolvimento de sua segunda língua, preparando-o, dessa maneira, para o desafio de ensino nestes dois idiomas e para a necessidade de elaborar atividades pedagógicas e materiais didáticos bilíngues. A matriz curricular se embasa em duas dimensões:

- **Dimensão epistemológica:** relativa ao desenvolvimento do pensamento científico do pedagogo, buscado pela via de disciplinas fundadas em diferentes ciências que integram o currículo e que explicam ou elucidam o processo educativo no que tange a sociedade e o educando;
- **Dimensão do trabalho educativo:** relativa à compreensão do fazer pedagógico dos espaços escolares e não escolares em todas as relações nele implicadas (relações entre aluno / saberes / professor / escola / sociedade) em múltiplas perspectivas (psicopedagógica, antropológica, sócio- política, ética).

Além dessas duas dimensões fundantes, a proposta pedagógica segue princípios epistemológicos básicos na abordagem das disciplinas. Estes princípios abrem a perspectiva de compreensão da natureza do objeto e do processo do conhecimento em cada uma das ciências do currículo, bem como das ciências que, epistemologicamente, sustentam a compreensão do processo educativo escolar. São três os princípios epistemológicos norteadores:

- O princípio da historicidade vista como característica das ciências. O licenciando deverá perceber que o conhecimento se desenvolve num determinado contexto histórico/social e, por isso, está sujeito a suas determinações. Como um processo, consubstancia-se num "continuum",

onde os avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições históricas em que as ciências são construídas.

- O princípio da construção que leva o [futuro] pedagogo a perceber que as ciências não "estão prontas", mas resultam de um processo de construção contínua que se estabelece no e por meio do conjunto das relações homem/homem e homem/natureza. Essas relações, por serem construídas num contexto historicamente determinado, jamais serão lineares e homogêneas.
- O princípio da diversidade que expressa tanto a relatividade na compreensão dos fenômenos humanos, sociais e naturais por parte de grupos sociais, comunidades e povos em suas relações e contextos sócio históricos, quanto a necessidade da dialogicidade como característica humana, na busca da compreensão do mundo e de sua própria ação.

Os princípios dinamizadores são decorrentes da postura epistemológica assumida pelo curso e expressam a decisão metodológica de desenvolver o processo da formação com base na experiência profissional dos licenciandos.

OBJETIVO GERAL

Formar pedagogas e pedagogos, surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e intercultural, para atuar na área da docência (educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental), na gestão educacional e na educação em espaços não escolares.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A partir do objetivo geral, o Curso de Pedagogia-Licenciatura pretende formar profissionais capazes de:

- compreender a educação como acontecimento social, político e cultural, em seu dinamismo e em sua diversidade de modo a favorecer atuações educacionais críticas e criativas;
- reconhecer a ação educativa como prática político-social de intervenção e

transformação da sociedade;

- promover pesquisa e estudos na área da educação, educação bilíngue, educação intercultural e áreas afins, assegurando uma pluralidade de concepções teóricas, norteados por princípios éticos;
- utilizar a Libras como língua de instrução e promover o uso da Libras como primeira ou segunda língua, em práticas sociais e educativas;
- conhecer a história, aspectos culturais, literatura e movimentos sociais dos surdos na perspectiva de empoderamento/emancipação social;
- conhecer, discutir e divulgar as políticas públicas relacionadas à educação, principalmente no âmbito da surdez;
- atuar como educadores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, com crianças, adolescentes, jovens e adultos, mediando processos de aprendizagem de forma a contribuir para o desenvolvimento do educando nas dimensões física, cognitiva, afetiva, cultural, lúdica, artística, ética, linguística e social em uma perspectiva crítica;
- refletir sobre as práticas pedagógicas a partir do contexto histórico e das diversas perspectivas culturais, de forma a contribuir para o combate às injustiças sociais;
- produzir metodologias e materiais didáticos, em diferentes áreas do conhecimento, em especial para educação bilíngue de surdos;
- utilizar criticamente as tecnologias da informação e comunicação em prol do desenvolvimento de uma educação bilíngue e intercultural;
- reconhecer o currículo como uma construção social, compreendendo seu caráter histórico e político;
- utilizar instrumentos avaliativos que contemplem o caráter formativo dos processos educacionais, valorizando o uso da Libras e da Língua Portuguesa escrita;
- compreender a gestão educacional em espaços escolares e não escolares como um trabalho pedagógico voltado para a organização, orientação, consecução, planejamento, supervisão e avaliação;
- atuar na gestão das instituições (escolares e não escolares), na elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do seu projeto

político pedagógico, dentro de uma perspectiva democrática;

- incentivar e promover relações dialógicas entre a família, a comunidade e as instituições educativas (escolares e não escolares) nas quais atua.

Para melhor compreensão do processo de transição de matrizes curriculares, apresentamos de forma esquemática a matriz atual e a matriz anterior e a tabela de equivalência entre as disciplinas das respectivas matrizes em vigor nesse momento de transição (disciplinas com os códigos cadastrados no Sistema Acadêmico do DESU):

MATRIZ CURRICULAR ATUAL (POR CRÉDITOS) DE 2017

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
LIBRAS I CPB101 CPB101O CPB101S	LIBRAS II CPB201 CPB201O CPB201S	LIBRAS III CPB301O CPB301S CPB301	LIBRAS IV CPB401O CPB401S	LIBRAS V: Metodologias do Ensino CPB501			
Língua Portuguesa Escrita I CPB102O CPB102S	Língua Portuguesa Escrita II CPB202O CPB202S	Língua Portuguesa Escrita III CPB302O CPB302S	Língua Portuguesa Escrita IV CPB402O CPB402S	Estagio Supervisionado I CPB502	Estagio Supervisionado II CPB602	Estagio Supervisionado III CPB702	Estagio Supervisionado IV CPB802
Estudos Surdos CPB105	Psicologia e Educação I CPB305 CPB208	Psicologia e Educação II CPB403 CPB309	Educação Infantil: saberes e metodologia CPB303 CPB410	Alfabetização e Letramento em Língua Portuguesa CPB503	Educação e direitos humanos: Relações Étnico Raciais, Gênero e Diversidades CPB601	Gestão Educacional I CPB701	Gestão Educacional II CPB801
Pedagogos e Práticas Pedagógicas CPB107 CPB107E	Concepções Sobre Infância CPB203	Didática CPB307	Currículo e Educação CPB308 CPB411 CPB707	Artes e Educação CPB504	Metodologias do Ensino de Ciências CPB603	Literatura e a Infância CPB703	Pedagogia em Contextos não Escolares CPB803
Ciências Sociais e Educação CPB104	Antropologia e Educação CPB207	Políticas Públicas e Educação CPB306	Metodologia do Ensino de LP CPB408 CPB708	Metodologias do Ensino de Matemática CPB506	Metodologias do Ensino de História e Geografia CPB604	Educação Especial CPB705	
Filosofia e Educação CPB206 CPB108	História da Educação CPB205	História da Educação de Surdos CPB304	Educação Bílingue I CPB405	Educação Bílingue II CPB505	Educação Bílingue III CPB605	Redação Acadêmica CPB706	
Tecnologias de Informação e Comunicação I CPB103	Tecnologias de Informação e Comunicação II CPB204	Educação de Jovens e Adultos CPB409 CPB310	Avaliação CPB407	Investigação Científica e Produção Acadêmica I CPB404 CPB507	Investigação Científica e Produção Acadêmica II CPB606	Orientação de TCC I CPB704	Orientação de TCC II CPB804

Em AZUL as disciplinas com pré-requisitos

MATRIZ CURRICULAR ANTIGA (SERIADA) DE 2006

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
RECONS-TRUINDO A TRAJETÓRIA EDUCATIVA	CONSTRUINDO OLHARES SOBRE O COTIDIANO ESCOLAR	PROBLEMÁTICAS COTIDIANAS DA PROFISSÃO DOCENTE	APROFUNDANDO RELAÇÕES ENSINO-APRENDIZAGEM NO TRABALHO PEDAGÓGICO	REDESENHANDO ENTENDIMENTOS EDUCATIVOS	DELINEANDO PROPOSTAS METODOLÓGICAS	RECONS-TRUINDO A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO	REDISCUINDO PROPOSTAS EDUCATIVAS E METODOLÓGICAS
Escola, Cultura e Sociedade 80hs PED0100	Genealogias em Posicionamentos Educacionais 80hs PED0107	Docência e Implicações Socioculturais 80hs PED0113	Construção do Conhecimento e Escolarização 80hs PED0120	Saberes Educacionais, Diversidade Cultural e Docência 80hs PED0127	Ensino da Educação Física - tendências atuais 80hs PED0134	Revisões Críticas Sobre a Autoformação 80hs PED0141	Retomada da Experiência Educativa 80hs PED0148
Ensino-Aprendizagem e Escolarização 80hs PED0101	Cultura Escolar, Conhecimento e Linguagem 80hs PED0108	Refletindo Sobre a Formação Docente 80hs PED0114	Saberes Educacionais e Diversidade Cultural 80hs PED0121	Cognição, Corporeidade e Contexto 80hs PED0128	Tempos-Espaços e Sujeito Social em Currículos de História e Geografia 80hs PED0135	Retomada de Conhecimentos Construídos 80hs PED0142	Educação e sua Gestão – metas e mitos 80hs PED0149
Concepções Sobre Criança 80hs PED0102	Corporeidade e Cultura 80hs PED0109	A Escola como Espaço Político-Pedagógico 80hs PED0115	Apropriações Linguísticas 120h PED0122	Textos e Pretextos 80h PED0129	Ciência e Territórios do Cidadão Contemporâneo 80hs PED0136	Propostas Educativas-Revisões Conceptuais 80hs PED0143	
Leituras e Escritas 54hs PED0103		Construção Compartilhada do Conhecimento Escolar 80h PED0116			Tempos, Espaços e Sujeito Social 80hs PED0123	Temáticas Transversais 80hs PED0130	Construções Cognitivas e Ensino da Matemática 80hs PED0137
Topicalizando Discursos e Narrativas 80hs PED0104	Construções Cognitivas 80hs PED0110	Corporeidade, Cultura e Discurso 120hs PED0117	Arte em Processo na Escola 80hs PED0124	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I 60hs PED0131	Leituras e Escritas e Diversidades Linguísticas 80h PED0138	Consequência Supervisionada de Trabalho Monográfico I 80hs PED0144	Práticas Pedagógicas 80hs PED0151
Práticas Discursivas e Especificidades Linguísticas 80hs PED0105		Tópicos Avançados de Âmbito Bilingüe 80hs PED0111	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingüe 80hs PED0118	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingüe 80hs PED0125	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingüe 80hs PED0132	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II 60hs PED0139	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III 130hs PED0145
Língua Portuguesa Escrita I 120hs PED0106	Língua Portuguesa Escrita II 80hs PED0112	Língua Portuguesa Escrita III 80hs PED0119	Língua Portuguesa Escrita IV 80hs PED0126	Língua Portuguesa Escrita V 80hs PED0133	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingüe 80hs PED0140	Língua Portuguesa Escrita VI 80hs PED0147	Língua Portuguesa Escrita VII 80hs PED0154

As SETAS indicam os pré-requisitos

EQUIVALÊNCIAS ENTRE MATRIZES CURRICULARES DE 2006 E 2017

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
RECONSTRUINDO A TRAJETÓRIA EDUCATIVA	CONSTRUINDO DIÁLOGOS SOBRE O COTIDIANO ESCOLAR	PROBLEMATIZANDO AS PRÁTICAS COTIDIANAS DA PROFISSÃO DOCENTE	APROFUNDANDO AS RELAÇÕES ENSINO-APRENDIZAGEM NO TRABALHO PEDAGÓGICO	REDESCOBRINDO ENTENDIMENTOS EDUCATIVOS	DELINEANDO PROPOSTAS METODOLÓGICAS	RECONSTRUINDO A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO	REDISCUINDO PROPOSTAS EDUCATIVAS E METODOLÓGICAS
Escola, Cultura e Sociedade 80hs PED0100 CPB104 Ciências sociais e educação	Genealogias em Posicionamentos Educacionais 80hs PED0107 CPB108 Filosofia e educação	Docência e Implicações Socioculturais 80hs PED0113 CPB601 Educação e direitos humanos: relações étnico raciais	Construção do Conhecimento e Escolarização 80hs PED0120 CPB306 Políticas públicas e educação	Saberes Educacionais, Diversidade Cultural e Docência 80hs PED0127 CPB803 Pedagogia em contextos não escolares	Ensino da Educação Física - tendências atuais 80hs PED0134	Revisões Críticas Sobre a Autoformação 80hs PED0141 CPB204 TICs II	Retomada da Experiência Educativa 80hs PED0148 CPB801 Gestão educacional II
Ensino-Aprendizagem e Escolarização 80hs PED0101 CPB407 Avaliação	Cultura Escolar, Conhecimento e Linguagem 80hs PED0108 CPB308 Currículo e educação	Refletindo Sobre a Formação Docente 80hs PED0114 CPB307 Didática	Saberes Educacionais e Diversidade Cultural 80hs PED0121 CPB107 Pedagogos e práticas pedagógicas	Cognição, Corporeidade e Contexto 80hs PED0128 CPB303 Educação infantil: saberes e metodologias	Tempos-Espaços e Sujeito Social em Currículos de História e Geografia 80hs PED0135 CPB604 Metodologia do ensino de história e geografia	Retomada de Conhecimentos Construídos 80hs PED0142	Educação e sua Gestão - metas e mitos 80hs PED0149 CPB701 Gestão educacional I
Concepções Sobre Criança 80hs PED0102 CPB203 Concepções sobre a infância	Corporeidade e Cultura 80hs PED0109 CPB207 Antropologia e educação	A Escola como Espaço Político-Pedagógico 80hs PED0115 CPB205 História da educação	Apropriações Linguísticas 120h PED0122 CPB703 Literatura e a infância	Textos e Pretextos 80h PED0129 CPB301 Libras III	Ciência e Territórios do Cidadão Contemporâneo 80hs PED0136 CPB603 Metodologia do ensino de ciências	Propostas Educativas- Revisões Conceptuais 80hs PED0143 CPB706 Redação acadêmica	Conseção Supervisionada de Trabalho Monográfico II 80hs PED0150 CPB606 Investigação científica e produção acadêmica II
Leituras e Escritas 54hs PED0103 CPB101 Libras I		Construção Compartilhada do Conhecimento Escolar 80h PED0116 CPB403 Psicologia e educação II					
Topicalizando Discursos e Narrativas 80hs PED0104 CPB201 Libras II	Construções Cognitivas 80hs PED0110 CPB305 Psicologia e educação I	Tempo, Espaço e Sujeito Social 80hs PED0123	Temáticas Transversais 80hs PED0130 CPB103 TICs I	Leituras e Escritas e Diversidades Linguísticas 80h PED0138 CPB503 Alfabetização e letramento em LP	Construções Cognitivas e Ensino da Matemática 80hs PED0137 CPB506 Metodologia do ensino da matemática	Conseção Supervisionada de Trabalho Monográfico I 80hs PED0144 CPB404 Investigação científica e produção acadêmica I	Práticas Pedagógicas 80hs PED0151
Práticas Discursivas e Especificidades Linguísticas 80hs PED0105 CPB501 Libras V – Metodologia do ensino							
Práticas Discursivas e Especificidades Linguísticas 80hs PED0105 CPB501 Libras V – Metodologia do ensino	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0111 CPB405 Educação bilingue I	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0118 CPB505 Educação bilingue II	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0125 CPB605 Educação bilingue III	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0132 CPB105 Estudos surdos	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I 60hs PED0131	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II 60hs PED0139 CPB502 Estágio supervisionado I	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III 130hs PED0145 CPB602 Estágio supervisionado II
Língua Portuguesa Escrita I 120hs PED0106 CPB102 Língua portuguesa escrita I	Língua Portuguesa Escrita II 80hs PED0112 CPB 202 Língua portuguesa escrita II	Língua Portuguesa Escrita III 80hs PED0119 CPB302 Língua portuguesa escrita III	Língua Portuguesa Escrita IV 80hs PED0126 CPB402 Língua portuguesa escrita IV	Língua Portuguesa Escrita V 80hs PED0133 CPB408 Metodologia do ensino de LP	Tópicos Avançados de Âmbito Bilingue 80hs PED0140 CPB304 História da educação de surdos	Língua Portuguesa Escrita VI 80hs PED0147	Língua Portuguesa Escrita VII 80hs PED0154

Em **AZUL** as disciplinas sem equivalência

A partir de 2018, os estudantes que tenham dependência e/ou disciplinas obrigatórias não cursadas, que deixarão de ser ofertadas, deverão seguir as recomendações publicadas a cada período de matrículas, com a indicação das disciplinas equivalentes para as quais os estudantes deverão fazer requerimento de matrícula a fim de cumprir com as disciplinas obrigatórias faltantes.

Nesse período de transição de currículos, a mudança de vínculo do estudante de uma matriz curricular para outra - dita 'migração' de matriz, não será obrigatória, sendo a migração de matriz um processo administrativo pedagógico que pode ser requerido durante todo o processo de substituição de uma matriz curricular por outra.

A migração será aprovada apenas nos casos em que seja avaliada como vantajosa tanto para o estudante quanto para o curso, analisando-se caso a caso, a situação momentânea específica de cada estudante e considerando-se as disciplinas obrigatórias faltantes, a oferta de disciplinas de ambas as matrizes, a obrigatoriedade de pelo menos um semestre letivo cursado e a projeção referente aos períodos subsequentes. A mudança de matriz foi pré-aprovada pelo Colegiado de Curso em 2016 e se consolida com a publicação deste PPC.

5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Em um curso de Pedagogia, a avaliação é parte integrante de saberes e fazeres específicos na formação do profissional que irá atuar em diversas frentes no campo da Educação. Entende-se a avaliação como um processo e não uma atividade pontual. Por isso, tal formação desenrola-se ao longo de todo o curso. As avaliações terão como princípio uma comparação entre o que foi alcançado e o que se pretendeu atingir. Em um processo contínuo e permanente, pode-se dizer que será sempre diagnóstica no sentido de verificar as dificuldades apresentadas pelos alunos, com o objetivo de fazer ajustes ou redimensionar a ação pedagógica, implicando assim em retomadas de decisão – principal papel da avaliação. Serão consideradas duas modalidades de avaliação: a somativa; e a formativa, que se desenvolvem ao longo de todo o processo e levam em consideração os desempenhos revelados nas diferentes atividades formadoras e instituições de estágios.

A média final da disciplina deve refletir o desempenho global do estudante por meio dos objetivos/habilidades alcançados nas atividades. Para fins de aprovação em cada disciplina exige-se nota final igual ou superior a 7,0 (sete). Em todo o processo, a avaliação terá em vista a análise da capacidade crítica e reflexiva dos/as professores/as em formação, dentro de uma perspectiva bilíngue, dialógica e multicultural.

No que tange à avaliação dos/as surdos/as em Língua Portuguesa escrita, serão levados em conta os aspectos concernentes ao campo semântico e à singularidade linguística manifesta no nível formal de sua escrita, de acordo com o previsto no inciso VI, § 1º do art. 14 do Decreto nº 5.626/05 e no art. 2º da Portaria Ministerial nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. É relevante ressaltar que os mecanismos alternativos para avaliação de conhecimentos expressos em Libras serão registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos (inciso VII, § 1º do art. 14 do decreto supracitado). O vídeo será identificado e armazenado, possibilitando ao/à aluno/a exercer seu direito à revisão de prova ou de nota por meio da consideração de sua prova filmada.

6. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos ocorre quando um aluno solicita ser isento de uma determinada disciplina do Curso de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), por já ter cursado com aproveitamento satisfatório uma disciplina que considera equivalente, neste ou em outro estabelecimento de ensino. O aproveitamento de estudos poderá ser autorizado pela instituição, na figura do coordenador de Curso, desde que seja caracterizada a equivalência entre as disciplinas do presente curso e a disciplina previamente cursada.

- No ato da matrícula, serão automaticamente reconhecidas, pela Divisão de Registro Acadêmico – DIRA, as disciplinas cursadas no INES anteriormente ao atual ingresso, inclusive as que possuem declaração formal de equivalência e fazem parte do currículo pleno atual, respeitando o limite de 75% de aproveitamento.
- No caso de disciplinas anteriormente cursadas em outras IES, o pedido

deverá ser apresentado pelo aluno à DIRA no decorrer do primeiro semestre letivo de seu atual ingresso no INES. Tal pedido deverá ser julgado pela Coordenação do Curso de Pedagogia.

O aproveitamento de estudos em disciplinas pode ser concedido desde que haja similitude entre os programas e que seja considerada a tabela de equivalências entre matrizes curriculares de 2006 e 2017 apresentada neste PPC, considerando-se a compatibilidade de carga horária e aproveitamento satisfatório na disciplina previamente cursada, conforme descrito abaixo:

- Quando o número de horas cursadas for inferior a 50% (cinquenta por cento) da carga horária da disciplina cuja equivalência é pretendida, o aproveitamento não pode ser concedido.
- Quando o número de horas cursadas for igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) e inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina cuja equivalência é pretendida, exige-se do aluno a aprovação em um exame.
- Quando houver similitude entre os programas, aproveitamento satisfatório por parte do aluno e o número de horas cursadas for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina, cuja equivalência é pretendida, o aproveitamento será concedido.
- O exame de avaliação na disciplina cuja equivalência é pretendida é realizado em data estabelecida pela Coordenação do Curso Bilíngue de Pedagogia.

7. PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso não pode ser redutível a uma mera descrição de competências, pois engloba a própria identidade de um pedagogo bilíngue que se constrói histórica e socioculturalmente a partir de uma indissociável relação teórica e prática de fundamentos e princípios epistemológicos, pedagógicos, éticos e políticos.

Sendo assim, o pedagogo bilíngue que se pretende formar deverá ser um profissional da Educação, intelectual, investigador, capaz de intervir, de forma crítica,

dialógica, criativa, construtiva e responsável, nas práticas educativas que ocorrem na escola e em outros contextos.

Nesse sentido, o **Curso de Pedagogia** do INES objetiva uma formação bilíngue, comum e múltipla, que contemple a abrangência e a diversidade da ação profissional do pedagogo, diante da própria amplitude da Educação como atividade mediadora no seio da prática social global.

O campo de atuação profissional do licenciado em Pedagogia requer, então, capacidade contínua para um trabalho que se desenvolve em uma compreensão integrada dos seguintes fazeres:

1. *Docência*, que para além da noção simplificada de “regência de classe”, deve ser entendida em sentido amplo, como ação educativa intencional e sistemática, relativa à condução das interações sociais de ensino e aprendizagem, socialização e construção de conhecimento, em ambientes escolares e não escolares. No campo profissional do magistério, está prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia (Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, do CNE), como sistemática de intervenção pedagógica, prática e direta, na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas dos Cursos Normais de nível médio, assim como na Educação Profissional, na área de serviço e apoio escolar e em outras áreas educativas nas quais os conhecimentos pedagógicos sejam necessários.
2. *Pesquisa*, entendida como processo de produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico na área educacional, articulado aos conhecimentos oriundos das práticas educativas do contexto local e global. Considerado como um pesquisador, o pedagogo deverá investigar sua própria prática profissional com um olhar crítico, elaborar material didático original e investigar formas de intervenção nas instituições onde atuará.
3. *Gestão educacional*, vista como perspectiva de intervenção democrática organizativa que integre as diversas funções do trabalho pedagógico e dos processos educativos escolares e não escolares. Esta dimensão da gestão educacional do fazer pedagógico está especialmente presente no

planejamento, na administração, na coordenação, no acompanhamento, na avaliação de planos e projetos pedagógicos, bem como na análise, na formulação, na implementação, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas e institucionais na área da educação.

Na área específica da surdez, o Curso objetiva formar profissionais aptos a atuar em processos pedagógicos que envolvam a pessoa surda, tais como:

1. Avaliar a formulação e implementação de práticas pedagógicas voltadas para surdos em articulação com as políticas públicas na área da surdez.
2. Contribuir para o avanço científico da área.
3. Oportunizar reflexões sobre bilinguismo, letramento e surdez.
4. Desenvolver estratégias de ensino fundadas na pedagogia visual.
5. Prevenir dificuldades e melhorar o desempenho dos aprendizes surdos nas atividades educacionais em espaços formais e não formais, dos mais variados níveis, aumentando suas potencialidades de aprendizagem.

Desta forma, destaca-se, na formação do pedagogo deste curso, a ênfase na educação de surdos, fundamental para o enfrentamento dos desafios da educação bilíngue em seus diversos contextos escolares e não escolares. Entende-se também que é compromisso do pedagogo bilíngue favorecer a divulgação, a valorização e o conhecimento da língua de sinais entre ouvintes e surdos.

8. ESTÁGIO

O estágio curricular é parte integrante do processo de formação do/a licenciado/a. A Lei n. 11.788/08 define-o como “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior” e em outros espaços (BRASIL, 2016). Conforme o §2º do art. 1º, “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (ibid).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9394/96, define a “associação

entre teorias e práticas” como um dos fundamentos da formação dos profissionais da educação, indicando que tal relação deve ser feita mediante o estágio e a capacitação em serviço – inciso II do parágrafo único do art. 61 (BRASIL, 2016).

Considerando a indissociabilidade das dimensões teoria e prática, o Curso de Pedagogia entende o estágio como *locus* privilegiado de investigação da prática pedagógica⁴, em espaços escolares e não-escolares (que possuam pessoa jurídica e que desenvolvam projetos educativos). Parte-se do pressuposto de que “(...) o estágio realizado com pesquisa e como pesquisa contribui para uma formação de melhor qualidade de professores e de pedagogos” (PIMENTA, LIMA, 2012, p. 23). A ideia é que o/a estudante, dessa maneira, possa construir uma postura investigativa e propositiva a partir de situações vivenciadas no campo, elaborando propostas que lhes permitam problematizar a realidade e desenvolver intervenções educativas, a partir de referencial teórico-metodológico.

O pedagogo formado pelo INES recebe em sua grade curricular uma formação para atuação na área da Educação e Surdez, com ênfase na formação bilíngue (Libras/Língua Portuguesa escrita)⁵ do/a pedagogo/a. Nesse sentido, orientamos aos/às estudantes que privilegiem seus estágios curriculares nos espaços escolares e não escolares que tenham o compromisso com a educação de surdos no desenvolvimento de seus projetos educativos.

Os estágios são oferecidos *a partir da segunda metade do curso* (inciso II do art. 1º da Resolução CNE/CP n. 2/02) e estão divididos em quatro atividades formativas, sendo cada uma correspondente a uma área: Estágio Supervisionado I – Educação Infantil; Estágio Supervisionado II – anos iniciais do Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado III – gestão educacional de espaços escolares e Estágio Supervisionado IV – espaços não-escolares.

Os/as estudantes do Curso de Pedagogia precisam ter disponibilidade para a realização do estágio no contra turno, tendo como referência o turno no qual se está matriculado/a. O/a discente que não possuir essa disponibilidade não conseguirá integralizar o curso em oito semestres. Além disso, é importante ressaltar que o Estágio em docência na Educação Infantil só é realizado nos turnos matutino e vespertino.

⁴ Vale ressaltar, contudo, que a dimensão da prática, conforme indica o art. 13 da Resolução CNE/CP n. 1 de 2002, transcende o estágio, devendo permear as atividades formativas do curso de formação do licenciado desde o início do curso.

⁵ Ressalta-se aqui que a formação bilíngue não se resume à circulação de duas línguas; mas supõe o desenvolvimento de um projeto pedagógico que tenha como foco a educação de surdos.

OBJETIVO GERAL DO ESTÁGIO

Estabelecer nexos entre os conhecimentos/saberes teóricos e práticos, a partir da atuação em espaços escolares e não-escolares, considerando o campo como objeto de investigação e de desenvolvimento de práticas pedagógicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ESTÁGIO

- investigar práticas de docência e de gestão por meio da observação, do acompanhamento e da participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação de atividades pedagógicas e administrativas;
- elaborar e desenvolver propostas de atuação pedagógica, de acordo com o contexto, as demandas do campo de estágio, os saberes construídos ao longo do curso e as produções teóricas;
- debater coletivamente sobre práticas de docência e de gestão, buscando refletir sobre a construção de práticas interculturais;
- conhecer o cotidiano do profissional da educação em espaços escolares e não-escolares, de modo a identificar suas funções, seus desafios e suas práticas;
- identificar e analisar práticas de docência e de gestão (de espaços escolares e não-escolares) voltadas à educação de surdos/as;
- analisar a forma como os órgãos dos sistemas de ensino assumem compromissos com a educação inclusiva e/ou com a educação numa perspectiva bilíngue para surdos/as;
- vivenciar a troca de experiências e de saberes por meio de diálogos (presenciais e/ou online) mediados pelo/a professor/a orientador/a de estágio;
- compreender as relações entre o espaço escolar e os órgãos do sistema de ensino;
- elaborar relatório reflexivo com base nas atividades de observação participante, coparticipação e desenvolvimento da proposta pedagógica.

Os estágios, no Curso de Pedagogia, se desenvolvem a partir do 5º período do curso, possuindo **carga horária de 400 horas**, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada – Resolução CNE/CP n. 2 de 2015, inciso II, § 1º, art. 13.

A distribuição da carga horária é feita tal como indicado na Tabela 1:

TABELA 1 - ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Estágio	Área	Carga horária Total	Carga horária em campo	Carga horária de orientação (INES)
Estágio Supervisionado I	Docência - Educação Infantil	100h	60h	40h
Estágio Supervisionado II	Docência - anos iniciais do Ensino Fundamental	100h	60h	40h
Estágio Supervisionado III	Gestão de espaços escolares	100h	60h	40h
Estágio Supervisionado IV	Gestão de Espaços não- escolares	100h	60h	40h

É importante lembrar que o/a estagiário/a pode cumprir, no máximo, 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, de acordo com o inciso II do art. 10, da Lei 11.788/08. O estudante encontra mais informações sobre o estágio no Manual do Estágio.

ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Os estágios não obrigatórios serão permitidos a alunos que tiverem concluído com aprovação o primeiro semestre e que estejam ativos no curso. A carga horária máxima segue a mesma orientação do estágio obrigatório, conforme relatado anteriormente.

Não será permitido ao aluno acumular estágios, bem como o recebimento de bolsa e/ou auxílio financeiro de mais de uma fonte pagadora, no país ou no exterior.

Seguindo o parágrafo 2º do artigo 2º da Lei 11.788/08, o estágio não obrigatório será desenvolvido como atividade opcional (complementar), acrescida à carga horária regular e obrigatória (ver tabela que regula a carga horária máxima para aproveitamento presente no anexo deste PPC).

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares devem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, de forma a complementar os conteúdos trabalhados nas disciplinas. Tais atividades devem somar, minimamente, cem horas ao longo do curso, podendo ser distribuídas livremente ao longo do tempo de integralização do curso. Segundo a Resolução do CNE/CP nº 001/2006, são exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, tais como: semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; cursos de extensão integralmente concluídos e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria; em todos estes casos o tema deverá ser pertinente à educação ainda que em uma de suas intercessões com outras áreas. Cabe lembrar que as atividades complementares visam à autonomia do estudante que deve observar a compatibilidade com sua formação na área da pedagogia bilíngue, devendo organizar as comprovações e ter em vista que, para contemplar a diversidade em sua formação, deverá distribuir a carga horária total em mais de uma atividade complementar.

10. INTEGRALIZAÇÃO

Para que o aluno possa concluir o curso de forma plena e estar em condições de colar grau, ele deve concluir com aproveitamento satisfatório, no tocante a presença e desempenho acadêmico, as disciplinas do curso. Ele deve também concluir o Trabalho de Conclusão de Curso (incluindo sua defesa perante uma banca pública) e apresentar a documentação comprovando ao menos cem horas de atividades complementares relacionadas a área do curso, nos termos definidos por este documento. Por ser considerado componente curricular obrigatório (LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, Art 5), é também indispensável para a integralização do curso que o aluno tenha sido inscrito no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e tenha sido dispensado, tenha realizado a prova ou tenha justificado sua ausência (também nos termos da LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004).

Para concluir o curso, os alunos têm o prazo regular de 4 anos (8 períodos), que pode ser estendido por mais 3 anos, somando 7 anos (14 períodos). Neste tempo serão contabilizados os semestres em que o aluno se matriculou em disciplinas e os semestres em que sua matrícula esteve trancada. Após esse prazo o aluno perderá sua matrícula.

ANO DE INGRESSO	LIMITE PARA CONCLUSÃO DO CURSO
2011	2017.2
2012	2018.2
2013	2019.2
2014	2020.2
2015	2021.2
2016	2022.2
2017	2023.2

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para obter o diploma de Pedagogo do INES o aluno deverá produzir um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a partir das orientações contidas no Manual de Monografia em Libras e em Língua Portuguesa. O TCC será apresentado a uma banca examinadora - composta pelo orientador, co-orientador (se houver) e mais dois docentes - em período previsto no Calendário Acadêmico. Uma vez aprovado, o aluno terá o prazo de até 60 dias para entrega da versão final.

ESTÁGIOS

Os estágios supervisionados são atividades obrigatórias na formação do pedagogo.

Para alunos que ainda se encontram no currículo antigo:

- Estágio Supervisionado I: Escolarização de surdos
- Estágio Supervisionado II: Educação Infantil
- Estágio Supervisionado III: Ensino Fundamental
- Estágio Supervisionado IV: Gestão Escolar

Para alunos que se encontram no currículo novo:

- Estágio Supervisionado I: docência na Educação Infantil
- Estágio Supervisionado II: docência nas séries iniciais do Ensino Fundamental ou EJA
- Estágio Supervisionado III: gestão educacional
- Estágio Supervisionado IV: espaços não escolares.

Todos os estágios do currículo novo deverão preferencialmente ser feitos em instituições que atendam alunos surdos.

Os alunos do currículo de créditos somente poderão cursar disciplinas de estágio depois de completarem dois anos de ingresso no curso.

Alunos reingressantes e oriundos de outras instituições (transferência externa) que tiverem obtido aproveitamento de 75% das disciplinas da grade curricular podem, excepcionalmente, cursar disciplinas de estágio no ano de ingresso no curso.

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

Conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006), os estudantes devem cumprir no mínimo 100 (cem) horas de Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), que se constituem atividades de cunho teórico-prático de aprofundamento. Estas atividades, que devem ser realizadas após o ingresso no curso, se caracterizam pela participação em projetos de iniciação científica, de extensão, de monitoria, em palestras, eventos, seminários e outros eventos técnico-científicos.

Para contabilizar as horas de atividades complementares, o aluno deverá apresentar à Divisão de Registro Acadêmico (DIRA) os originais e cópias dos certificados de participação e preencher o requerimento próprio. A coordenação pedagógica avaliará a pertinência e deferirá o número de horas obtidas em cada certificado apresentado, conforme tabela em anexo.

ENADE

Para que o aluno obtenha seu diploma é necessário que participe do Exame Nacional de

Desempenho de Estudantes (ENADE). Este exame possui calendário próprio estabelecido pelo MEC.

A inscrição na plataforma apropriada é de responsabilidade da Coordenação do Curso. O cadastro individual deverá ser preenchido pelos alunos no site do ENADE.

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Durante todo o Curso, buscar-se-á encontrar possíveis soluções para a indesejável cisão entre teoria e prática, entre o pensar e o fazer. Segundo McLaren (2000, p. 40), “a teoria, em alguns casos, informa diretamente à prática; em outros, a prática reestrutura a teoria como uma força fundamental para a mudança”. Nessa análise, percebe-se o quanto a teoria pode servir de enquadramento à prática, ou seja, como visão totalizante e determinadora da prática educativa; e, ao mesmo tempo, pode-se notar o poder revolucionário da teoria que, ancorada no dissenso, transforma-a e reestrutura a si mesma. Trabalhar com a educação dialógica pressupõe assumir a tríade prática-teoria-prática no contexto de cada atividade formativa e nas inter-relações estabelecidas por elas.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de caráter obrigatório, embora seja entregue ao final dele, é desenvolvido ao longo do processo pedagógico e, assim como as outras atividades formativas, busca romper com a dicotomia teoria-prática. Todas as atividades formativas alimentarão, de certa forma, a construção do TCC, mas as atividades “Investigação Científica e Produção Acadêmica I e II”, assim como “TCC I e II” estarão voltadas, especificamente, a esse propósito, sendo complementadas nesta tarefa pela disciplina “Redação Acadêmica”.

O TCC poderá ser apresentado sob a forma de um **artigo**, **trabalho monográfico** ou de um **material didático acompanhado de um relatório**. O artigo e o trabalho monográfico deverão versar sobre um tema concernente à “educação”, ainda que em suas diversas intercessões, estando em conformidade com os padrões acadêmicos do discurso e evidenciando o embasamento teórico construído ao longo do curso. Os TCCs produzidos deverão ser individuais e poderão ser registrados em Língua Portuguesa escrita ou em LIBRAS, em conformidade com as normas fixadas no Manual de Monografia do curso.

No caso da opção da elaboração de material didático (incluindo o relatório

correspondente), que poderá versar sobre qualquer tema vinculado a “educação” e suas diversas intercessões, o trabalho terá a possibilidade de ser desenvolvido apenas de forma individual. Além do produto em si, o relatório deverá demonstrar a fundamentação teórica que embasa o produto, explorando também sua relevância social. Tanto o relatório quanto o produto deverão seguir os parâmetros fixados em manual específico do curso.

No TCC, buscar-se-á estimular a atitude investigativa, crítica, criativa e que tem como foco problemáticas atuais da educação. Entende-se que a formação do pedagogo, numa perspectiva bilíngue, precisa estar atenta aos desafios da prática, a partir de um olhar reflexivo, que percebe a educação/educação de surdos como parte do mundo, como práticas sociais indissociáveis de seu tempo e a responsabilidade da orientação é exclusivamente dos professores efetivos do curso e de eventuais coorientadores convidados.

Nas diversas modalidades de TCC deverá haver defesa pública com banca, a fim de propiciar aos alunos a experiência do debate acadêmico e a própria vivência da banca pública. As monografias, os artigos e os materiais didáticos, com seus respectivos relatórios, e demais produções educacionais farão parte do Repositório do INES e do acervo da biblioteca.

12. FORMAS DE INGRESSO

Atualmente o INES oferece dois cursos de Pedagogia, presencial e EaD. Na modalidade presencial, as formas de ingresso são o vestibular próprio, para preenchimento das vagas regulares; e, transferência externa facultativa, reingresso por concurso público e transferência *ex-officio*, para preenchimento das vagas remanescentes, por candidatos surdos e ouvintes. Na modalidade à distância as formas de ingresso são o Exame Nacional do Ensino Médio, para preenchimento das vagas regulares; e, transferência externa facultativa, reingresso por concurso público e transferência *ex-officio*, para preenchimento das vagas remanescentes, por candidatos surdos e ouvintes.

VESTIBULAR

O processo seletivo para forma de ingresso por Vestibular é objeto de Edital único

e coordenado pela Comissão de Vestibular, designada por portaria institucional.

VAGAS REMANESCENTES

São definidas como vagas remanescentes, para transferência externa facultativa e reingresso por concurso público, vagas não preenchidas pelo Processo Seletivo ao Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura (Vestibular); e vagas desligadas por abandono, sendo o número de vagas definido pela Coordenação de Curso junto à Divisão de Registro Acadêmico.

O processo seletivo para preenchimento dessas vagas será objeto de Edital próprio coordenado pela Comissão de Vestibular, com publicação prevista para o primeiro semestre de cada ano letivo, constituindo-se em três etapas: a primeira, análise da documentação exigida; a segunda, aplicação de uma prova de LIBRAS, de caráter eliminatório (50% de rendimento mínimo); e a terceira, a classificação dos candidatos aprovados nas etapas anteriores segundo os critérios:

- a) Maior nota no vestibular de origem
- b) Maior nota na prova de Libras
- c) Maior idade do candidato.

1. TRANSFERÊNCIA EXTERNA FACULTATIVA

É a vinculação ao DESU/INES de discente regularmente matriculado em outra Instituição de Ensino Superior, ou em curso reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação, mediante aprovação e classificação em concurso público.

São aptos à transferência externa os candidatos que cumpram com todos os pré-requisitos listados a baixo:

- a) Que estejam matriculados em curso de Pedagogia;
- b) Que tenham cumprido entre 20 e 70% dos créditos exigidos para a conclusão do curso na IES de origem;
- c) Que não estejam em situação que configure abandono;
- d) Que não estiveram com sua matrícula trancada por mais de 6 semestres;
- e) Que o tempo restante para a integralização do curso não exceda o prazo

estabelecido pelo manual do Aluno do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura do DESU/INES.

O prazo para integralização do curso para alunos provenientes de transferência externa facultativa obedecerá as regras definidas no manual do aluno do DESU/INES tomando como base de cálculo a data da primeira matrícula do aluno em sua IES de origem. Por exemplo: O aluno ingressante em 2015 na sua IES de origem, e em 2017 no DESU/INES, terá até o ano de 2021 para integralizar seus estudos.

O candidato deverá entregar à comissão de Vestibular, em data previamente estabelecida em edital, original e cópia a ser autenticada pelo servidor do INES, os seguintes documentos:

- a) Certidão/Declaração atualizada (validade dentro do semestre vigente) de regularidade acadêmica;
- b) Histórico Escolar OFICIAL, assinado pela IES de origem, até o último período letivo cursado, contendo as seguintes informações:
 - a. Curso em que o candidato está matriculado;
 - b. Comprovante da forma de ingresso na IES de origem com os dados referentes à forma de seleção;
 - c. Carga horária de cada disciplina;
 - d. Nota ou conceito de aprovação em cada disciplina;
 - e. Registro do(s) trancamento(s) do(s) período(s) letivo(s), quando existir;
 - f. Comprovante de autorização ou reconhecimento do curso de origem, tanto para as IES particulares como para as públicas;
- c) Ementas das disciplinas cursadas para fins de isenção.

Aplicam-se os mesmos requisitos documentais a candidatos matriculados em Instituições Estrangeiras ou documentação equivalente devidamente traduzida para o idioma vernáculo por tradutor juramentado.

2. REINGRESSO POR CONCURSO PÚBLICO

É a vinculação ao DESU/INES permitida aos portadores de diploma de outros cursos de ensino superior (bacharelado, licenciatura ou tecnólogo), nas modalidades

presencial ou à distância, devidamente reconhecido, oriundos de outra Instituição de Ensino Superior, mediante aprovação e classificação em concurso público e análise documental do cumprimento dos requisitos estabelecidos.

São aptos à essa modalidade de ingresso os candidatos que cumpram com todos os pré-requisitos listados a baixo:

- a) ser portador de diploma de curso superior de duração plena comprovadamente reconhecido;
- b) comprovar que só poderá concluir o curso com a permanência mínima de dois semestres letivos no DESU/INES;

O candidato deverá entregar à comissão de Vestibular, em data previamente estabelecida em edital, original e cópia a ser autenticada pelo servidor do DESU/INES, os seguintes documentos:

- a) Diploma de curso superior de DURAÇÃO PLENA ou certidão de conclusão, constando reconhecimento do curso e data de colação de grau.
- b) Histórico Escolar OFICIAL referente ao curso concluído, contendo:
 - a. Curso, titulação/habilitação em que o candidato é graduado;
 - b. Comprovante da forma de ingresso na IES de origem com os dados referente à forma de seleção;
 - c. Carga horária de cada disciplina e a soma destas;
 - d. Nota ou conceito de aprovação em cada disciplina;
 - e. Número de créditos de cada disciplina , quando couber;
- c) Ementas das disciplinas cursadas em caso de solicitação de isenção das disciplinas do curso pretendido;
- d) Preenchimento de formulário específico em caso de solicitação de isenção em disciplinas cursadas em outra IES.

Aplicam-se os mesmos requisitos documentais a candidatos graduados em Instituições Estrangeiras ou documentação equivalente devidamente traduzida para o idioma vernáculo por tradutor juramentado.

3. TRANSFERÊNCIA EX-OFFICIO

É a vinculação ao DESU/INES conforme autorizado pela Lei 9536 de 11 de dezembro de 1997 que se refere a transferência “efetivada, entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta”

13. EMENTÁRIO

LIBRAS I

Carga horária: 60 h

Ementa: Análise comparativa da língua na modalidade oral-auditiva e na modalidade gestual-visual. Mitos e desmistificações da língua de sinais. Aspectos gramaticais da Libras: Fonologia - Parâmetros da Libras; Morfologia - Sinais Icônicos, Sinais Arbitrários e Sinais Indiciais.

Objetivos:

- Compreender as diferenças entre as modalidades de línguas;
- Compreender os aspectos gramaticais da Libras;
- Identificar e criar estratégias e materiais para trabalhar com os 5 parâmetros da LIBRAS na Educação Infantil e Básica – 1º Ciclo;
- Identificar sinais icônicos, arbitrários e indiciais e criar estratégias e materiais para apresentar os tipos de sinais na educação infantil e básica – 1º ciclo;
- Discutir conteúdos, assunto do vídeo apresentado do Youtube;
- Ampliar o sinalário e o vocabulário;
- Produzir o texto em Libras.

Conteúdo Programático:

1. Estudo da Linguagem: Línguas, Gestos e Mímicas;
2. Verdades e Mitos sobre Língua de Sinais;
3. Parâmetros da Libras;
4. Sinais Icônicos, Sinais Arbitrários e Sinais Indiciais;
5. Classes gramaticais na Libras;
6. Produção de textos – narrativa em Libras.

Bibliografia Básica:

BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FELIPE, Tanya A. Os Processos de Formação de Palavra da Libras. In ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.199-216, jun. 2006

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/803>

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MOURA, M. C.; LODI, A. C. B.; PEREIRA, M. C.. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série Neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP: TEC ART, 1993.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

PIZZO, A. L.; REZENDE, P. L. F.; QUADROS, R. M. Língua Brasileira de Sinais I. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em:

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificativa/linguaBrasileiraDeSinaisI/assets/459/Texto_base.pdf

LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA I - OUVINTES

Carga horária: 60h

Ementa:

Cultura e linguagem. Linguagem e língua. Conceito de texto: coerência e coesão. Noção de gêneros textuais Noção de frase, período e parágrafo. Estrutura do parágrafo. Tipos de parágrafo: dedutivo, indutivo. O resumo como gênero textual acadêmico.

Objetivos:

- Pensar a língua como expressão de identidade individual e coletiva;
- Discutir o conceito de texto a partir de diversos gêneros textuais;
- Pensar a escrita enquanto exercício de diferentes projetos textuais;
- Pensar a noção de parágrafo e sua estruturação básica;
- Analisar parágrafos com diferentes estruturas;
- Discutir o resumo como gênero textual acadêmico;
- Produzir resumo de textos acadêmicos.

Conteúdo Programático:

1. Conceito de cultura. Interação linguagem e cultura;
2. Conceito de texto. Encadeamento de ideias, coerência e coesão;
3. Noção de gêneros textuais;
4. Noção de parágrafo. Ideia principal e ideias secundárias. Estruturações possíveis do parágrafo;

5. Uso dos gêneros textuais acadêmicos: o resumo.

Bibliografia Básica:

BRITO, K. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia complementar:

BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. In: PAIVA DIONÍSIO, A.; HOFFNAGEL, J. (Org). São Paulo: Cortez, 2009.

BRITO, K. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

BRONCKART J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

CARNEIRO, A. D. Redação em construção, a escritura do texto. São Paulo: Moderna, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça. Texto e coerência. São Paulo: Cortez, 2003

_____. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

KOCH, I. V. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1991.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São

LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA I - SURDOS

Carga horária: 60h

Ementa: Introdução, desenvolvimento e prática de estratégias de leitura, predominantemente em gêneros jornalísticos (notícia, artigo de opinião, cartas de leitores etc.). Identificação de ideia principal e ideias secundárias. Produção de paráfrases e análises textuais. Seleção vocabular: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos.

Objetivos:

- Ler e compreender textos jornalísticos;
- Ampliar o vocabulário em Língua Portuguesa;
- Compreender as particularidades da LP como L2;
- Identificar e reconhecer processos de formação (prefixação e sufixação);
- Abordar particularidades estruturais, linguísticas e retóricas dos gêneros estudados;
- Desenvolver estratégias para elaboração de paráfrases e críticas textuais.

Conteúdo Programático:

1. Textos jornalísticos e suas estruturas;
2. Estratégias de leitura em segunda língua;
3. Reconhecimento e utilização de informação não-linear, lay-out, informações não-verbais, efeitos tipográficos;
4. Reconhecimento e utilização de informação verbal (títulos, palavras-chave, palavras repetidas, cognatos);
5. Inferência do significado vocabular; formação vocabular: prefixação e sufixação;
6. Produção de paráfrases e críticas textuais.

Bibliografia Básica:

CORDEIRO, Telma. Estratégias de letramento: a experiência de uma professora ouvinte bilíngue em atividade de língua portuguesa junto a alunos surdos. 2011. 73 f. Rio de Janeiro.

GERALDI, J. Wanderley; CITELLI, Beatriz (Coord.). Aprender e ensinar com

textos de alunos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 182 p. (Aprender e ensinar com textos, 1)..

KRAMER, Sonia. Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2006. 213 p.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2013. 123 p.

Bibliografia complementar:

SANTOS, Maria Elena Pires; LEAL, Christiana Lourenço; REBELO, Susana T. C. A. S. A escrita em diferentes contextos. Geise M. Freitas. Rio de Janeiro: INES, 2013. 1 DVD, il.

SIGNORINI, Inês (Org.). Investigando a relação oral/escrito: e as teorias do letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. 192 p.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus, 2001. 105 p.

ESTUDOS SURDOS

Carga horária: 60 horas

Ementa: Estudos Surdos como movimentos surdos; Organização e intelectualidade na perspectiva teórica dos Estudos Culturais; Programa de Pesquisa em Linguística e Educação; Ênfase das questões das culturas, das práticas discursivas, das diferenças, da diferença das identidades Surdas e das lutas por poderes e saberes; Interpretação e redefinição dos conceitos da Surdez como deficiência.

Objetivos:

Mostrar o surgimento dos movimentos surdos organizados e no meio da intelectualidade influenciada pela perspectiva teórica dos Estudos Culturais, ou seja: os Estudos Surdos inscrevem-se como uma das ramificações dos Estudos Culturais, pois enfatizam as questões das culturas, das práticas discursivas, da desconstrução de conceitos, das diferenças e das lutas por poderes e saberes.

Conteúdo Programático:

1. Roteiro do programa e Introdução do Livro: “Comprendiendo La cultura Sorda; em busca de la Sordedad”, de Paddy Ladd;
2. Comunidade Surda;
3. Surdos e Surdez na civilização ocidental – O desenvolvimento de uma nova

marca concepção;

4. Os discursos dos séculos XX;
5. Cultura Surda – Discursos e Definições;
6. Investigando as comunidades Surdas – Metodologias de investigação

sulbaterna

7. Sulbaternos rebeldes e Surdismo – Dimensão nacional;
8. Conclusões, Implicações e Pressuposições.

Bibliografia Básica:

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Porto Alegre: Educação & Realidade, v.22, n.2, 1997

LADD, P. Comprendiendo la Cultura Sorda. En busca de la Sordedad. Centro Cultural Nuestras Manos. Chile. 2013

Resenha: http://www.cultura-sorda.eu/resources/Resena_Ladd_2003.pdf

PERLIN, G.; QUADROS, R. O Ouvinte: o outro lado dos Surdos. In: QUADROS, R. (Org.) Estudos Surdos I. Petrópolis: Ed. Arara Azul, 2001.

SÁ, N. L. Estudos Surdos. Artigo. UFBA. 2001.

PEDAGOGOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Carga horária: 60 h

Ementa: Pedagogia e sua História. Fundamentos Epistemológicos da Pedagogia. Desenvolvimento e atuação profissional do pedagogo. Pedagogia e Ciência da Educação. Trabalho do Pedagogo em diferentes contextos educativos. Práticas Pedagógicas Bilíngues (Libras).

Objetivos:

- Compreender a Pedagogia, sua história e os entrelaçamentos desta ciência no meio acadêmico e social;
- Definir as áreas de atuação do pedagogo;
- Desenvolver uma consciência sobre as práticas pedagógicas bilíngues.

Conteúdo Programático:

1. Pedagogia e sua história;
2. Formação do/a pedagogo/a:

- 2.1. Especificidade do conhecimento pedagógico;
- 2.2. Áreas de atuação profissional do /a pedagogo/a;
- 2.3. Espaços de formação;
3. O/A pedagogo/a como profissional reflexivo:
 - 3.1. Pedagogia: teoria e prática da educação;
 - 3.2. Pesquisa na formação docente;
 - 3.3. Formação continuada dos/as pedagogos/as;
 - 3.4. A autonomia docente;
4. Culturas e identidades profissionais do magistério;
5. Pedagogia e práticas pedagógicas bilíngues.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL/Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução de 1o de maio de 2006: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, 2006.

_____, Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015.

BRZEZINSKI, I. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. SP: Papirus, 1996.

CONTRERAS, J. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

GERALDI, C..M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. (Orgs.) Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil- ALB, 1998.

LIBANEO, J.C. Pedagogia e pedagogos para quê?. SP: Cortez, 1998.

SILVA, S.; VIZIM, M. Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil- ALB, 2003.

CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa: Introdução aos conceitos da sociologia. Noções básicas instrumentais/operacionais de conceitos sociológicos, consagrados pelo “estado da arte” contemporâneo. Vertentes teóricas e princípios de análise das Ciências Sociais. Educação em diferentes contextos socioculturais.

Objetivos:

- Introduzir a reflexão acerca dos processos histórico-sociais que constituíram a instauração da modernidade;
- Introduzir o aluno nos conceitos básicos das Ciências Sociais: sociedade, cultura, relações sociais;
- Refletir sobre temáticas de especial interesse da área de Educação/Pedagogia a partir dos referenciais teórico-metodológicos das Ciências Sociais, em particular da Sociologia Clássica;
- Permitir ao estudante de pedagogia uma reflexão aprofundada sobre os temas da realidade social em suas interfaces com a Educação;
- Tendências teóricas e tradição de pesquisas em Ciências Sociais e História.

Conteúdo Programático:

1. Perspectiva histórica do desenvolvimento da sociologia como ciência;
2. Introdução aos debates teóricos centrais da sociologia, a partir das grandes polaridades: estrutura X ação; consenso X conflito; tradição X modernidade; subjetividade X objetividade;
3. A Modernidade e o Capitalismo: Marx, Durkheim e Weber;
4. Educação e Sociologia.

Bibliografia Básica:

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M.L.O.; Oliveira, M.G.M. Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

MAIA, J.M.E.; PEREIRA, L.F.A. Pensando com a Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

CASTRO, C. (Org.). Textos Clássicos de Sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos. Org. José Arthur Giannotti. Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1974

WEBER, M. Max Weber: sociologia. In: COHN Gabriel (Org). Coleção "Grandes Cientistas Sociais". São Paulo: Ática, 1974.

WEBER, M. Fundamentos da Sociologia. Porto: Editora Rés, 1983.

DURKHEIM, E. Durkheim: sociologia. Org. José Albertino Rodrigues. Coleção "Grandes Cientistas Sociais". São Paulo: Ática, 1978.

DURKHEIM, E. Da Divisão do Trabalho Social: As regras do método sociológico. O suicídio. As formas elementares da vida religiosa. Org. José Arthur Giannotti. Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

Carga horária: 60h

Ementa: Paradigmas do conhecimento. Relação entre filosofia, educação e ideologia. Múltiplas abordagens da educação. Relações de saber-poder em Foucault: subjetivação e governamentalidade.

Objetivos:

- Possibilitar ao futuro professor conhecimento a respeito das contribuições do debate filosófico a respeito das ideias pedagógicas e das concepções do ensino/aprendizado;
- Oferecer ao futuro professor uma introdução a reflexão filosófica que compõe o ideário do mundo moderno ocidental;
- Fomentar o pensamento crítico e a capacidade de refletir sobre as implicações filosóficas da prática docente.

Conteúdo Programático:

1. A filosofia em Sócrates e seu papel no mundo atual;
2. O debate Platão – Aristóteles acerca do caminho para a verdade;
3. O ceticismo de Sexto e a resposta cartesiana;
4. Locke e Rousseau: aprendizado, natureza e sociedade.

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES. A política. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DESCARTES, R. Meditações. 3.ed Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. Ed. Bertrand Brasil,

LOCKE Draft A. Première esquisse de l'Essai philosophique concernant l'entendement humain. Trad. M. Delbourg-Delphis. Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1974.

PLATÃO. A República. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

PLATÃO. Ménon. Lisboa: Colibri, 2002.

ROUSSEAU, J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ São Paulo: Editora Ática, 1989.

ROUSSEAU. Do contrato social. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SEXTO EMPÍRICO. Outlines of Pyrrhonism. Trad. R. G. Bury. Cambridge, MS: Harvard University Press, 1933. (Loeb Classical Library)

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO I

Carga horária: 60 horas

Ementa: As TICs na sociedade e em sua história, com ênfase nos aspectos contemporâneos das mídias digitais e sua utilização na produção de recursos didáticos tanto por professores como por seus alunos. O conceito de cibercultura (cultura contemporânea específica dos meios digitais) e o planeta conectado através dos artefatos digitais. Histórico das TICs. Tecnologias digitais na fase da web 1.0: predomínio da transmissão-recepção. TICs digitais na fase da Web 2.0 e os conceitos de participação-intervenção, colaboração-co-autoria, interatividade. O alfabetismo informacional e as TICs na produção de conhecimento: busca, seleção, produção e divulgação. Os novos letramentos com as TICs digitais. O professor como consumidor de mídias. O professor como produtor de mídias para e com seus alunos: autoria digital, recursos educacionais abertos, remixagem, crítica dos conteúdos. As tecnologias, em especial as de configuração

digital, na educação de surdos. Os materiais educacionais e as questões de acessibilidade comunicacional.

Objetivos:

- Situar o aluno quanto ao momento histórico contemporâneo das TICs através de um breve histórico;
- Diferenciar o ensino com mídias de massa clássicas do ensino com as mídias digitais online e personalizáveis;
- Relacionar as especificidades da educação de surdos com a potencialidade de uso de TICs.

Conteúdo Programático:

1. Tecnologia e sociedade;
 - 1.1. Histórico das tecnologias de informação e comunicação até o momento contemporâneo com as mídias digitais;
 - 1.2. Utopias e distopias sobre as tecnologias;
 - 1.3. Discussão sobre a tecnologia, consumo e produção;
 - 1.4. Características da cibercultura no nosso tempo;
2. Cibercultura e Educação;
 - 2.1. O professor e o que muda em sua docência com as tecnologias;
 - 2.2. Alfabetização informacional e letramento digital;
 - 2.3. Acesso a utilização de mídias digitais na construção de conhecimento.
3. Tecnologia e educação de surdos;
 - 3.1. Questões básicas da educação de surdos;
 - 3.2. Materiais educacionais e acessibilidade comunicacional;
 - 3.3. Produção de materiais educacionais com recursos tecnológicos.

Bibliografia Básica:

AMORIM, M. L. C. Evolução de tecnologia assistiva para surdos no Brasil e no mundo. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. Curitiba: CRV, 2012, p. 245-264.

ARCOVERDE, R. D. de L. Tecnologias digitais: novo espaço interativo na produção escrita dos surdos. Cadernos Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p. 251-267, maio/ago. 2006. Disponível em:

CAMPELLO, A. R. S. Aspectos da visualidade na educação de surdos. Tese

(Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91182>

LEMOS, A. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A.; CUNHA, P. (Org.). Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003; p. 11-23. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cibercultura.pdf>

LEMOS, A. Cibercultura como território recombinate. In: MARTINS, Camila Duprat; CASTRO e SILVA, D.; MOTTA, R. (Org.). Territórios recombinaentes: arte e tecnologia – debates e laboratórios. São Paulo: Instituto Sérgio Motta, 2007, p. 35-48. Disponível em: < <http://www.com.ufv.br/cibercultura/wp-content/uploads/2014/02/01.-Andr%C3%A9-Lemos-Cibercultura-como-Territ%C3%B3rio-Recombinante.pdf>> Acesso em: 26 fev 2015.

LÉVY, P. Cibercultura. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus Editora, 2007.

MORAN, J. M. A contribuição das tecnologias para uma educação inovadora. Contrapontos, v. 4, n. 2, p. 347-356, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/785/642>

RIBEIRO, T. S. As novas tecnologias e o professor: como melhorar essa relação? In: MORAES, M. (Org.). Questões da educação. Rio de Janeiro: iVentura, 2016.

SANTOS, E. A informática na educação antes e depois da Web 2.0: relatos de uma docente-pesquisadora. In: RANGEL, M.; FREIRE, W. (Org.). Ensino-aprendizagem e comunicação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010, p. 107-129. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/230340-A-informatica-na-educacao-antes-e-depois-da-Web-2-0-relatos-de-uma-docente-pesquisadora/>>

SILVA, M. Cibercultura e educação: a comunicação na sala de aula presencial e online. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 37, p. 69-74, dez. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4802>>.

SALTO para o futuro. Cibercultura: o que muda na educação. Ano XXI, n. 3, abr. 2011. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/212448cibercultura.pdf>>.

SANTAELLA, L. A aprendizagem ubíqua substitui a educação formal? Revista de

Computação e Tecnologia PUC-SP, v. 2, n. 1, p. 17-22, out. 2010.

SANTAELLA, L. Desafios da ubiquidade para a educação. Revista Ensino Superior Unicamp, v. 9, p. 19-28, 2013. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/desafios-da-ubiquidade-para-a-educacao>

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação e Sociedade. Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, 2002. <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>

TAVEIRA, C. C.; ROSADO, A.; LEMOS, G. S. ; FURRIEL, M. F. S. Novas tecnologias na produção de monografias em Libras com alunos do INES: língua de sinais, performance surda e o uso do vídeo digital. In: ROSADO, A.; FERREIRA, G. (Org.). Educação e Tecnologia: Parcerias volume 4. Rio de Janeiro: Editora Estácio de Sá, 2015, v. 1, p. 142-186.

LIBRAS II

Carga horária: 60h

Ementa: Fonologia e fonética da Libras x Português. Pares Mínimos da Libras. Regras fonológicas da Libras. Tipos de verbo na Libras: simples; concordância verbal: pessoa, local; Espaciais. Aquisição nível fonológico da Libras

Objetivos:

- Conhecer os aspectos mais relevantes de gramática da Libras.
- Utilizar os conhecimentos adquiridos para compreender a interferência da Libras nos textos produzidos pelos alunos surdos;
- Refletir sobre e compreender a fonética e fonologia da Libras;
- Conhecer aspectos da estrutura gramatical da língua Brasileira de Sinais, organização fonológica e tipos de verbo;
- Discutir conteúdos, assunto do vídeo apresentado do Youtube;
- Ampliar o sinalário e o vocabulário;
- Produzir o texto em Libras.

Conteúdo Programático:

1. Fonologia e fonética da Libras x Português;

2. Pares Mínimos da Libras;
3. Regras fonológicas da Libras: Simetria, Dominância;
4. Tipos de Verbos da Libras;
5. Aquisição nível fonológico da Libras;
6. Produção de textos – narrativa em Libras

Bibliografia Básica:

KARNOFF, Lodenir. Fonética e fonologia. Universidade Federal de Santa Catarina Curso: Bacharelado e Licenciatura Educação a Distância, 2007.

QUADROS, R.; KARNOFF, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

VIOTTI, E. C. Introdução aos Estudos Linguísticos. Florianópolis: UFSC, 2008.

LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA II - OUVINTES

Carga horária: 60h

Ementa: Organização textual no nível micro e macroestrutural. Estrutura básica do texto narrativo, dissertativo, descritivo e injuntivo. Leitura crítica de textos. Paráfrase. Seleção e adequação vocabular. Introdução e desenvolvimento de ideias. Encadeamento de parágrafos e progressão temática. Recursos coesivos. Aspectos semânticos dos encadeadores discursivos.

Objetivos:

- Pensar o texto nos níveis micro e macrotextual
- Explorar a estrutura característica de textos narrativos, dissertativos, descritivos e injuntivos
- Pensar a paráfrase como procedimento de leitura e produção textual
- Problematizar a seleção e adequação vocabular em diferentes tipos textuais
- Analisar a ordenação de parágrafos e o encadeamento lógico de textos
- Analisar e aplicar os principais recursos coesivos da língua portuguesa

Conteúdo Programático:

1. O texto no nível micro e macroestrutural.

2. Estrutura básica de textos narrativos, dissertativos, descritivos e injuntivos.
3. Encadeamento entre parágrafos em diferentes textos. Introdução e desenvolvimento de ideias.
4. Noção de paráfrase. A paráfrase como atividade de leitura e produção textual.
5. Recursos coesivos.

Bibliografia Básica:

AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

KOCH; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

BRITO, K. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

Bibliografia Complementar:

BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. Org. A. Paiva Dionísio; J. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2009.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

CARNEIRO, A. D. Redação em construção, a escritura do texto. São Paulo: Moderna, 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

KOCH, I. V. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1991.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA II - SURDOS

Carga horária: 60h

Ementa: Apresentação, (re)conhecimento e comparação de diferentes gêneros textuais (tirinha, charge, peças publicitárias, resumo, sinopse). Compreensão e produção escrita; Aspectos léxico-gramaticais e semânticos da Língua Portuguesa; Apresentação e discussão (análise) da dimensão oracional da LP.

Objetivos:

- Desenvolver estratégias de leitura;
- Identificar significados explícitos e implícitos no texto;
- Reconhecer diferentes gêneros (tirinha, charge, peças publicitárias, resumo e sinopse), identificando suas particularidades léxico-gramaticais e semânticas;
- Analisar a estrutura de períodos em LP;
- Apresentar principais usos da vírgula e do ponto;
- Desenvolver estratégias de leitura e produção textual nos gêneros estudados.

Conteúdo Programático:

1. Gêneros textuais tirinha, charge, peças publicitária, resumo, sinopse: estrutura e particularidades léxico-gramaticais;
2. Estratégias de leitura em segunda língua;
3. Informação não verbal: lay-out; efeitos tipográficos, etc.;
4. Informação verbal (títulos, palavras-chave, palavras repetidas, cognatos);
5. Inferência do significado vocabular a partir de informações contextuais;
6. Produção textual a partir das convenções da LP como L2;
7. Estrutura oracional da LP: períodos e pontuação.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Identidades e caminhos no ensino de português para estrangeiros. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2008a. Disponível em:

www.mec.gov.br/seesp. Acesso em 18 jan 2015.

_____. Inclusão, Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação. Edição Especial, volume 1, n.º 1, Brasília, 2005.

Bibliografia complementar

BRASIL. Inclusão, Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação, v. 1, n. 1, Outubro, Brasília, 2008b.

BRITO, K. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO I

Carga horária: 60h

Ementa: Ciência e senso comum. Psicologia como ciência. Os objetos da Psicologia. O saber psicológico e suas principais correntes teóricas. Psicologia e Educação: dimensões históricas. Concepções teóricas em Psicologia e Educação. Especificidades da relação entre a Psicologia e a Educação. Enfoques histórico culturais sobre o desenvolvimento: conceitos básicos, estrutura e processos psicológicos.

Objetivos:

- Identificar a Psicologia como ciência
- Compreender a interface Psicologia e Educação ao longo da história.
- Reconhecer as principais correntes da Psicologia que dialogam com a Educação.
- Analisar e questionar as principais ideias que orientam o debate sobre o desenvolvimento humano na atualidade.

Conteúdo Programático:

1. A Psicologia como ciência e seus objetos.
2. Diferentes correntes teóricas em Psicologia.
3. Dimensões históricas da interface Psicologia e Educação.
4. Concepções teóricas em Psicologia e Educação.
5. Principais ideias que orientam o debate sobre o desenvolvimento humano na atualidade.

Bibliografia Básica:

BOCK, A.M.B. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*, São Paulo: Ed. Saraiva, 1993.

_____ GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (orgs) *Psicologia sócio histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez Editora, 2009 (cap.1)

KUPFER, M.C. *Educação para o futuro: psicanálise e educação*, São Paulo: Ed. Escuta, 2007.

REGO, T.C. *Educação, cultura e desenvolvimento: o que pensam os professores sobre as diferenças individuais*. In: AQUINO, J.G. (org) *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teórico-práticas*. São Paulo: Summus Ed, 1998.

VIGOTSKI, L.S. *Formação social da mente*, [tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche] São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZONTA, C.; MEIRA, M.E. *Fundamentos psicossociais da educação*. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2007.

CONCEPÇÕES SOBRE INFÂNCIA

Carga horária: 60h

EMENTA: Estudos sobre criança e cultura, sobre concepções de criança, infância e sociedade e sobre relações entre essas concepções e o atendimento social e educacional destinado às crianças. A transformação dos conceitos de criança e infância ao longo da História do Brasil. Repercussões desse processo na educação de crianças surdas e ouvintes no nosso país.

Objetivos:

- Estabelecer relações entre cultura e criança, encarando a infância como uma construção social;
- Analisar as diferentes fases do atendimento social e educacional ofertado às crianças brasileiras ao longo da História brasileira;
- Identificar as transformações no campo da educação para a infância, entendendo-as como um processo de conquistas marcado por tensões, avanços e conflitos no que concerne às políticas públicas para a educação de surdos e de ouvintes.

Conteúdo programático:

1. Conceito de infância: uma construção social
2. Criança: adulto pequeno (Idade Média, Europa Ocidental)
3. Criança: ser frágil, incompleto e influenciável (Idade Moderna, Europa Ocidental)
4. Criança indígena: lugar central na família e na comunidade (Brasil, período do Descobrimento)
5. Criança indígena: objeto de catequização (Brasil colonial)
6. Criança branca: futuro dirigente da Colônia
7. Criança negra: pequeno escravo
8. Criança enjeitada
9. Criança desvalida
10. Criança delinquente
11. Criança operária
12. Criança: objeto da medicina e da higiene (Movimento Higienista)
13. Criança: sujeito epistêmico (Piaget)
14. Criança: ser em interação social (Vygotsky)
15. Criança cidadã

Bibliografia Básica:

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

DONZELOT, J. A polícia das famílias. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque; revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FERREIRA Jr., A.; BITTAR, M. Educação Jesuítica e Crianças Negras no Brasil Colonial. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/007_armilio_e_marisa.pdf

KRAMER, S. Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 2000.

KUHLMANN JR, M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEITE FILHO, A.; GARCIA, R. L. (Org.). Proposições para uma educação infantil cidadã. In: LEITE FILHO, A.; GARCIA, R. L. Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: Dp&a, 2001. p. 10-40.

LODI, A. C. B. Educação Bilíngue para Surdos e Inclusão segundo a Política Nacional de Educação. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.educacaoepesquisa.fe.usp.br/wp-content/uploads/2013/03/V.-39-n.01-2013-Livro-1.pdf>

MALTA, C. et al. Creches e pré-escolas no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil. 2.ed, São Paulo: Cortez, 1999.

MOREIRA, V. M. Caridade, Filantropia e Políticas Públicas: as concepções acerca da assistência social à infância na Bahia entre os séculos XIX E XX. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307064507_ARQUIVO_Caridade,filantropiaepoliticaspUBLICAS.pdf

MUNIZ, L. Naturalmente Criança: a educação infantil de uma perspectiva sociocultural. IN: KRAMER, S.; LEITE, M. I.; NUNES, M. F.; GUIMARÃES, D. Infância e Educação Infantil. Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 243-268. Disponível em: <http://www.educacaoepesquisa.fe.usp.br/wp-content/uploads/2013/03/V.-39-n.01-2013-Livro-1.pdf>

RUSSELL-WOOD. A. J. R. Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, R. M. C. Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Piauí: história de uma instituição educativa. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.615.pdf>

SIQUEIRA, F. G. R.; RUCKSTADTER, F. M. M. Os Jesuítas e a Educação dos Índios nas Cartas de Manoel da Nóbrega (1517-1570). Disponível em: http://www.xijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/5/artigo_eixo5_340_1410811089.pdf

VENÂNCIO, R. P. Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Papirus, 1999.

Documentos:

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394), de 20 de dezembro de 1996.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 e o art. 18 da Lei nº 10.098.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO

Carga horária: 60 h

Ementa: O conceito de Cultura e suas diversas dimensões: como organização de significados, percepção do mundo e campo de lutas. Os usos do conceito de cultura no mundo contemporâneo. Relações étnico-raciais e perspectivas histórico-sociais da cultura afro-brasileira. Relações entre cultura, significação, identidade e poder. Estudo dos métodos de investigação típicos da antropologia contemporânea e sua apropriação pela educação.

Objetivos:

- Apresentar as diversas tradições antropológicas;
- Debater questões sobre Cultura e Sociedade;
- Analisar a perspectiva teórico-metodológica da antropologia e suas implicações para o campo da Educação.

Conteúdo programático:

1. Cultura e sociedade;
2. Cultura e Educação;
3. Diversidade cultural, Relativismo e Etnocentrismo;
4. Métodos de pesquisa na antropologia;
5. Cultura, Significação, Identidade e poder.

Bibliografia Básica:

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 17.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SILVA, T. (org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

TRINDADE, A. L.; SANTOS, R. (Org.). Multiculturalismo: mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar:

BHABHA, H. O local da cultura. 3.ed. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 2007.

BAUMAN, Z. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HALL, S. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Carga horária: 60h

Ementa: Contexto histórico a partir da antiguidade grega articulando com a história da Educação e das ideias pedagógicas de cada período, identificando rupturas e permanências da história da educação geral no contexto educacional brasileiro contemporâneo.

Objetivos:

- Possibilitar um resgate do contexto geral de cada período histórico.
- Conhecer a história da educação geral e história da Educação no Brasil.
- Conhecer e discutir as principais concepções educacionais e pedagógicas de cada período histórico.
- Conhecer e identificar as rupturas e permanências da história da educação geral no contexto educacional brasileiro contemporâneo.

Conteúdo Programático:

1. A educação na Grécia. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.
2. História da Educação em Roma. Contexto histórico, pedagogia, educação,

concepções e principais autores.

3. História da Educação na Idade Média. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.

4. O renascimento e a educação. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.

5. Reforma, Contra Reforma e Educação. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.

6. O iluminismo e a educação Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.

7. Marxismo e educação. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.

8. História da educação no Brasil Colônia e Império. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.

9. Educação na primeira metade do XX no Brasil. Contexto histórico, pedagogia, educação, concepções e principais autores.

10. Paulo Freire e os desafios da Educação na contemporaneidade brasileira. Contexto histórico, pedagogia, educação, rupturas e permanências.

Bibliografia Básica:

ARANHA, M. L. de A. História da educação. São Paulo: Moderna, 1989.

GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 1998, p. 230-266.

ROSA, M. G. A história da Educação através dos textos. São Paulo: Editora Cultrix, 2009.

MANACORDA, M. A. Educação da Educação. 12.ed. São Paulo: Cortes, 2006.

ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.

Bibliografia complementar:

PILETTI, N; PILETTI, C. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2014.

VEIGA, C.G. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

Dicas de sites:

<http://www.beatrix.pro.br/index.php/filmes-historia-da-educacao/>

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial.html

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_titulos.html

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/videos.html>

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO II

Carga horária: 60 horas

Ementa: Ideologia da Cibercultura: apresentação, sob um olhar crítico, das tecnologias de informação e comunicação (TICs) digitais e os seus movimentos ideológicos. A internet, o computador e as noções de transcendência do corpo na arte e na literatura. A noção de futuros imaginários e sua presença na ficção científica (literatura e cinema) e no meio empresarial. Aspecto histórico: a contracultura estadunidense e cibercultura nascente (cultura hacker) dos anos 70 e 80 até o corporativismo na cibercultura contemporânea dos anos 90 e 2000. Os fundamentos da cultura hacker e sua relação com o Vale do Silício. As heranças da cultura hacker nos movimentos da Educação Aberta contemporânea: MOOCs, REAs, PLEs. Políticas públicas nacionais na área de novas tecnologias na educação: as iniciativas estatais Proinfo e Projeto UCA; a crítica aos modelos de EaD contemporâneos: o modelo UAB e sua derivação de modelos internacionais. Mídia-educação e seus momentos históricos: a proposta da crítica com, sobre e através dos meios de comunicação como alternativa para a educação de surdos. Apresentação do professor sobre a Alfabetização Midiática e Informacional. Conceitos básicos de alfabetismo visual e sua aplicação nas práticas educacionais a partir da AMI.

Objetivos:

- Realizar um contraponto crítico às ideias utópicas e otimistas sobre TICs digitais existentes na academia, no cinema e na literatura através do conceito de futuros imaginários.
- Entender a relação da cultura hacker-cibercultura no campo da informática e seus princípios ideológicos (imaginário), situando seu nascimento no século

XX.

- Situar a educação aberta e seus movimentos contemporâneos.
- Conhecer as repercussões das TICs digitais nas políticas públicas adotadas no Brasil.
- Compreender alguns princípios da mídia-educação, sua abordagem crítica, e sua aplicação com a TICs digitais.
- Aplicar os conhecimentos práticos e visão crítica a um projeto de criação e intervenção mídia-educativa no contexto da educação de surdos.

Conteúdo Programático:

1. Cibercultura e suas Críticas

- a. Futuros imaginários e tecnologias no séc. XX: os autômatos no cinema e na literatura
- b. A cultura hacker, suas origens e modelo ético de trabalho.
- c. A educação aberta e sua relação com o ideário hacker.
- d. Os movimentos da educação aberta: MOOCs, REAs e PLEs.
- e. Críticas à educação aberta.
- f. Políticas públicas nacionais na área de novas tecnologia na educação e suas críticas.

2. Reflexões críticas na Educação

- a. A mídia educação como leitura crítica dos meios
- b. Os conceitos-chave da mídia educação e suas aplicações
- c. Os momentos da mídia-educação no século XX.
- d. A alfabetização midiática e informacional, apresentação do conceito e histórico.
- e. Planejamento de atividade AMI e intervenção mídia-educativa.

3. Práticas com Design gráfico e Imagens digitais

- 4. Design gráfico: elementos básicos e alguns princípios para criação de peças gráficas.

5. Criação de material gráfico.

6. Princípios de criação com fotografia e imagens digitais.

Bibliografia Básica:

BARBROOK, R. Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global. São Paulo: Petrópolis, 2009. p. 17-23. <https://pt.scribd.com/doc/135025581/BARBROOK->

FANTIN, M. Mídia-educacão: aspectos históricos e teórico-metodológicos. Olhar de professor, v. 14, n. 1, p. 27-40, Ponta Grossa, 2011. <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3483>

FELINTO, E. À Imagem do Homem: Robôs, Autômatos e Pós-Humanos no Imaginário Tecnológico. ComCiência, Brasília/SBPC, v. 70, n. 70, p. 1, 2005. http://www.comciencia.br/reportagens/2005/10/07_impr.shtml

ILLICH, I. Sociedade sem escolas. Petrópolis: Vozes, 1985.

LOPES, S. C.; SANTOS, E. D. Política de inserção das TICs na educação e formação de professores. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA, 3, 2010, Salvador. Anais Salvador, 2010.

MOCELIN Daniel Gustavo. A ética hacker do trabalho: rompendo com a jaula de ferro?. Sociologias [online]. 2008, n.19, pp.332-345.

MORAES, M. C. Informática educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas. <http://www.inf.ufsc.br/sbc-ie/revista/nr1/mariacandida.html>.

SANTOS, Edméa. A Informática na Educação antes e depois da web 2.0: relatos de uma docente-pesquisadora. In: RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel. (Org.). Ensino-Aprendizagem e Comunicação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010, v. 1, p. 107-129. <http://www.youblisher.com/p/230340-A-informatica-na-educacao-antes-e-depois-da-Web-2-0-relatos-de-uma-docente-pesquisadora/>

SELWYN, Neil. Em Defesa da Diferença Digital: uma abordagem crítica sobre os desafios curriculares da Web 2.0. In: DIAS, P.; OSÓRIO, A, (Orgs.) Aprendizagem (In)Formal na Web Social. Braga: Centro de Competência da Universidade do Minho. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/4098764/En_defesa_da_diferenca_digital_uma_abordagem_critica_sobre_os_desafios_curriculares_da_web_2.0

SIQUEIRA, Alexandra Bujokas de. Mídia: quer estudar essa matéria? In: SALTO para o futuro. Mídia-educacão e currículo escolar. Ano XXIII, n. 20, out. 2013. p. 4-18. http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationSeries/15022720_MidiaEducacao.pdf

WILSON, Carolyn et al. Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf>.

LIBRAS III

Carga horária: 60 h

Ementa: Morfologia: formação de sinais na Libras. Flexão Verbal na LIBRAS: Verbos classificadores. Derivação da LIBRAS. Polissemia e Homonímia. Sinonímia e Antonímia. Variação linguística: diacrônica e sincrônica.

Objetivos:

- Utilizar os conhecimentos adquiridos para compreender a interferência da modalidade na língua;
- Conhecer e Praticar os diferentes tipos de classificadores, desenvolver a expressão corporal e facial e utilizá-los em situações que envolvam dinâmicas.
- Conhecer e interagir a origem da LS e seus aspectos Linguísticos;
- Conhecer os Verbos classificadores da Libras;
- Compreender a diferença na derivação e na flexão;
- Reconhecer a polissemia e homonímia na Libras;
- Identificar sinonímia e antonímia na Libras
- Discutir conteúdos, assunto do vídeo apresentado do Youtube;
- Ampliar o sinalário e o vocabulário;
- Produzir o texto em Libras.

Conteúdo Programático:

1. Processo morfológico de formação de sinais;
2. Flexão Verbal na Libras: Verbos classificadores, Incorporação de números e de negação;
3. Variação linguística;
4. Derivação da Libras;
5. Polissemia e Homonímia da LIBRAS.
6. Sinonímia e Antonímia da Libras;
7. Produção textual em Libras: textos utilizado classificadores como anáfora e narrativas.

Bibliografia Básica:

FELIPE, Tanya. Sistema de Flexão Verbal na LIBRAS: Os classificadores enquanto marcadores de flexão de gênero. Artigo publicado nos Anais do Congresso Surdez e Pós-Modernidade: Novos rumos para a educação brasileira - 1º. Congresso Internacional do INES. 7º. Seminário Nacional do INES. Rio de Janeiro: INES. 2002, p. 37-58.

PIZZO, A. L.; REZENDE, P. L. F.; QUADROS, R. M. Língua Brasileira de Sinais I. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/linguaBrasileiraDeSinaisI/assets/459/Texto_base.pdf

PIZZO, A. L.; CAMPELLO, A. R. S.; REZENDE, P. L. F.; QUADROS, R. M. Língua Brasileira de Sinais III. Florianópolis: UFSC, 2009.

QUADROS, R; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Artmed: Porto Alegre, 2004.

VIOTTI, E. C. Introdução aos Estudos Linguísticos. Florianópolis: UFSC, 2008.

<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/morfologia/scos/cap30818/1.html>

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/sociolinguistica/assets/547/TEXTO-BASE_Sociolinguistica.pdf

LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA III - OUVINTES

Carga horária: 60h

Ementa: Recursos argumentativos. Leitura e produção textual. Informações implícitas e explícitas. Tipos de argumento. Estratégias argumentativas em diferentes gêneros textuais (impressos e WEB). Resenha acadêmica.

Objetivos:

- Analisar a tipologia dissertativa, argumentativa e expositiva;
- Escrever textos, utilizando estratégias argumentativas;
- Identificar informações implícitas (pressupostos e subentendidos);
- Elaborar resenha acadêmica.

Conteúdo Programático:

1. Texto dissertativo: argumentativo e expositivo;
2. Diferentes textos argumentativos e suas estratégias;

3. Leitura e escrita de resenha acadêmica;
4. Leitura e produção de textos dissertativos.

Bibliografia Básica:

BRITO, K. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez, 2004.

_____; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1991.

Bibliografia complementar

BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. In: PAIVA DIONÍSIO, A.; HOFFNAGEL, J. (Org.) São Paulo: Cortez, 2009.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002

BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CARNEIRO, A. D. Redação em construção, a escritura do texto. São Paulo: Moderna, 2001.

LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA III - SURDOS

Carga horária: 60h

Ementa: Tipologia textual: narração, descrição, injunção. Gêneros textuais: biografia, cartão postal, e-mail, receita culinária. Gêneros acadêmicos: fichamento e resumo. Coesão e coerência.

Objetivos:

- Identificar e diferenciar textos narrativos, descritivos e injuntivos;
- Produzir textos narrativos, descritivos e injuntivos: biografia, cartão postal, e-mail, receita;
- Produzir textos acadêmicos: fichamentos e resenhas;

- Explorar o uso dos elementos coesivos nos textos estudados;
- Analisar o encadeamento de ideias.

Conteúdo Programático:

1. Tipologia textual: narração, descrição, injunção;
2. Gêneros textuais: biografia, cartão postal, e-mail, receita culinária;
3. Gêneros acadêmicos: fichamento e resenha;
4. Coesão e coerência.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, E. O. Crepaldi de. *Leitura e Surdez: um estudo com adultos surdos não oralizados*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 2000.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. *Prática de texto: língua portuguesa para estudantes universitários*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERNANDES, S. *Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos: algumas considerações*. SEED/SUED/DEE, Curitiba, 2006 – www.educadores.diaadia.pr.gov.br.

FINAU, R. *Aquisição de escrita por alunos surdos: a categoria aspectual como um exemplo do processo*. RBLA, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 935-956, 2014.

Bibliografia complementar

PEREIRA, M. C. da Cunha. *O processo de referenciação na produção textual de adolescentes surdos*. Revista Letras, Curitiba, n. 72, p. 115-132, maio/ago. 2007.

HANKS, W. F. *Os gêneros do discurso em uma teoria da prática*. In: HANKS, W. F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO II

Carga horária: 60h

Ementa: Articulação teórico-prática das concepções sobre conhecimento, aprendizagem e desenvolvimento. A relação ensino-aprendizagem a partir das contribuições de Piaget, Wallon e da vertente histórico cultural de Vigotski. Cognição humana e práticas escolares para surdos e ouvintes. O processo ensino-aprendizagem e a relação professor-aluno. Questões contemporâneas sobre a infância e adolescência no contexto escolar. Contribuição sócio-política da psicologia na prática escolar. A produção

do fracasso escolar e o processo de medicalização na educação.

Objetivos:

- Compreender a articulação entre conhecimento, aprendizagem e desenvolvimento.
- Identificar correntes da Psicologia que embasam práticas atuais na Educação.
- Relacionar as principais concepções teóricas sobre a produção de conhecimentos em ouvintes e surdos.
- Reconhecer a implicação da relação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem.
- Identificar questões contemporâneas que atravessam o processo de escolarização.

Conteúdo Programático:

1. Concepções sobre conhecimento, aprendizagem e desenvolvimento.
2. Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem em Piaget, Wallon e Vigotski.
3. Implicações da relação professor-aluno no processo ensino aprendizagem.
4. Questões contemporâneas sobre a infância e adolescência no contexto escolar.
5. A produção do fracasso escolar e o processo de medicalização na educação.

Bibliografia básica:

BOCK, A.M.B. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia, São Paulo: Ed. Saraiva, 1993.

COLINVAUX, D. Piaget na terra de Liliput: reflexões piagetianas sobre a educação. Revista Movimento da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, nº1, maio,2000

GALVÃO, I.. Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HARPER, B.; CECCON, C.; OLIVEIRA, M. D. Cuidado, escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas. São Paulo: Brasiliense: 1980.

MOYSES, M.A.A.;COLLARES, C.A.L. Mais de um século de patologização da educação. Revista Fórum: Diálogos em Psicologia, ano 1, n. 1, Ourinhos/SP, 2014.

PATTO, M.H.S. A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010 Parte 1

PIAGET, J Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1964

DIDÁTICA

Carga horária: 60h

Ementa: Conhecimento e aprendizagem. Educação, Pedagogia e Didática. Planejamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem. Abordagens pedagógicas e práticas na educação de surdos.

Objetivos:

- Compreender os campos da Educação, Pedagogia e Didática e suas interfaces;
- Identificar as diferenças entre as Tendências Pedagógicas;
- Comparar e aplicar diversos tipos e recursos de aula;
- Analisar as abordagens pedagógicas e suas relações com experiências bilíngues para surdos;
- Identificar e analisar componentes das práticas pedagógicas: planejamentos, processos avaliativos da aprendizagem e suas respectivas aplicabilidades.

Conteúdo Programático:

1. Conhecimento-aprendizagem: abordagens epistemológicas
2. Educação, Pedagogia e Didática: concepções e interfaces
3. Planejamento: tipos, objetivos e conteúdos
 - i. O que é planejamento?
 - ii. Tipos de planejamento: (a) educacional; (b) curricular (CNE – CEE), (c) de ensino (curso, unidade, aula).
 - iii. Planejamento: objetivos e conteúdos.
4. Planejamento: plano, tipos e recursos de aula
 - i. Plano de Aula
 - ii. Tipos e Recursos de Aula
5. Avaliação: o que é? Planejamento e Avaliação
6. Avaliação: tipos e instrumentos
7. Abordagens pedagógicas e práticas bilíngues na educação de surdos

Bibliografia Básica:

CANDAU, V. M. (Org.). Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, P.; MACEDO, D. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. [Trad. Lólio Lourenço de Oliveira]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, M. Didática I. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2006.

MORAES, M. Didática II. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2007.

Bibliografia Complementar:

CANDAU, Vera Maria (Org.). Rumo a uma nova didática. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GADOTTI, Moacir. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 2008.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: ArtMed, 1997.

McLAREN, Peter. Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Trad. Marcia Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SANTOS, Ana Lúcia Cardoso dos; GRUMBACH, Gilda Maria. Didática. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

Carga horária: 60 horas

Ementa: Estado e conceito de políticas públicas. Direito à Educação. Organização da educação nacional e seus sistemas. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Planejamento educacional e Plano Nacional de Educação. Financiamento da Educação. Políticas públicas, movimentos sociais e a educação de surdos.

Objetivos:

- Conhecer e discutir conceitos de políticas públicas, compreendendo o papel do Estado e da sociedade civil no seu processo de formulação e implementação;

- Reconhecer a educação como direito, identificando seus principais marcos legais;
- Compreender a organização da educação nacional e sua forma de financiamento;
- Conhecer e discutir diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação;
- Conhecer e discutir as principais políticas educacionais voltadas para pessoas surdas.

Conteúdo Programático:

1. Estado e Políticas públicas

1.1 Conceitos, concepções e atores

1.2 Casos práticos de políticas públicas educacionais brasileiras na atualidade

2. Direito à educação e marcos legais

2.1 Direito à educação na LDB e na Constituição

3. Organização da educação nacional, sistemas e financiamento - LDB

3.1 Níveis e modalidades de ensino

3.2 Regime de colaboração

3.3 Redes e sistemas de educação

3.3 Formação do sistema nacional de educação

3.4 Financiamento da educação

4. Planejamento da Educação Nacional

4.1 Plano Nacional de Educação: diretrizes, metas e fóruns de acompanhamento

4.2 Planos estaduais e municipais e participação da sociedade civil

5. Políticas públicas na educação de surdos

5.1 Movimentos sociais e a formulação das políticas

5.2 Legislação e Educação de surdos (Lei 10.436/02, Decreto 5.626/05 e Lei

13.005/15)

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm . Acesso em: mar. 2016.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 24 mar. 2016.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em maio 2016.

_____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: mar. 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: mar. 2016.

_____. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: mar. 2016.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba Brasil, Edição Especial nº 2/214, p. 51-69, 2014.

MANDELBLATT, J. Políticas públicas, (des)igualdade de oportunidades e ampliação da cidadania no Brasil: o caso da educação de surdos (1990-2014). Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2014.

Bibliografia complementar:

ARROYO, M. Movimentos Sociais reeducam a educação. In: ALVARENGA, Marcia Soares et al. (org.) *Educação popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2012.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos*

práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Dicas de sites:

- Biblioteca Científica Online

<http://www.scielo.br/?lng=pt>

- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

<http://bdtd.ibict.br/vufind/>

- Notícias sobre educação diárias

http://www.editau.com.br/produtos_clipping.php

- Biblioteca Digital Domínio Público

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>

- Site da Associação Nacional de Política e Administração da Educação

<http://www.anpae.org.br/website/>

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Carga horária: 60 h

Ementa: Conceitos de Memória e História. Estudo com fontes documentais. Aproximações entre a História da Educação Geral e a História da Educação de Surdos. Registros de temas referentes à Educação de Surdos nas Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Os pioneiros da Educação de Surdos na Idade Moderna. O debate educacional travado nas Instituições de Educação de Surdos nos séculos XVIII, XIX, XX. O Império brasileiro e a criação de uma escola para Surdos. Políticas Públicas Educacionais para sujeitos surdos na atualidade.

Objetivos:

- Discutir possibilidades e limites da pesquisa histórica.
- Analisar criticamente a produção bibliográfica referente à história da Educação de Surdos.
- Relacionar os conceitos de Memória e História.
- Relacionar a Educação geral com a Educação de Surdos.
- Identificar o debate acerca da educação de surdos praticado pelos Institutos de Surdos, nos séculos XVIII, XIX e XX.
- Compreender o contexto de criação do Instituto de Educação de Surdos do

Brasil.

- Conhecer o percurso histórico do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, de sua fundação aos dias de hoje.
- Problematicar as Políticas Públicas Educacionais para sujeitos surdos na atualidade e o papel do INES no debate nacional.

Conteúdo Programático:

1. Memória e História. Compreender ou Julgar?
2. História da Educação Geral e História da Educação de Surdos.
 - 2.1 Registros de temas referentes à Educação de Surdos em diversos pensadores.
 - 2.2 Os pioneiros da educação de surdos na Europa Moderna.
 - 2.3 O debate educacional travado nos Institutos nos séculos XVIII, XIX e XX.
 - 2.4 Os Congressos de Educação de Surdos.
3. O Império brasileiro e a criação de uma Escola para Surdos.
 - 3.1 Uma linguagem e um ofício: as primeiras décadas do Instituto brasileiro.
 - 3.2 Anos cinquenta: a expansão do ensino ao surdo no Brasil.
 - 3.3 Anos oitenta: a mudança de paradigma: Mímica / Língua de Sinais.
 - 3.4 A luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais.
 - 3.5 O documento de Porto Alegre/1999 – A Educação que nós Surdos Queremos.
 - 3.6 O reconhecimento legal - Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.
 - 3.7 Tensões no Campo: as políticas de inclusão e a luta pela Escola Bilíngue.
 - 3.8 O papel do Instituto Nacional de Educação de Surdos no debate nacional.

Referências Bibliográficas:

BANKS-LEITE, Luci; SOUZA, Regina. O des (encontro) entre Itard e Victor: os fundamentos de uma educação especial. In: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Isabel (orgs.). A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard. São Paulo: Cortez, 2002.

BASTOS, Maria Helena Câmara A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: o Curso normal para professores de primeiras letras do barão de Gerando (1839). In BASTOS, Maria Helena C.; FARIA FILHO, Luciano M.(orgs.) A Escola Elementar no Século XIX. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BINZER, Ina Von. Os meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora

alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRANDÃO, Zaia; MENDONÇA, Ana Waleska. Por que não lemos Anísio Teixeira? Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

BURK, Peter. A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP. 1990.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1999.

COUTO-LENZI, Álpia. Cinquenta Anos: uma parte da história da educação de surdos. Associação Internacional "Guy Perdoncini" para o estudo e a pesquisa da deficiência auditiva. Rio de Janeiro: AIPEDA, 2004.

DIDEROT, Denis. Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

DUBY, Georges. A História continua. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GINZBURG, Carlos. O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GÓES, M.C.R. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados/Unicamp, 1996.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

LANE, Harlan. A Máscara da Benevolência: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp. 2003.

LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, L.M., VEIGA, C.G. (Orgs.). 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

LOPES, Sonia Castro. Ofício de Mestres: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1931-1939). Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

MIGNOT, A.C.V.; CUNHA, M.T.S. (Orgs.). Práticas da Memória Docente. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. Anísio Teixeira e a Universidade de Educação. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

ROCHA, S. M. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2007.

_____. Memória e História: a indagação de Esmeralda. Petrópolis: Arara Azul, 2010.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Carga horária: 60h

Ementa: Função social da educação de jovens e adultos. Fundamentos históricos da Educação de Jovens e Adultos. As condições sociais e o analfabetismo no Brasil. Legislações e Políticas Públicas para Educação de Jovens e Adultos. Concepções Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. Materiais pedagógicos para a EJA. O jovem e o adulto e suas especificidades como sujeitos históricos da educação. Experiências bilíngues de educação de jovens e adultos surdos.

Objetivos:

- Conhecer o contexto histórico e as especificidades dos sujeitos e da educação de jovens e adultos.
- Conhecer e analisar conceitos de educação de jovens e adultos, apontando seus desafios teórico-metodológicos.
- Aprofundar o conhecimento da legislação Federal da educação de jovens e adultos: Lei de Diretrizes Básica Nacional- LDBN; Parâmetros Curriculares da Educação de jovens e Adultos - PNE; Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA; Financiamento e gestão.
- Conhecer e analisar propostas curriculares e materiais pedagógicos para a EJA.
- Conhecer experiências bilíngues de educação de jovens e adultos surdos.

Conteúdo Programático:

1. EJA no Brasil e no mundo a partir do contexto histórico;
2. Legislação Federal;
3. Desenvolvimento histórico das políticas públicas e educacionais no Brasil;
4. A educação na ordem constitucional brasileira;

5. A LDB e as políticas para a EJA;
6. Intersetorialidade da EJA;
7. A estrutura curricular didática e administrativa da EJA;
8. Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA;
9. Resoluções do CNE;
10. EJA no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento;
11. A formação dos profissionais da educação em EJA;
12. Elementos necessários para a construção do Projeto de Intervenção Local.

Concepção de Educação de jovens e Adultos.

13. O processo histórico da alfabetização de jovens e adultos.
14. Educação de jovens e Adultos Surdos.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, E. R. A educação de jovens e adultos e os jovens do “último turno”: produzindo outsiders. Tese em Educação, UFF, NITERÓI, 2004.

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BOTELHO, Paula. Segredos e silêncios na educação dos surdos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

CIAVATTA, Maria. A reconstrução histórica de trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada: ensino médio e EJA. In: Trabalho e educação de Jovens e Adultos (org.) Lia Tiriba & Maria Ciavatta, Brasília, Liber Livro Editora.

FÁVERO, Osmar. Educação de Jovens e Adultos: passado de histórias; presente de promessas. In: RIVERO, J.; FÁVERO, O. (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos na América Latina – direito e desafio de todos. Brasília: UNESCO/São Paulo: Moderna, 2009.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos: Diretrizes Curriculares. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2002.

Bibliografia complementar:

BARRETO, Vera; BARRETO, José Carlos. Um sonho que não serve ao sonhador. In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO/MEC/RAAAB, p. 63- 68, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF 1996.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº. 11/2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. Resolução Nº 3/2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Documentário: Educação de Jovens e Adultos - história e memória (parte1) - Tvescola- 2005. <https://www.youtube.com/watch?v=E2rxFCWnaUw>

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. In: MACHADO, Maria Margarida (org.). Educação de Jovens e Adultos. Em Aberto. v. 22, n.82. Brasília: INEP, 2009.

MORAES, Marcia. Estrutura e funcionamento do ensino. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2009.

MOREIRA, A. F.; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOREIRA, Antonio Flávio B. (org.) Currículo: políticas e práticas. Campinas: Papirus, 1999.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo: Cortez; Editores Associados, 1982.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: Fundação Victor Civita. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/eja/> - disponibiliza vários textos, reportagens, planos de aula e vídeos relacionados à Educação de Jovens e Adultos.

RIBEIRO, Vera. M. A formação de educadores e a constituição da educação de

jovens e adultos como campo pedagógico. Educação e Sociedade, Campinas, CEDES, ano XX, n. 68, p. 184-201, dez. 1999.

RUMMERT, Sonia. M. Desafios teórico-metodológicos da educação de jovens e adultos trabalhadores. In CANÁRIO, R.; RUMMERT, S. (Org) Mundos do trabalho e aprendizagem. Lisboa: Educa, p.29-43, 2009.

SERRA, Enio. A produção de propostas curriculares nacionais de EJA e os desafios da prática docente. In: SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011.

TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (Orgs.). Trabalho e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Líber Livro/Niterói: Eduff, 2011.

LIBRAS IV

Carga horária: 60 h

Ementa: Escrita de Sinais I. Semântica e Pragmática da Libras. Metáforas da LIBRAS e seus tipos. Literatura em Libras: tradução e adaptação.

Objetivos:

- Utilizar os conhecimentos adquiridos para compreender a interferência da modalidade na língua;
- Conhecer a escrita de sinais;
- Conhecer a metáfora das Libras e a Literatura Surda;
- Distinguir e compreender a semântica e a pragmática da Libras;
- Discutir conteúdos, assunto do vídeo apresentado do Youtube;
- Praticar diferentes tipos de enunciação, desenvolvendo a expressão corporal e facial e utilizá-los em situações dinâmicas.
- Ampliar o sinalário e o vocabulário;
- Produzir o texto em Libras.

Conteúdo Programático:

1. Escrita de Sinais I;
2. Semântica da LIBRAS;
3. Pragmática da LIBRAS;

4. Metáforas da LIBRAS e seus tipos;
5. Literatura em Libras.
6. Produção textual – poesia na Libras;
7. Tradução e adaptação.

Bibliografia Básica:

KARNOPP, L. Literatura Surda. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em :
http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/literaturaVisual/assets/369/Literatura_Surda_Texto-Base.pdf

LEITE, Tarcisio. Leitura e Produção de Textos. Florianópolis: UFSC, 2010.
Disponível em
http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/leituraEProducaoDeTextos/assets/372/TEXTO_BASE_-_LPT_-_2010.doc.pdf

QUADROS, Ronice Müller; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira- Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.

PIZZO, A. L.; CAMPELLO, A. R. S.; REZENDE, P. L. F. ; QUADROS, R. M. Língua Brasileira de Sinais V. Florianópolis: UFSC, 2009.

VIOTTI, E. C.; McCLEARY, L. Semântica e Pragmática. Florianópolis: UFSC, 2009.
http://biblioteca.virtual.ufpb.br/sistema/app/webroot/docs/letraslibras/Escrita_de_Sinais_I.pdf

LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA IV - OUVINTES

Carga horária: 60 h

Ementa: Estrutura e escrita do artigo acadêmico. Revisão de argumentação, descrição e paráfrase. Seleção e ordenação de fontes (impressas e digitais) de pesquisa para produção de textos acadêmicos. Articulação entre citação e autoria.

Objetivos:

- Identificar características do artigo acadêmico;
- Elaborar resumo do artigo acadêmico;
- Utilizar fontes digitais para produção de artigo acadêmico;
- Elaborar artigo acadêmico.

Conteúdo Programático:

1. Características do artigo acadêmico;
2. Resumo do artigo acadêmico;
3. Fontes digitais para produção de artigo acadêmico;
4. Artigo acadêmico.

Bibliografia Básica:

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. Sociologia. São Paulo: Ática, 1994.

BACON, F. Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1973.

BORGES, B. I. Ensaios filosóficos e peripécias do gênero. Caxias do Sul, RS: Educ, 2006.

BRITO, K. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

Bibliografia Complementar:

BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier; MEL-CYTED, Red. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(12):3041-3050, dez, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n12/25.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2015.

CASTILHO, Wagner Francisco et al. Escrita coletiva: cabeças distantes, conhecimentos articulados. Disponível: <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/55200765836PM.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2015.

FRANCO, Crislaine L. Argumentação e progressão textual em produção acadêmica: uma análise de texto de alunos de letras, Revista Versalete, Curitiba, v. 1, nº Zero, jan.-jun. 2013.

KOCH, Ingedore. A inter-ação pela linguagem. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. O texto e a construção dos sentidos. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1973.

MONTAIGNE, M. de. Ensaaios. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1972.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação e sociedade. Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, 2002.

LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA IV – SURDOS

Carga horária: 60 h

Ementa: Tipologia textual: exposição e argumentação. Gêneros textuais: carta argumentativa e artigo de opinião. Gêneros acadêmicos: resenha.

Objetivos:

- Identificar textos expositivos e argumentativos;
- Analisar cartas argumentativas e artigos de opinião com foco no ponto de vista e na argumentação;
- Produzir texto acadêmico: resenha acadêmica;
- Produzir artigo de opinião.

Conteúdo Programático:

1. Tipologia textual: exposição e argumentação;
2. Gêneros textuais: cartas argumentativas, artigos de opinião;
3. Gêneros acadêmicos: resenha acadêmica;
4. Uso de conectivos argumentativos.

Bibliografia Básica:

BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

FERNANDES, S. Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios. Curitiba, 2003. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Paraná. 2003.

FERNANDES, S. Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2006.

PEREIRA, M. C. C. Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos. In: LODI, A. C. B. et al. Letramento e minorias. 2. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2002. cap. 4.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Identidades e caminhos no ensino de português para estrangeiros. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

EDUCAÇÃO INFANTIL: SABERES E METODOLOGIA

Carga horária: 60 h

Ementa: Estudo da prática da Educação Infantil em contexto bilíngue, sua dinâmica e organização do planejamento e avaliação. Especificidades de atendimento às diferentes faixas etárias (0 a cinco anos de idade) e o cotidiano da educação infantil. Construção da linguagem e aquisição da LIBRAS. Interações escola-família, criança- criança, professor-criança. Campos de experiências e aprendizagens: identidade, corpo e movimento; natureza e sociedade; brincadeiras e linguagens expressivas; tempos, espaços e quantidades. Atividades permanentes, atividades sequenciadas e projetos. Produção de materiais pedagógicos.

Objetivos:

- Conhecer escolas bilíngues e inclusivas e suas respectivas experiências pedagógicas;
- Compreender a importância da educação infantil para a construção da linguagem e a aquisição da LIBRAS;
- Compreender as diferenças do atendimento às crianças em suas diferentes faixas etárias no que se refere às práticas pedagógicas;
- Criar estratégias de organização do tempo-espaço, tendo em vista as interações entre as crianças e entre escola-família;
- Elaborar propostas pedagógicas tendo em vista a produção de materiais didáticos.

Conteúdo Programático:

1. Educação Infantil para crianças surdas em diferentes contextos, sua dinâmica e

organização.

2. Especificidades de atendimento às crianças e suas diferentes faixas etárias e o cotidiano da educação infantil.
3. Construção da linguagem e aquisição da LIBRAS.
4. Planejamento, avaliação e comunicação escola-família. Interações escola-família, criança-criança, professor-criança.
5. Campos de experiências: identidade, corpo e movimento; natureza e sociedade, tempos, espaços e quantidades.
6. Campos de experiências: brincadeiras e linguagens expressivas pedagógicas;
7. Produção de materiais pedagógicos.

Bibliografia Básica:

- BROUGERE, G. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1994.
- CORSINO, P. (org) Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de libras em atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Mediação Editora, 2013
- LEBEDEFF, Tatiana Bolivar et al. Letramento visual e surdez. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.
- QUADROS, Ronice Müller de. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Bibliografia complementar:

- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 2010.
- BRASIL. Base Nacional Curricular Comum – Educação Infantil. 2017.

CURRÍCULO E EDUCAÇÃO

Carga horária: 60h

EMENTA: Significado de currículo. Currículo e sociedade. Teorias do currículo. Perspectivas do currículo educacional na atualidade. Mídia, cultura e currículo. Currículo e educação de surdos.

Objetivos:

- Analisar os conceitos de currículo, relacionando-os às perspectivas político-

pedagógicas da atualidade;

- Identificar as várias faces do currículo multicultural e suas implicações educacionais;
- Reconhecer as influências dos meios de comunicação, das representações e das práticas midiáticas no currículo educacional;
- Analisar a relação educação de surdos <> composição curricular.

Conteúdo Programático:

1. O que é currículo?
2. Currículo educacional e sociedade – Teorias do Currículo
3. Currículo multicultural: uma escola, muitas culturas
4. Currículo multicultural: caminhos para realizá-lo
5. Práticas pedagógicas e o currículo oculto
6. Mídia, cultura, cibercultura e currículo
7. Currículo e a educação de surdos

Bibliografia Básica:

APPLE, Michael. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GIROUX, Henry A. Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. Conhecimento escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

MORAES, Marcia (Org.). Questões da educação. Rio de Janeiro: iVentura, 2016.

MORAES, Marcia. Didática I. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2006.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e

cultura(s): construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação [online], n.23, p. 156-168. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000200012>. 2003

SANTOME, Jurjo Torres. Política educativa, multiculturalismo e práticas culturais democráticas nas salas de aula. Revista Brasileira de Educação. [online], n.4, p. 05-25.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUSA SANTOS, Boaventura, Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo, conhecimento. Educação & Realidade, v. 26, n. 1, p. 13-32. 2001.

METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carga horária: 60 h

Ementa: O ensino da língua portuguesa como língua materna na educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais e de documentos voltados à educação de jovens e adultos. Norma padrão e variedades de usos da língua portuguesa. O ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos em documentos oficiais. Particularidades sobre os processos de ensino-aprendizagem de língua portuguesa como segunda língua para surdos. Objetivos das aulas de língua portuguesa como língua materna e como segunda língua para surdos (leitura, escrita, reflexões sobre a língua). Análise e elaboração de materiais didáticos de língua portuguesa como primeira língua e como segunda língua direcionados à educação infantil e ao primeiro segmento do ensino fundamental (surdos e ouvintes).

Objetivos:

- Conhecer as propostas teórico-pedagógicas para o ensino de Língua Portuguesa na primeira fase do Ensino Fundamental, com base nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- Refletir sobre a prática docente com língua portuguesa considerando a diversidade linguística brasileira tal como a diversidade da Libras.
- Conhecer as propostas teórico-pedagógicas para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos veiculadas em documentos oficiais.

- Conhecer as particularidades dos processos de ensino-aprendizagem de língua portuguesa como segunda língua para surdos por meio de artigos científicos.
- Discutir e propor práticas pedagógicas com língua portuguesa como língua materna para ouvintes e como segunda língua para surdos visando o trabalho com leitura, escrita e a reflexão linguística.
- Analisar e elaborar materiais didáticos para o ensino de Língua Portuguesa como língua materna para ouvintes e como segunda língua para surdos.

Conteúdo programático:

1. Concepções de língua e linguagem e de aquisição de língua correlacionadas às práticas pedagógicas na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2. Os estudos da linguagem e suas contribuições para o ensino da língua materna e de segundas línguas.

3. Diretrizes e propostas pedagógicas oficiais para o ensino de língua materna para ouvintes na educação infantil e primeiro segmento do ensino fundamental (Referencial Curricular para Educação Infantil; Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua portuguesa).

4. Diretrizes e Propostas Pedagógicas oficiais do Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos.

5. Materiais didáticos da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos: abordagens didático-metodológicas no ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil e nos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental.

6. Abordagens didático-metodológicas nas práticas da oralidade, leitura e escrita (gêneros textuais e os diversos suportes) na Educação Infantil e nos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental.

7. Produção de material didático para ensino de Língua Portuguesa como língua materna (ouvintes).

8. Produção de material didático para ensino de Língua Portuguesa como L2 (surdos)

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. MEC/SEF Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa.

Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. MEC. Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento / coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; – São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p.

BRASIL. MEC/SEF/COEDI. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 2002. 3v.

BRASIL. Ensino de língua portuguesa para surdos : caminhos para a prática pedagógica / Heloísa Maria Moreira Lima Salles ... [et al.] . _ Brasília : MEC, SEESP, 2004. 2 v. : il. . _ (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos)

FERNANDES, Sueli. É possível ser surdo em português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In: SKLIAR, Carlos. Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 59-82.

FERNANDES, S. Critérios diferenciados de avaliação na Língua Portuguesa para estudantes surdos. 2.ed. Curitiba: SEED/SUED/DEE. 2002.

FERNANDES, S. Avaliação em Língua portuguesa para alunos surdos: algumas considerações. Curitiba, SEED/SUED/DEE, 2007.

FOUCAMBERT, Jean. A leitura em questão. Porto Alegre, RS: Artmed, 1994.

GERALDI, João Wanderley.(org.). O texto na sala de aula. 4a . ed. São Paulo: Ática, 2006.

JOLIBERT, J. Formando crianças leitoras. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

KLEIMAN, Ângela B. & MORAES, Sílvia. E. Leitura e Interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas/SP: Mercado de Letras,1999.

KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L.C. Texto e Coerência. São Paulo: Cortez, 1995.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In PAIVA, A. D. et al. (Orgs.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola? SP: Contexto, 2003.

PEREIRA, M. C. C.. Leitura, escrita e surdez / Secretaria da Educação, CENP/CAPE; - 2. ed. - São Paulo : FDE, 2009. 104 p.

PEREIRA, M. C. C.. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios. In: Educar em Revista, Curitiba: Editora UFPR, Edição Especial, n. 2/2014.

QUADROS, R. M. de; SCHMIDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação. Brasília, 2006.

SMOLKA, Ana Luiza B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1989.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Identidades e caminhos no ensino de português para estrangeiros. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

BAGNO, Marcos. Português ou Brasileiro? Um Convite à pesquisa. 4ª ed. SP: Parábola, 2004

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O texto escolar: uma história. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos – ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRITO, Eliana Vianna(org.). PCNs de Língua Portuguesa: uma prática em sala de aula. São Paulo: Arte&Ciência, 2003.

BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo: Scipione, 1992

CEREJA, W. R., MAGALHAES, T. C. Texto e interação. São Paulo: Atual, 2009.

DIONÍSIO, A. P. (Org.). Gêneros textuais e ensino. 4.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

DIONISIO, Ângela P. e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). O livro didático de Português. Múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003

GERALDI, J. W. A aula como acontecimento .Portugal: Tipave, Indústrias gráficas de Aveiro. 2004.

GERALDI, J. W. Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras. 1996.

KARNOPP, L. B. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI, A. C. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2003.

_____. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1987.

KATO, Mary & outros. Estudos em Alfabetização: retrospectivas nas áreas da

Psico e da Sociolinguística. Campinas, SP: Pontes, 1997

KOCH, I. V. O texto e a construção dos sentidos. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001

MORAIS, Artur Gomes. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 2006

ROJO & BATISTA, Roxane e Antonio Augusto (org.). Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura Escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, Rosa V.M. "O português são dois": novas fronteiras, velhos problemas. SP: Parábola, 2003

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda B.. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1989.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. 11ed. São Paulo: Cortez, 2006.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE I

Carga horária: 60h

Ementa: Educação bilíngue em seus aspectos políticos, culturais e pedagógicos, pensada a partir de uma perspectiva política em oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas, características da educação e da escolarização de surdos nas últimas décadas. Implicações filosóficas, linguísticas e pedagógicas nos diferentes contextos educacionais em diálogo com a legislação que ampara e regulamenta a educação de surdos em nosso país. Orientações legais propostas pelo MEC e orientações do Relatório da Política Linguística da Educação Bilíngue. O Atendimento Educacional Especializado/ AEE como proposta alternativa, sala de recursos multifuncionais e as orientações para atendimento aos alunos surdos em contexto inclusivo: contradições e perspectivas para uma educação bilíngue.

Objetivos:

- Possibilitar a conceituação de Educação Bilíngue em uma perspectiva política de afirmação dos direitos linguísticos e culturais das pessoas surdas.
- Analisar a legislação que ampara e regulamenta a educação de surdos em nosso país, possibilitando reflexão crítica e utilização da mesma como

ferramenta para qualificar a educação de surdos em nosso país.

- Considerar as implicações filosóficas, linguísticas e pedagógicas na educação de alunos surdos e seus reflexos na prática pedagógica.
- Refletir sobre as práticas pedagógicas atuais, o ambiente bilíngue de aprendizagem e a necessidade de uma pedagogia visual na educação de alunos surdos.
- Conhecer a proposta do Relatório da Política Linguística da Educação dos Surdos e da alternativa do MEC no caso do Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos, possibilitando um debate sobre as orientações legais vigentes e as reais demandas pedagógicas de alunos surdos.
- Conhecer a proposta do MEC de implementação de Salas de Recursos Multifuncionais, considerando o público alvo, a formação do professor, materiais, estrutura de atendimentos, entre outros fatores que caracterizam este atendimento.
- Possibilitar o diálogo entre os alunos no que se refere às experiências vividas como o universo da surdez e da educação de surdos.
- Refletir sobre as demandas do ensino de Língua de Sinais como L1 e Português como L2 para alunos surdos, assim como sobre a necessidade de planejamentos e estratégias voltadas especificamente para alunos surdos.

Conteúdo Programático:

1. Antecedentes históricos, pressupostos filosóficos e implicações linguísticas na educação de alunos surdos.
2. Os diferentes contextos educacionais com aprendizes surdos, entre as orientações legais e as práticas educacionais.
3. A legislação que regulamenta e ampara a educação de alunos surdos em nosso país.
4. O papel da Língua de sinais como primeira língua e da Língua portuguesa como segunda língua na educação bilíngue de alunos surdos.
5. A proposta de educação inclusiva bilíngue. Contraditório ou complementar?
6. As orientações do Relatório da Política Linguística da Educação Bilíngue dos Surdos e proposta alternativa do MEC para o Atendimento Educacional Especializado de alunos surdos/AEE.

7. O trabalho nas Salas de Recursos Multifuncionais: fundamentos pedagógicos, formação profissional, materiais, estratégias, ambiente pedagógico, entre outros.

8. Práticas pedagógicas com alunos surdos que possuem outras deficiências associadas.

Bibliografia Básica:

ALVES, C. B.; FERREIRA, J. de P.; DAMÁZIO, M. M. Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, MEC/SEESP, 2010.

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF, 2008a. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp

_____. Lei n. 10436, 24 abr.2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – e dá providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2002.

_____. Decreto n. 5.626. Diário Oficial da União. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 2/2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 de Setembro de 2001. Seção 1E, 2001b., pp. 39-40.

_____. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394/1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em: www.mec.seesp.gov.br

_____. Política Nacional de Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação. Brasília, DF, 1994.

_____. Decreto n.º. 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União. Brasília, 2008.

_____. Decreto n.º. 7.611, De 17 De Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011A.

CORDE. Declaração de Salamanca e suas linhas de ação sobre necessidades

educativas especiais. Brasília, DF, 1994. Disponível em: www.mec.seesp.gov.br; www.sedh.gov.br

DAMÁZIO, M.F.M. Atendimento educacional especializado: Pessoa com Surdez. Brasília, SEESP/SEED/MEC, 2007.

DORZIAT, A. O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis, 2009.

FÁVERO, E. A. G; PANTOJA, L. de M.P.; MONTOAN, M.T.E. Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília, SEESP/SEED/MEC, 2007.

FERNANDES, E. (org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre, Mediação, 2008.

FERNANDES, S. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. Revista Educação Especial v. 22, n. 34, p. 225-236, maio/ago.2009, Santa Maria. (Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>)

MEC. SECADI. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue: Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: DF. 2014 (link: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513)

MEIRELES. R.M.P.L. In: COSTA, V. A. da et al. (orgs.). Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva. Niterói, Intertexto, 2011.

ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

QUADROS, R. de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

_____. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p. 81-111, 2003. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/viewFile/1246/3850>

_____; SCHMIDT, M. L. P. Idéias para ensinar português para alunos surdos. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Brasília, 2006.

RAPOLI, E.A et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília, MEC/SEESP,2010.

SKLIAR, C. Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre, Mediação, 2006.

_____. A surdez: um olhar sobre as diferenças. (Org.) Porto Alegre, Mediação, 2005.

SIGNORINI, I. (org.) Língua(gem) e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

WITKOSKI, S.A. A problematização das políticas Públicas Educacionais na área de Educação Bilíngue de surdos. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 86-100, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v24i2.2481>

Bibliografia complementar:

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. 2 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. Educação inclusiva. (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LIMA, M. do S.C. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2004.

LODI, A.C.B; MELO, A.D.B; FERNANDES, E. (orgs.) Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre, Mediação, 2012.

LOPES, M.C. Surdez e Educação. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

MAHER, T. M. O dizer do sujeito bilíngue: aportes da Sociolinguística. In: Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos, Rio de Janeiro: INES, 1997.

PRADO, R., COSTA, V.A. Por que cultura surda?: Sentidos e significados na educação de alunos surdos. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016 161. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p161-175>

SÁ, N. R. L. de. Educação de surdos a caminho do bilinguismo. Niterói, EdUFF, 1999.

_____. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo, Paulinas, 2006.

SKLIAR, C. B. Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre, Mediação, 1999. v. 1 e v.2.

SOUZA, R. M. de. Situação bilíngue nacional: os cidadãos surdos. In: Anais do Seminário Surdez, Cidadania e Educação: refletindo sobre os processos de exclusão e

inclusão, Rio de Janeiro, 1998.

SVARTHOLM, K. Bilinguismo dos surdos. In: SKLIAR, C. (org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 2.

AVALIAÇÃO

Carga horária: 60h

Ementa: Avaliação como prática subsidiária no contexto geral da ação educativa. Pressupostos epistemológicos da avaliação. Dimensões da avaliação e respectivos aspectos metodológicos. Medida e avaliação: concepções distintas. Análise de resultados. Avaliação externa e em larga escala. Avaliação como ferramenta de investigação da prática docente. Avaliação e Educação Bilíngue (Libras e LP).

Objetivos:

- Discutir o processo de avaliação educacional e a prática docente comprometida com a qualidade de ensino.
- Refletir sobre a relação entre avaliação e propostas curriculares oficiais (PCN e SAEB).
- Estabelecer relações entre as práticas pedagógicas e as determinações político-metodológicas da avaliação.
- Construir instrumentos objetivos e discursivos de avaliação.
- Elaborar critérios de avaliação bilíngue (LP e Libras).
- Relacionar resultados de avaliação ao planejamento e à prática docente.

Conteúdo Programático:

1. Medida e Avaliação: Pressupostos epistemológicos e políticos (PCN e SAEB)
2. Avaliação Institucional da escola e Avaliação do sistema educacional.
3. Avaliação externa em larga escala.
4. Construção de Diferentes Instrumentos de Avaliação: trabalhos em grupo, seminários em grupo e individual, prova (ou teste) objetiva de múltipla escolha ou prova (ou teste) discursiva. Critérios para avaliação subjetiva: participação em aula, observações variadas, relatos de visitas técnicas (ida ao museu, excursões, passeios etc.)
5. Avaliação da aprendizagem escolar.
6. Construção de critérios diversificados para avaliação bilíngue – surdos e

ouvintes (Libras e LP)

7. Resultados da avaliação como base para o planejamento e a prática docent

Bibliografia Básica:

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio, volume 4: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

ELIAS, Janete de O.; MATTOS, Joy Costa. Prática de ensino 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. Avaliação Institucional da escola: base teórica e construção do projeto. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Marcia. Didática I. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2006.

MORAES, Marcia. Didática II. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2007.

SANTOS, Ana Lúcia Cardoso dos; GRUMBACH, Gilda Maria. Didática. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Marisa Vorraber (org.). A escola tem futuro. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22 ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

MATTOS, Joy Costa; TUTTMAN, Malvina Tania; GUIMARÃES, Nilci da Silva. Prática de ensino 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de; CRUZ, Carina Rebello. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RAVITCH, Diane. Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: Ática, 2012.

SORDI, Mara Regina Lemes de; LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SOUSA, Clarilza Prado de; SANT'ANNA, Ilza Martins. (Org.) Por que avaliar? Como avaliar?: critérios e instrumentos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação institucional: elementos para a discussão. In: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. O Ensino Municipal e a Educação Brasileira. São Paulo: SME, 1999.

STEFANELLO, Ana Clarissa. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de Geografia. São Paulo: Saraiva, 2009.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Currículo & Avaliação: a diferença surda na escola. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

LIBRAS V- METODOLOGIA PARA O ENSINO DE LIBRAS

Carga horária: 60 h

Ementa: Ensino-aprendizagem de Libras como língua primeira -L1 e como língua segunda - L2. Estratégias de ensino interdisciplinar em LIBRAS - Libras como língua de instrução. Instrumento de Avaliação.

Objetivos:

- Compreender o processo aquisitivo da língua de sinais como primeira língua da criança surda;
- Analisar a questão da política linguística da educação bilíngue de/para surdos;
- Elaborar as avaliações de/em Libras;
- Organizar proposta para o ensino de Libras como L1 - Educação Infantil e Ensino Básico- 1º ciclo;
- Organizar proposta para o ensino de Libras como L2 -Ensino Básico- 1º ciclo;
- Organizar Estratégias para a utilização interdisciplinar em LIBRAS;
- Discutir conteúdos, assunto do vídeo apresentado do Youtube;
- Ampliar o sinalário e o vocabulário;
- Produzir o texto em Libras.

Conteúdo Programático:

1. Aquisição da linguagem por crianças surdas.

2. Políticas linguísticas para ensino de Libras como L1.
3. Instrumento da Avaliação na Língua de Sinais.
4. Ensino de Libras como L1: Questões teóricas e metodológicas:
 - 4.1. Ensino Aprendizagem da Libras como L1 e como língua de instrução:
 - 4.2. Creche (0 a 3 idade);
 - 4.3. Educação Infantil 1 (3 e 4 idade);
 - 4.4. Educação Infantil 2 (4 e 5 idade);
 - 4.5. Primeiro Ano (6 Anos);
 - 4.6. Segundo Ano (7 Anos);
 - 4.7. Terceiro Ano (8 Anos);
 - 4.8. Quarto Ano (9 Anos); 4.9. Quinto Ano (10 Anos).

Bibliografia Básica:

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.
- _____. Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. 2012.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares. Brasília : MEC /SEF/SEESP, 1998. 62 p.
- _____. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF v.1; il.
- _____. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF v.2; il.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília MEC, SEB, 2010. 36 p. : il. Educação Infantil. 2. Proposta Pedagógica. I. Título.1
- _____. Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria número 1.147/2011, do Ministério da Educação. Brasília, outubro de 2012
- _____. Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2012. 158p.
- _____. Deficiência Auditiva. Organizado por Giuseppe Rinaldi - Série

Atualidades Pedagógicas – Brasília: SEEDP, 1997.

_____. Parâmetros curriculares nacionais Língua Portuguesa

CAMPOS, Maria Malta. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. 6.ed. Brasília : MEC, SEB, 2009. 44 p

FELIPE, T. A. Aquisição da linguagem e escolas bilíngues para surdos. Amazônida, ano 17, nº1, jan./jun./2012 – Manaus, p. 37 -62. 2012a

_____. Bilinguismo e Educação Bilíngue: questões teóricas e práticas pedagógicas. Fórum Permanente do INES. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, 2012. No prelo. 2012b

_____. Atendimento Educacional Especializado (AEE): os discursos contraditórios das políticas educacionais inclusivas. Revista da Feneis, n. 46, p. 27-30. 2012c

_____. Políticas Públicas para a Educação dos Surdos. Anais do Congresso Internacional do INES. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, 2011. No prelo. 2012d

_____. Política Públicas para Inserção da Libras na Educação de Surdos. Revista Informativo-Científico Espaço, Rio de Janeiro: INES, n.25/26, p.33-47; janeiro-dezembro/2006

_____. A função do Intérprete na Escolarização do Surdo. In: Anais do Congresso Internacional - Surdez e Escolaridade: Desafios e reflexões. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, p. 87-98, 2003.

_____. Educação e Profissionalização de Surdos no Brasil. Ações da SEESP, INES, FENEIS. In: Anais do Congresso Internacional Surdez Diversidade Social, Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, p. 49-51, 2001.

_____. Educação de Surdos e escola Inclusiva. Revista da Feneis. Rio de Janeiro, p.18-20, 1999.

_____. A Escola para Surdos e as Metas: repensando o Currículo numa Perspectiva Bilíngue e Multicultural. Anais do Seminário Surdez, Cidadania e educação: Refletindo sobre os Processos de Exclusão e Inclusão. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Pesquisas, p.180-192, 1998.

_____. Escola Inclusiva e os direitos linguísticos dos surdos. Revista Espaço, Rio

de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Pesquisas, v. 7, p. 41-46, 1997

_____. Por uma Proposta de Educação Bilíngue. Revista Espaço, n. 2, p. 75-92, 1992

_____. Bilinguismo e Surdez in Trabalhos de Linguística I Aplicada. Campinas, (14): 101-112, jul./dez. 1989a. - disponível em

QUADROS, R.M.; CRUZ, C.R. Língua de Sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Bibliografia Complementar:

BASSO, IM.S; STROBEL, K.L.; MASSUTI, M. Metodologia de Ensino de LIBRAS – L1. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL1/assets/631/TEXT0-BASE_SEM_AS_IMAGENS_.pdf

GESSER, A. Metodologia de Ensino em LIBRAS como L2. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - EDUCAÇÃO INFANTIL

Carga horária: 40h teóricas + 60h em campo

Ementa: Investigação do campo de estágio. Sondagem. Docência Compartilhada. Problemática do contexto institucional. Proposta de Intervenção.

Objetivos:

- Estabelecer nexos entre os conhecimentos/saberes teóricos e práticos, a partir da atuação em espaços escolares, considerando o campo como objeto de investigação e de desenvolvimento de práticas pedagógicas.
- Investigar práticas de docência por meio da observação, do acompanhamento e da participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação de atividades pedagógicas e administrativas;
- Elaborar e desenvolver propostas de atuação pedagógica, de acordo com o contexto, as demandas do campo de estágio, os saberes construídos ao longo

- do curso e as produções teóricas;
- Debater coletivamente sobre práticas de docência, buscando refletir sobre a construção de práticas interculturais;
 - Identificar e analisar práticas de docência voltadas à educação de surdos/as;
 - Analisar a forma como os órgãos dos sistemas de ensino assumem compromissos com a educação inclusiva e/ou com a educação numa perspectiva bilíngue para surdos/as;
 - Vivenciar a troca de experiências e de saberes por meio de mediados pelo/a professor/a orientador/a de estágio;
 - Compreender as relações entre o espaço escolar e os órgãos do sistema de ensino;
 - Elaborar relatório reflexivo com base nas atividades de observação participante, coparticipação e desenvolvimento da proposta pedagógica.

Conteúdo Programático:

1- Sondagem do campo de estágio

Em sala de aula:

- Debate e problematização das questões relativas à sondagem de campo;
- Apresentação em forma de seminário das principais características dos espaços coletivos da escola e aspectos do seu projeto político pedagógico mais relevantes
- Orientações individuais e em grupo para a realização do relatório.

No campo:

- Sondagem da organização do sistema e de suas políticas;
- Observação do cotidiano escolar e de seu entorno;
- Observação da infraestrutura da escola, de seus recursos e artefatos;
- Leitura e análise do Projeto Político-Pedagógico;
- Leitura e análise do Regimento Escolar, do Organograma, de manuais, de atas de reuniões/encontros e de outros documentos;
- Conversa e/ou entrevistas com membros da gestão (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.) e outros sujeitos da comunidade escolar;
- Consulta a sites que contenham informações sobre a instituição;
- Observação de uma sala de aula, da rotina da turma e dos espaços de circulação

das crianças.

2 - Docência compartilhada

Em sala de aula:

- Debate e problematização das questões relativas à sondagem de campo;
- Orientações individuais e em grupo para a realização do relatório;

Em campo:

- Participação/acompanhamento de atividades desenvolvidas em sala de aula e

em outros espaços onde as crianças interagem e brincam;

- Participação/acompanhamento de atividades de planejamento;
- Observação das práticas docentes;
- Participação em Conselho de Classe;
- Participação em Reunião de Responsáveis;

- Participação em Reunião de Professores/as, Grupos de Estudos e outras

atividades formativas;

- Participação em diferentes rotinas e observação de diferentes aspectos do

cotidiano;

- Entrevistas e/ou conversas com membros da gestão (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.) e outros/as membros/as da comunidade escolar;

- Consulta a sites que contenham informações sobre a escola e sobre o sistema de ensino no qual ela está inserida;

- Leitura e análise de documentos diversos (Projeto Político-Pedagógico, Regimento, atas, manuais etc.);

3 Proposta de Intervenção

Em sala de aula:

- Levantamento da situação-problema e debate
- Elaboração de um plano de aula ou proposta didática;
- Apresentação da proposta de docência para a turma em forma de seminário.
- Orientações individuais e em grupo para elaboração do projeto
- Elaboração do Projeto de Intervenção

Em campo:

- Apresentação da proposta didática ou plano de aula para professor(a) e ou coordenador(a) para aprovação ou sugestões de alteração.

- Realização de uma prática docente de acordo com a demanda da escola (uma aula ou desenvolvimento de um pequeno projeto).

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 9.304, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

(Outros livros e textos de acordo com as temáticas que emergirem da investigação do campo estágio)

Dicas de sites:

<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/publicacoes?id=12579:educacao-infantil> : esse site apresenta várias publicações do MEC para a Educação Infantil.

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012715.pdf> : nesse site é encontrada a coleção completa do PROINFANTIL, programa de formação de professores da Educação Infantil, com muitas sugestões de atividades pedagógicas.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>: nesse volume do Referencial Curricular para a Educação infantil, podem ser encontradas algumas atividades interessantes a serem desenvolvidas em creches e pré-escolas. Ver também os volumes 1 e 2:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf ;
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>

<https://www.facebook.com/odiariodafiorella/?fref=ts> : Experiências de uma mãe com sua filha surda para desenvolvimento de vocabulário em Libras de forma lúdica e afetiva podem ser observadas nesse espaço do facebook.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Carga horária: 60h

Ementa: Conceitos e concepções acerca de alfabetização e letramento. Refletindo sobre leitura e escrita como apropriação de uma técnica e como apropriação cultural e social. A importância do letramento como prática social, de acordo com Magda Soares. Diferentes tipos e níveis de letramento. Metodologias de alfabetização tradicionais: métodos analíticos e sintéticos. O construtivismo como uma proposta educacional e um novo olhar sobre a educação. A psicogênese da língua escrita e as etapas do desenvolvimento da leitura e escrita segundo estudos de Emília Ferreiro. Alfabetização de jovens e adultos na perspectiva freiriana. Ensino de leitura e escrita visual para alunos surdos. O ensino da língua portuguesa escrita para surdos como L2 nas primeiras etapas do ensino fundamental

Objetivos:

- Possibilitar a conceituação de alfabetização e letramento, compreendendo a diferença entre adquirir um mecanismo, uma tecnologia e se apropriar da leitura e escrita enquanto prática social.
- Compreender a existência de diferentes tipos e níveis de letramento e sua importância enquanto prática social.
- Conhecer diferentes metodologias de alfabetização tradicional: métodos analíticos e sintéticos, refletindo sobre a aplicabilidade e funcionalidade no desenvolvimento escolar de alunos ouvintes e surdos.
- Conhecer os pressupostos básicos do construtivismo e suas influências na educação;
- Conhecer a psicogênese da língua escrita e as etapas do desenvolvimento da leitura e escrita de acordo com os estudos de Emília Ferreiro.
- Refletir sobre as demandas relativas à alfabetização e letramento de jovens e adultos em uma perspectiva freiriana, visando uma educação para a conscientização e autonomia cidadã.
- Compreender letramento visual e refletir sobre as possibilidades dessa concepção de leitura e escrita para alunos surdos.
- Adquirir conhecimentos para trabalhar com o ensino de português visual para surdos na primeira etapa de ensino fundamental.
- Construir materiais visuais adequados às atividades de alfabetização e

letramento visual para surdos.

Conteúdo Programático:

1. Alfabetização e letramento: conceitos e reflexões sobre aquisição de leitura e escrita como aquisição de uma tecnologia e como prática social.
2. Os diferentes níveis de letramento e as possibilidades de utilização da leitura e escrita como prática social.
3. As diferentes metodologias de alfabetização para alunos ouvintes (os métodos sintéticos e os analíticos).
4. O Construtivismo e suas influências na educação.
5. A psicogênese da escrita (de alunos ouvintes) de acordo com os estudos de Emília Ferreiro
6. Alfabetização e letramento de Jovens e adultos em uma perspectiva freiriana de conhecimento e intervenção no mundo com conscientização e autonomia.
7. O papel da Língua de sinais como primeira língua e da Língua portuguesa como segunda língua no letramento de alunos surdos.
8. Alfabetização e letramento de alunos surdos. Quais os caminhos?
9. Letramento visual e aquisição de leitura e escrita por alunos surdos. O registro precisa ser acessível e fazer sentido.
10. Metodologia de ensino de português visual para surdos, com conhecimento de etapas do ensino e desenvolvimento de material didático visual.

Bibliografia Básica:

- BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- CAMPELLO, A. R.S. Pedagogia Visual/Sinal na Educação de Surdos. In: QUADROS, R.M; PERLIN, G. Estudos Surdos II. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2007.
- FERREIRO, E. Reflexões sobre Alfabetização. São Paulo: Cortês, 2014.
- _____. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortês, 1994.
- FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- _____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LODI, A.C.B; MELO, A.D.B; FERNANDES, E. (orgs.) Letramento, Bilinguismo e

Educação de Surdos. Porto Alegre, Mediação, 2012.

LODI, A.C.B; HARRISON; CAMPOS.(orgs.) Leitura e escrita no contexto da diversidade. Porto Alegre, Mediação, 2015.

LODI, A. C. B; LACERDA, C. B. F. (orgs.) Uma escola, duas línguas: letramento em Língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre, Mediação, 2014.

MEC. SECADI. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: DF. 2014 (link: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513)

MORTATTI, M.R.L. Educação e Letramento. São Paulo: UNESP, 2004.

PRADO, M; MACEDO, J. Aquisição de Línguas por crianças surdas: A importância do letramento visual. RevistAleph Agosto 2016 Ano XIII , n. 26.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte, Autêntica, 2016.

_____. Alfabetização e Letramento. São Paulo, Contexto, 2012.

Bibliografia complementar:

ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PRADO.R., COSTA.V.A. Por que cultura surda?: Sentidos e significados na educação de alunos surdos. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016 161. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p161-175>

QUADROS, R. de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

_____; SCHMIDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação. Brasília, 2006.

_____. A surdez: um olhar sobre as diferenças. (Org.) Porto Alegre, Mediação, 2005.

RIBEIRO, T; SILVA, A.G. Leitura e Escrita na Educação de Surdos: das políticas às práticas pedagógicas. Rio de Janeiro, WAK, 2015.

SIGNORINI, I. (org.) Língua(gem) e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SÁ, N. R. L. de. Educação de surdos a caminho do bilinguismo. Niterói: EdUFF,

1999.

_____. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo, Paulinas, 2006.

SKLIAR, C. B. Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 1 e v.2.

ARTES E EDUCAÇÃO

Carga horária: 60h

Ementa: Arte e Educação. Aspectos artísticos, filosóficos e históricos de Arte em geral e de Artes Surdas. Arte como modo de comunicação e expressão na vida de pessoas surdas, em suas peculiaridades linguísticas e culturais. Arte Educação a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Objetivos:

- Conhecer os aspectos artísticos, filosóficos e históricos de Arte em geral e de Artes Surdas;
- Identificar a Arte como modo de comunicação e expressão na vida de pessoas surdas, em suas peculiaridades linguísticas e culturais;
- Propiciar debates sobre Parâmetros Curriculares Nacionais da área com ênfase nos Referenciais Curriculares próprios da Educação Infantil;
- Debater questões relacionadas com ensino da Arte na atualidade, bem como estudar particularidades de Artes Surdas.

Conteúdo Programático:

1. Arte e Educação: aspectos artísticos, filosóficos e históricos
2. Conceitos de Arte em Geral
3. Tendências atuais no ensino de Arte na escola
 - 3.1. Parâmetros Curriculares Nacionais
 - 3.2. Referenciais Curriculares para a Educação Infantil
4. Entrelaçamentos do ensino da Arte com Artes Surdas
5. Artes Surdas: artes plásticas, teatro, literatura e ilustrações

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Ana Mae. Ensino da Arte: Memória e História (org). Perspectiva, São Paulo, 2008.

BARBOSA, Ana Mae; SALES, H. M. (orgs). O ensino da Arte e sua história. São Paulo: MAC/USP, 1990. Arte-Educação. São Paulo: Cortez, 1999.

BATAGLIN, Mayara. Experiência Visual e Arte: elementos constituidores de subjetividades surdas. IV ANPED: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

CALDAS, Ana Luiza Paganelli. O filosofar na arte da criança surda: construções e saberes. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CRUZ, Andreza Nunes Real da. Aula de arte para com surdos: recriando uma prática de ensino. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Artes. São Paulo, 2016.

MÖDINGER, Carlos Roberto; VALLE, Flavia Pilla do; LOPONTE, Luciana Gruppelli. Artes Visuais, Dança, Música e Teatro: práticas pedagógicas e colaborações docentes. Porto Alegre: EDELBRA. 2012.

MOURÃO, Cláudio Henrique Nunes. Literatura Surda: experiência das mãos literárias. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SANTOS NETO, Daniel Neves dos; JESUS, Luciana Pereira de; GOMES, Antenor Rita. Arte Surda: Interfaces entre Cultura Surda e Cultura Visual. Revista Virtual de Cultura Surda, n. 21. Maio: Petrópolis, 2017.

METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA

Carga horária: 60h

Ementa: Subsídios teóricos e práticos para o processo de ensino e aprendizagem de Matemática em consonância com a perspectiva da Educação Matemática. Problematização dos conteúdos e das práticas cotidianas. Interface entre o ensino de Matemática e os processos de letramento dos alunos surdos numa perspectiva bilíngue.

Objetivos:

- Discutir questões básicas sobre o ensino e a aprendizagem da Matemática, permeando seus quatro eixos: números e operações, espaço e forma, grandezas e medidas e tratamento da informação (PCNs), ampliando os

conhecimentos dos alunos sobre os conteúdos e sobre o ensino da Matemática na Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental

- Construir e utilizar jogos e material de manipulação para o ensino de Matemática, contribuindo na produção de conhecimento acerca de metodologias no campo do ensino e aprendizagem da Matemática
- Refletir sobre o ensino de matemática em conexão com as outras áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar
- Refletir sobre o ensino de Matemática na sua interface com os processos de letramento dos alunos surdos

Conteúdo programático:

1. A construção do conceito de número
 - a. Processos mentais básicos: correspondência, comparação, classificação, sequenciação, inclusão, conservação e senso espacial
 - b. Princípios da contagem: correspondência termo a termo, ordem e cardinalidade
2. Sistemas de numeração
 - a. O surgimento dos números na história da civilização
 - b. As diferentes funções dos números
 - c. Comparação entre os diferentes sistemas de numeração: egípcio, romano e indo-arábico
3. O sistema de numeração decimal
 - a. lei de formação
 - b. valor posicional
 - c. composição e decomposição de numerais em ordens e unidades
 - d. leitura de numerais
 - e. uso do quadro valor de lugar
4. Operações
 - a. Fatos básicos
 - b. Cálculo mental
 - c. Algoritmos
 - d. Uso do quadro valor de lugar e de diferentes materiais de manipulação estruturados e não estruturados
 - e. Os sentidos das operações por meio da resolução de problemas

- f. Resolução de problemas por meio de esquemas
- 5. Tratamento da informação
 - a. Leitura e construção de gráficos e tabelas
 - b. Os diferentes tipos de gráficos e suas aplicações
- 6. Espaço e forma
 - a. Localização no espaço a partir de diferentes referenciais
 - b. Construção de maquetes e plantas baixas
 - c. Escalas
 - d. As diferentes formas de medir (medidas padronizadas e não padronizadas)
- 7. Interdisciplinaridade e ensino de matemática
 - a. O ensino de Matemática em conexão com as outras áreas do conhecimento
 - b. O ensino de Matemática na sua interface com os processos de letramento dos alunos surdos

Bibliografia básica:

BARBOSA, H. H. Habilidades matemáticas iniciais em crianças surdas e ouvintes. Cadernos CEDES, n.91, Educação matemática e surdez, vol.33, p. 333 – 347, setdez.2013.

COUTINHO, M. D. M. da C. Educação matemática, surdez e letramentos: o processo de ensinar e aprender matemática mediado por duas línguas em contato. Revista Paranaense de Educação Matemática. Vol.5, n.9. Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, 2016

NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. da S.; PASSOS, C. L. B. Possibilidades e desafios da interdisciplinaridade nas séries iniciais: a matemática e outras áreas do conhecimento. In NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. da S.; PASSOS, C. L. B. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental

SMOLE,, K, S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. Jogos de matemática 1º ao 5º ano. Porto Alegre: Artmed, 2007

Bibliografia complementar:

CARVALHO, D. L. Alfabetismo, escolarização e educação matemática: reflexões de uma professora de matemática. In: FONSECA, M. da C. F. R (org.). Letramento no Brasil: Habilidades Matemáticas: reflexões a partir do INAF 2002. São Paulo: Global Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Instituto Paulo Montenegro, 2004

COUTINHO, M. D. M. da. C. A mediação de esquemas na resolução de

problemas de matemática por estudantes surdos: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado do Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada). Interação e Discurso. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2003.

COUTINHO, M. D. M. da C. A mediação de esquemas na resolução de problemas de matemática por estudantes surdos. Revista Espaço, Rio de Janeiro, n.21, 2004.

COUTINHO, M. D. M da C. A constituição de saberes num contexto de educação bilíngue para surdos em aulas de matemática numa perspectiva de letramento. 2015. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP

FÁVERO, M. H.; PIMENTA, M. L. Pensamento e Linguagem: A Língua de Sinais na Resolução de Problemas. Psicologia: Reflexão e Crítica, n. 19, v. 2, p. 225-236, 2006.

FONSECA, M. da C. F. R.; CARDOSO, C. de A. Educação Matemática e letramento: textos para ensinar matemática, matemática para ler o texto. Escritas e leituras na educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MADALENA, S. P. Surdez e matemática: implicações linguísticas. Dissertação (Mestrado). Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2012.

MOYSÉS, L. Aplicações de Vygotsky à Educação Matemática. Campinas: Papirus, 1997.

NUNES, T.; BRYANT, P. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RIZZO, G. Jogos inteligentes: a construção do raciocínio na escola natural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (orgs). Ler, escrever e resolver problemas. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2001.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE II

Carga horária: 60h

Ementa: Características da didática específica desenvolvida em contextos de Educação Bilíngue (Libras, português) de Surdos. Tipos de Educação Bilíngue (aprofundamento em categorias de escolas bilíngues) nas políticas públicas adotadas no Brasil e em outros países na área da Educação de Surdos. Estratégias educacionais na área da surdez. Processos de ensino-aprendizagem enriquecidos dos artefatos multimídia

contemporâneos em contextos de Educação Bilíngue de Surdos. Conhecimento teórico-prático para a produção de material didático.

Objetivos:

- Analisar Tipos de Educação Bilíngue (aprofundamento em categorias de escolas bilíngues)
- Conhecer as características da didática específica desenvolvida em contextos de Educação Bilíngue (Libras, português) de Surdos.
- Debater sobre modelos de escola no Brasil e em outros países na área da Educação de Surdos.
- Contribuir para a ampliação de conhecimento na área da surdez por meio da pesquisa de diferentes processos de ensino-aprendizagem e práticas pedagógicas.
- Conhecer artefatos multimídia contemporâneos em contextos de Educação Bilíngue de Surdos
- Incentivar e promover conhecimentos para a produção de material didático.
- Colaborar no desenvolvimento de estratégias educacionais voltadas para a visualidade.

Conteúdo Programático:

1. Educação Bilíngue e tipos de bilinguismo

Formas monolíngues de educação para sujeitos bilíngues. Formas fracas e formas fortes de Educação Bilíngue para sujeitos bilíngues. Educação Bilíngue de Surdos. Escolas bilíngues para a desconstrução de práticas monolíngues.

Objetivo Específico da Unidade 1: Diferenciar os tipos de educação bilíngue nas formas de educação Monolíngues para bilíngues e Bilíngues para bilíngues.

2. Desenvolvimento e Estágios de aplicação das pedagogias surdas

Traços ou marcas culturais expressas na Pedagogia Surda presentes nos artefatos culturais das escolas (Artes Plásticas, HQ, Literatura, Piada). Estágios de aplicação das Pedagogias Surdas.

Objetivo Específico da Unidade 2: Relacionar traços ou marcas epistemológicas e ontológicas das Pedagogias Surdas.

3. Contextos bilíngues de ensino

Práticas pedagógicas bilíngues de escolas de surdos no exterior, EUA, Inglaterra.

Práticas bilíngues em escolas mistas e escolas de surdos no Brasil. Características da bidocência em um ambiente bilíngue voltado à Educação de surdos.

Objetivo Específico da Unidade 3: Identificar práticas de um ambiente bilíngue favoráveis à circulação de línguas e à experiência visual.

Bibliografia Básica:

FELIPE, T. A. Bilinguismo e Educação Bilíngue: questões teóricas e práticas pedagógicas. Revista Forum, Rio de Janeiro, v. 25/26, p. 7-22, jan-dez, 2012.

LADD, P.; GONÇALVES, J. C. do A. Culturas surdas e o desenvolvimento de pedagogias surdas. In: KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.). Cultura Surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed ULBRA, 2011, p.295-329.

LEBEDEFF, T. B. Alternativas de letramento para crianças surdas: uma discussão sobre o Shared Reading Program. 30ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu. Anais da 30ª Reunião Anual da Anped, 2007. p. 1-15.

LEBEDEFF, T. B. Impressões de viagem: a cultura surda na Pennsylvania School for the Deaf. In: KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.). Cultura Surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed ULBRA, 2011, p. 263-276.

LEBEDEFF, T. B. Práticas bilíngues em Escolas de Surdos: Pennsylvania School for The Deaf e Oak Lodge School. Informativo Técnico-Científico Espaço, INES: Rio de Janeiro, n. 44, jul-dez 2015, p. 67 – 83.

MAHER, T. de J. M. Hibridismos e linguagem: o inevitável diálogo entre Libras e a Língua Portuguesa no discurso do sujeito surdo. Revista Forum. Rio de Janeiro, v. 25/26, p. 7-22, jan-dez, 2012.

TAVEIRA, C. C.; ROSADO, L. A. da S. Por uma compreensão do letramento visual e seus suportes: articulando pesquisas sobre letramento, matrizes de linguagem e artefatos surdos. Revista Espaço, Rio de Janeiro, n. 39, p. 27-42, jan. / jun., 2013.

Bibliografia Complementar:

CAMPELLO, A. R. e S. Pedagogia visual na educação dos surdos. 245f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CASTRO, Nelson Pimenta de. A tradução de fábulas seguindo aspectos imagéticos da linguagem cinematográfica e da língua de sinais. 165f. Dissertação

(Mestrado em Estudos da Tradução), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FAVORITO, W. O difícil são as palavras: discursos e práticas na escolarização de jovens e adultos surdos. In: SÁ, N. Surdos: qual escola? Manaus, p. 117-140. 2011.

LEBEDEFF, T. B. Aprendendo "a ler" com outros olhos: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. Cadernos de Educação (UFPel), v. 36, p. 175- 196, 2010.

LEBEDEFF, T. B. Estudo da compreensão de histórias infantis em língua de sinais por crianças surdas. Seminário Internacional as redes de conhecimento e a tecnologia: imagem e cidadania, Anais em 2 CD-ROM., Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003.

REILY, L. Escola inclusiva: Linguagem e mediação. Campinas, 2.ed. SP: Papirus, 2006.

SANTAELLA, L. Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual verbal: aplicações na hipermídia. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2005.

TAVEIRA, C. C. Por uma Didática da invenção surda: prática pedagógica nas escolas-piloto de educação bilíngue no município do Rio de Janeiro. 365f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E PRODUÇÃO ACADÊMICA I

Carga horária: 60 horas

EMENTA: Tipos de conhecimento: Senso comum, Filosófico, Religioso, Científico. Ciência, ética e pesquisa. Ofício do pesquisador. Importância do método científico. Tipos de pesquisa. Abordagens Qualitativas e Quantitativas. Características e função do texto acadêmico no desenvolvimento de pesquisas. Aspectos operacionais da revisão de literatura e do uso de bases de dados para a delimitação e justificativas dos estudos. Análise crítica de artigos científicos.

Objetivos:

- Analisar considerações filosófico-metodológicas da pesquisa científica;
- Identificar os diferentes tipos de pesquisa;

- Discutir a pesquisa como parte do contexto social;
- Distinguir metodologia e método;
- Realizar revisão bibliográfica.

Conteúdo Programático:

- 1 - Tipos de Conhecimento
- 2 - Pesquisa e Método Científico
 - 2.1 Metodologia e Método
- 3 - Paradigmas da pesquisa científica: pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa
- 4 - Questões éticas no desenvolvimento de pesquisas.
- 5 - Tipos de pesquisa segundo objetivos; Tipos de pesquisa segundo procedimentos de coleta; Tipos de pesquisa segundo fontes de informação.
- 6 - Busca, recuperação, seleção e registro da informação científica.
- 7 - Análise crítica de literatura científica

Bibliografia Básica:

CARRANCHO, Angela. Metodologia da pesquisa aplicada à educação. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COUTO-LENZI, Álpia. Cinquenta Anos: uma parte da história da educação de surdos. Associação Internacional "Guy Perdoncini" para o estudo e a pesquisa da deficiência auditiva, AIPEDA. Rio de Janeiro, 2004.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORAES, Marcia. Metodologia da Pesquisa I. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2014. (Formato digital - PDF)

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: edições Loyola, 2002

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do

conhecimento. 4.ed. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS.

Carga horária: 40h teóricas + 60h em campo

Ementa: O estágio curricular supervisionado como campo de conhecimento. Observação participante do campo de estágio. Docência Compartilhada. Proposta de atuação docente.

Objetivos:

- Investigar o processo educativo por meio da observação, do acompanhamento e da participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação de atividades pedagógicas;
- Observar o cotidiano escolar e analisar o trabalho pedagógico desenvolvido, assim como o projeto da instituição;
- Elaborar e desenvolver propostas de atuação pedagógica, de acordo com o contexto, as demandas do campo de estágio, os saberes construídos ao longo do curso e as produções teóricas;
- Identificar e analisar práticas pedagógicas voltadas à educação de surdos/as.

Conteúdo Programático:

1. Observação participante do campo de estágio.

Em sala de aula:

- Debate e problematização das questões relativas ao estágio como campo de conhecimento;
- Conhecer as diretrizes curriculares Nacionais da Educação Básica.
- Conhecer experiências da política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos nos municípios brasileiros.

- No campo: Observação do entorno da escola: localização da escola, características do público atendido, infraestrutura do bairro (saneamento básico, acesso a

transporte, iluminação), IDH do bairro.

- Histórico da escola: origem do nome da escola, data de inauguração, sistema de ensino (público/privado), modalidades de ensino (regular / EJA/atendimento complementar).

- Observação da infraestrutura da escola, de seus recursos e artefatos: quais espaços estão, de fato, disponíveis para os alunos usarem? O espaço atende ao número de alunos? Há acessibilidade (arquitetônica/respeito a diversidade de orientação sexual nos banheiros) em todos os espaços? Como estão organizados os mobiliários? Quais são os recursos pedagógicos disponíveis nos diversos espaços?

- Conversas e/ou entrevistas com membros da equipe (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.): quais são os projetos complementares ofertados à comunidade? Como é a relação da escola com as famílias? Como são tomadas as decisões internas da escola (de forma colegiada ou de forma técnica) / Há parcerias com instituições culturais ou outras?

Consulta a sites que contenham informações sobre a instituição.

2. Docência compartilhada

Em sala de aula:

- Debate e problematização das questões relativas à sondagem de campo;
- Orientações individuais e em grupo para a realização do relatório.

Em campo:

- Observação do cotidiano escolar: (como se organiza a rotina de trabalho com os alunos – atividades pedagógicas. Divisão de turmas / grupos – por idade? Multietários? Há distorção idade/série? As turmas são inclusivas? Há profissionais de apoio (intérpretes/ professor surdo/ monitores?

- Observação da relação professor-aluno: o professor propõe atividades diversificadas? Ela quem organiza a sala ou solicita a participação dos alunos? Como é a postura do professor diante dos alunos? Os alunos interagem entre si? Há diálogo entre professor e aluno? Os alunos participam ativamente na construção do conhecimento? Há muitos conflitos durante o horário de aula? Como o professor intervém nesses conflitos? Quais são as estratégias utilizadas pelo professor para incluir /motivar / estimular o aprendizado e a permanência dos alunos?

- Leitura do Projeto Político-Pedagógico ou de planos de aula – análise da relação

entre este e a prática pedagógica.

3. Proposta de Atuação

Em sala de aula:

- Levantamento da situação-problema e debate
- Elaboração individual de proposta de projeto de atuação docente em sala de

aula do estágio.

- Avaliação do desenvolvimento da proposta de atuação docente.
- Orientações individuais e em grupo para elaboração do projeto

Em sala de aula e/ou em outros espaços:

- Elaboração do Projeto pedagógico de Atuação docente

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 9.304, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 set. 2015.

_____. MEC. Diretrizes curriculares Nacionais da Educação Básica. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192

_____. MEC. Base Nacional Comum. 2016.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>

_____. MEC. Plano Nacional de Educação- PNE. <http://pne.mec.gov.br/>

CARVALHO, J. M. O cotidiano escolar como comunidade de afetos. Petrópolis: DP et alii, 2009.

GIROUX, H. Os professores como intelectuais: rumo a uma nova pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. <http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/900/1736>

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. Educ. Pesqui. [online]. 2013, v.39, n.1, pp.65-80.

PEREIRA, A. et al. O estágio curricular supervisionado como campo de conhecimento: concepções e tendências investigativas. 2010.

PIMENTA, S. P.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, E. C. de. O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de

professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Dicas de sites:

http://simec.mec.gov.br/educriativa/mapa_questionario.php: esse site identifica iniciativas inovadoras na área da educação.

<http://www.escol.as/> : nesse site são encontrados dados de mais de 200 mil escolas do Brasil.

<http://www.qedu.org.br/brasil/aprendizado> e <http://ideb.inep.gov.br/> - nesses sites são encontrados dados sobre rendimento escolar.

<http://criatividade.mec.gov.br/mapa-da-inovacao> - nesse site são apresentados projetos inovadores desenvolvidos por escolas de todo o país.

- <http://www.scielo.br/?lng=pt> - Biblioteca Científica Online.

- <http://bdtd.ibict.br/vufind/> - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

- <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/produde.htm> - Biblioteca Virtual Anísio Teixeira.

- http://www.editau.com.br/produtos_clipping.php - Notícias sobre educação diárias.

- <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp> - Biblioteca Digital Domínio Público.

- <http://www.vitorparo.com.br/> - Site do autor Vitor Paro.

- <http://www.anpae.org.br/website/> - Site da Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADES

Carga horária: 60 h

Ementa: Fundamentos histórico-filosóficos dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e legislação. Marcos conceituais e legais dos direitos humanos da população infante-juvenil: Direitos Humanos, Pobreza e Desigualdade. Gênero, Sociedade e Cultura. Formação étnico-racial brasileira; Racismo e Sociedade. Direitos Humanos desigualdade social, Racismo e acesso à Educação. Direitos Humanos e Acessibilidade. Mídia e Direitos

Humanos. Conhecer e produzir novas práticas pedagógicas em direitos humanos.

Objetivos:

- Conhecer e analisar os fundamentos histórico-filosóficos dos Direitos Humanos;
- Relacionar legislação de direitos humanos e práticas sociais;
- Conhecer os marcos conceituais e legais dos direitos humanos da população infante-juvenil;
- Conhecer e analisar as questões de gênero e a produção das desigualdades sociais;
- Analisar de forma crítica as questões étnico-raciais;
- Conhecer as políticas públicas de direitos e educação;
- Analisar a relação mídia e direitos humanos;

Conteúdo Programático:

1. Unidade 1: Fundamentos histórico-filosóficos dos Direitos Humanos: Tipos de Direitos Humanos: civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Direitos Humanos e Legislação.

2. Unidade 2: População infante-juvenil: Direitos Humanos, Pobreza e Desigualdade. Legislação dos Direitos da Infância e Juventude. Violências e Juventudes. As implicações dos estereótipos ligados às juventudes.

3. Unidade 3: Gênero, Sociedade e Cultura: a construção social do gênero; Igualdade, Desigualdade e Diversidade sexual. Sexualidade e Corporeidade. Gênero e violências.

4. Unidade 4: Relações étnico-raciais e Direitos Humanos I: A formação étnico-racial brasileira; Racismo e Sociedade.

5. Unidade 5: Relações étnico-raciais e Direitos Humanos II: Desigualdade social, Racismo e acesso à Educação.

6. Unidade 6: Direitos Humanos e Acessibilidade. Políticas públicas em Educação e Cultura.

7. Unidade 7: Mídia e Direitos Humanos: As representações sociais em torno da temática dos Direitos Humanos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal nº 8069, de 13 de julho

de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei N°11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CANDAU, Vera; SACAVINO, Susana (Orgs.). Educar em Direitos Humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2001.

McLAREN, Peter. Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Trad. Marcia Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>.

Bibliografia complementar:

CANDAU, Vera Maria et al. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. São Paulo: Cortez, 2013.

DIMENSTEIN, Gilberto. Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MORAES, Marcia. Ser humana: quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.). Educação em direitos humanos : fundamentos teóricos-metodológicos. Pernambuco: Ed. Universitária, 2007.

METODOLOGIAS DO ENSINO DE CIÊNCIAS

Carga horária: 60h

Ementa: Os processos histórico e social da construção do conhecimento de ciências. Perspectivas pedagógicas em educação em Ciências. Recursos didáticos para o ensino das Ciências. Análise de propostas curriculares. Orientações teóricas -

metodológicas na produção de material didático. O lugar da língua materna no material didático de ensino de língua adicional. Os processos histórico e social da construção do conhecimento de ciências. Produção e avaliação de material didático.

Objetivos:

- Identificar e refletir acerca das perspectivas teóricas no ensino das ciências;
- Conhecer e analisar diferentes recursos didáticos utilizados no ensino das ciências;
- Promover a produção de Materiais Didáticos

Conteúdo Programático:

1. A construção do conhecimento em Ciências: perspectivas teóricas;
2. Cultura Científica e Cidadania;
3. Criatividade, método e tendências atuais em procedimentos didático-pedagógicos;
4. Referenciais curriculares para o ensino das Ciências;
5. Pedagogia visual, Libras e o conteúdo curricular de Ciências;
6. Análise e produção de material didático.

Bibliografia Básica:

- BIZZO, Nélio. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 2002.
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 2009.
- FOUREZ, G. A Construção das Ciências. Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências. São Paulo: Unesp, 1995.
- GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: ArtMed, 1997.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia complementar:

- ANGOTTI, José André. A literatura infantil no ensino de Ciências: propostas didáticas para os anos iniciais do Ensino Fundamental. São Paulo: SM, 2012.
- KINDEL, Eunice Aita. A docência em ciências naturais: construindo um currículo para o aluno e para a vida. Erechim: Edelbra, 2012.
- MORAES, A. C. R. Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo: HUCITEC,

2002.

MORIN, Edgar. Os 7 Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Renato José. A escola e o ensino de ciências. Porto Alegre: UNISINOS, 2001.

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Carga horária: 60h

Ementa: Organização espacial e temporal no desenvolvimento humano e sua relação com o ensino/aprendizagem de História e Geografia. Noções e conceitos para construção do conhecimento histórico. Memória, Cultura e Identidade. História do Pensamento Geográfico: Geografia Clássica, Geografia Moderna (tradicional e crítica). Categorias geográficas (paisagem, lugar, região e território). Alfabetização cartográfica. Produção Didática e Paradidática de História e Geografia para os anos iniciais de crianças, jovens e adultos. Documentos oficiais curriculares de História e Geografia.

Objetivos:

- Relacionar a organização espacial e temporal com o ensino de História e Geografia. Reconhecer os conceitos de Memória, Cultura e Identidade como fundamentais no trabalho pedagógico de História e Geografia.
- Conhecer e aprofundar noções e conceitos para construção do conhecimento histórico: noções de tempo: duração, sucessão, simultaneidade, permanência, mudança, fato histórico, fontes históricas, processo histórico, contexto, estrutura, entre outros.
- Identificar os diferentes momentos da história do Pensamento Geográfico.
- Identificar categorias geográficas (paisagem, lugar, região e território).
- Reconhecer os conceitos e as noções referentes a alfabetização cartográfica como ferramentas para a produção do conhecimento geográfico.
- Analisar e avaliar os documentos oficiais curriculares de História e Geografia.
- Discutir as propostas curriculares e as diretrizes para o ensino de História para os anos iniciais de crianças, jovens e adultos, bem como das relações étnico-

raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

- Analisar e avaliar os manuais didáticos e paradidáticos de História e Geografia para as séries iniciais;
- Elaborar propostas de planos de aula de História e Geografia.

Conteúdo Programático:

1. A construção de noções espaciais e o ensino da Geografia. Relações topológicas, projetivas e euclidianas.
2. A construção da noção de tempo pela criança e o ensino de História. Noções de tempo: duração, sucessão, simultaneidade, permanência, mudança.
3. Memória, Cultura e Identidade.
4. Fato histórico, fontes históricas, processo histórico, contexto, estrutura.
5. Geografia clássica e moderna (tradicional e crítica)
6. Categorias geográficas (paisagem, lugar, região e território).
7. Alfabetização cartográfica.
8. Documentos oficiais curriculares de História e Geografia.
9. Recursos didáticos e paradidáticos de História e Geografia para as séries iniciais;
10. Elaboração de propostas de planos de aula de História e Geografia.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, R.D.; PASSINI, E.Y. Espaço e geografia: ensino e representação. São Paulo: Contexto. 1993.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

ARIOVALDO, V. Para onde vai o ensino da geografia? São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, C. (org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto. 1998.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE III

Carga horária: 60h

Ementa: A cultura surda como determinante dos contextos bilíngues para surdos, principalmente no que se refere as camadas e entrecruzamentos de línguas, identidades

surdas. Letramento visual, pedagogia visual bilíngue: perspectivas na educação de surdos. Currículo e avaliação na proposta bilíngue visual. Planejando e construindo a prática de alfabetização e letramento nos diversos ambientes alfabetizadores como: escola, família, rua, supermercados, lojas, comunidade surda, internet, museus, entre outros. Multiletramento: a relação do aluno surdo com os diversos textos e contextos em português e em Libras. O trabalho com os gêneros textuais produzidos por surdos (poesia, narrativas, piadas, histórias infantis, fábulas, textos imagéticos etc.). Planejamento, produção e utilização de materiais didáticos visuais para o letramento de alunos surdos.

Objetivos:

- Refletir sobre a língua e cultura surda como uma realidade discursiva de afirmação da comunidade surda, destacando os conceitos de língua de sinais, povos usuários das línguas de sinais, sinalizantes e identidade surda.
- Conhecer letramento visual e pedagogia visual bilíngue como perspectivas educacionais que respeitam as especificidades dos alunos surdos no atendimento às suas demandas linguísticas, culturais e pedagógicas.
- Refletir sobre currículo e avaliação na educação de surdos, problematizando as atuais propostas de adaptações e pensando sobre as reais necessidades de adequações nos contextos e abordagens escolares.
- Planejar e construir práticas de letramento visual em diversos ambientes alfabetizadores
- Conhecer as atuais pesquisas sobre multiletramentos relacionando-as às contribuições na educação de alunos surdos.
- Conhecer e pensar sobre a utilização de gêneros textuais produzidos por surdos (poesia, narrativas, piadas, histórias infantis, fábulas, textos imagéticos, etc.) na perspectiva do letramento bilíngue.
- Planejar e desenvolver materiais didáticos visuais para o letramento de alunos surdos

Conteúdo Programático:

1. Alfabetização e letramento de alunos surdos: panorama geral
 - a. A centralidade dos aspectos visuais em contextos bilíngues
 - b. A cultura surda como determinante para a construção de contextos bilíngues

para surdos. (identidade, cultura e comunidade surda como elementos determinantes no letramento de surdos)

2. Letramento visual: concepções e práticas.

3. Currículo e avaliação bilíngue. As adaptações são necessárias? Em quais aspectos? Refletindo sobre adequações pedagógicas e necessidades dos alunos surdos.

a. Planejando uma aula visual para alunos surdos: As etapas do planejamento e a centralidade visual como determinantes de uma boa prática de ensino para alunos surdos.

b. Pensando a alfabetização e o letramento em contextos bilíngues. Teoria e prática. Os diferentes ambientes alfabetizadores: a escola, a família, a rua, o supermercado, as lojas, a praia, os museus, a internet, entre outros ambientes.

4. Construindo a prática de alfabetização e letramento nos diversos contextos: planejamento, aplicação, desenvolvimento de atividades e materiais didáticos.

5. Multiletramento: A relação do aluno surdo com os diversos textos e contextos em português e em Libras. O trabalho com os gêneros textuais produzidos por surdos (poesia, narrativas, piadas, histórias infantis, fábulas, textos imagéticos, etc.)

Bibliografia Básica:

ALBRES. N.A; SANTIAGO. V.A.A.; LACERDA. C.B.F. Interações em redes sociais e as representações sobre a liderança da comunidade surda em textos verbo-visuais. *Calidoscópio*, v. 13, n. 2, p. 201-209, Unisinos, mai/ago 2015.

CAMPELLO, A. R. S. Pedagogia Visual/Sinal na Educação de Surdos. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. *Estudos Surdos II*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2007. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf>

LEBEDFF, T.B. O povo do Olho: uma discussão sobre a experiência visual e surdez. In: LEBEDEFF, T. B. (org.) *Letramento Visual e Surdez*. Rio de Janeiro: WAK, 2017.

LODI, A.C.B; MELO, A.D.B; FERNANDES, E. (orgs.) *Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos*. Porto Alegre, Mediação, 2012.

LOPES. M.C. (org.) *Cultura Surda & Libras*. Coleção EAD. São Leopoldo, RS. Ed. UNISINOS, 2012.

_____; NETO. A.V. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 81-100, jul./dez. 2006 <http://www.perspectiva.ufsc.br>

MEC. SECADI. *Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue*

Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: DF. 2014 (link: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513)

PRADO, M; MACEDO, J. Aquisição de Línguas por crianças surdas: a importância do letramento visual. *RevistAleph*, n. 26, Agosto Ano XIII, 2016.

PRADO, R., COSTA, V. A. POR QUE CULTURA SURDA?: Sentidos e significados na educação de alunos surdos. *Cad. Pes.*, São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016 161. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v.23n.especial/p161-175>

ROJO, R. *Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo. Parábola Editorial. 2009.

SIGNORINI, I. (org.) *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

TAVEIRA, C. C.; ROSADO, L. A. da S. O letramento Visual como chave de leitura das práticas pedagógicas e da produção de artefatos no campo da surdez. In: LEBEDEFF, T. B. (org.) *Letramento Visual e Surdez*, Rio de Janeiro: WAK, 2017.

THOMA, A.; KLEIN, M. *Currículo e Avaliação: a diferença Surda na Escola*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

Bibliografia complementar:

KARNOPP, L. B.; KLEIN, M.; LAZZARIN, M. L. L. (org.). *Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações*. Canoas: ULBRA, 2011.

LASTA; HILLESHEIM. In: THOMA; HILLESHEIM. (orgs.). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2011.

LODI; HARRISON; CAMPOS. (orgs.) *Leitura e escrita no contexto da diversidade*. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LODI; LACERDA. (orgs.) *Uma escola, duas línguas: letramento em Língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. Porto Alegre: Mediação, 2014.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

QUADROS, R. de. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

_____; SCHMIDT, M. L. P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação. Brasília, 2006.

_____. (Org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

RIBEIRO, T; SILVA, A.G. Leitura e Escrita na Educação de Surdos: das políticas às práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: WAK, 2015.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte, Autêntica, 2016.

_____. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2012.

TAVEIRA, C.C. Por uma didática da Invenção surda: prática pedagógica nas escolas-piloto de educação bilíngue no município do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E PRODUÇÃO ACADÊMICA II

Carga horária: 60h

Ementa: Complementaridade entre abordagem qualitativa e quantitativa. Pesquisa na perspectiva bilíngue. Etapas preliminares do processo de pesquisa. Definição de um tema e delimitação do estudo. Importância da justificativa e definição do problema. Formulação de hipóteses e de objetivos na pesquisa: geral e específico. Construção de instrumentos de coleta de dados. Pesquisa e surdez. Aspectos éticos e operacionais da pesquisa com surdos. Elaboração de projeto de pesquisa. Normas ABNT.

Objetivos:

- Analisar todas as etapas da construção de projeto de pesquisa;
- Selecionar analiticamente artigos científicos para fundamentação teórica;
- Elaborar projeto de pesquisa com vistas ao Trabalho de Conclusão do Curso.

Conteúdo Programático:

1. Projeto de Pesquisa

1.1 Introdução;

1.2 Problema (foco da pesquisa);

1.3 Justificativa;

1.4 Objetivos (Geral e Específicos);

1.5 Questões do estudo e hipóteses;

- 1.6 Delimitação do estudo;
- 1.7 Fundamentação teórica (sumária);
- 1.8 Metodologia: Tipo do Estudo - Participantes - Instrumentos - Coleta dos Dados - Tratamento dos Dados - Limitações do Método;
- 1.9 Recursos e Cronograma;
- 1.10 Referências;
- 1.11 Normas de redação e de divulgação do trabalho segundo a ABNT.

2. Pesquisa e surdez

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6022. Informação e documentação – Artigo em publicação periódica e científica impressa. Rio de Janeiro: 2003.

_____. NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

_____. NBR 6028. Informação e documentação – Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

_____. NBR 10520. Informação e documentação – Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro: 2002.

_____. NBR 14724. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

_____. NBR 15287. Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: 2005.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ASPECTOS TEÓRICOS DAS PESQUISAS NAS LÍNGUAS DE SINAIS, 9. Florianópolis, SC, 2006. [Atas] do 9º Congresso Internacional de Aspectos Teóricos das Pesquisas nas Línguas de Sinais. Florianópolis, SC: UFSC, 2006. 5 dvds : son; color; 4 3/4 pol.

BAUER, Martin; GASKEL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático Trad. Pedrinho Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORAES, Marcia. Metodologia da Pesquisa I. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2014. (Formato digital)

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar

CARRANCHO, Angela. Metodologia da pesquisa aplicada à educação. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MATTOS, Leila Couto. As pesquisas desenvolvidas no Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES no período de 1989 a 2007. Espaço, n. 28, 2007. p. 5-15.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2004.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa de; QUADROS, Ronice Müller de (Org.). Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - GESTÃO ESCOLAR

Carga horária: 40h teóricas + 60h em campo

Ementa: Observação e investigação do campo de estágio. Gestão Compartilhada. Elaboração de proposta de Atuação.

Objetivos:

- Investigar práticas de gestão escolar por meio de observação, acompanhamento e participação no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação de ações/políticas administrativas;
- Elaborar e desenvolver propostas de atuação administrativo/pedagógica, de acordo com o contexto, as demandas do campo de estágio, os saberes construídos ao longo do curso e as produções teóricas;
- Identificar e analisar práticas de gestão escolar voltadas à educação de surdos/as;
- Desenvolver um projeto de gestão escolar a partir das situações vivenciadas durante o estágio.

Conteúdo Programático:

1. Sondagem do campo de estágio

Em sala de aula:

- debate e problematização das questões relativas à sondagem de campo;
- orientações individuais e em grupo para a realização do relatório.

No campo:

- sondagem da organização do sistema e de suas políticas;
- observação do cotidiano escolar e de seu entorno;
- observação da infraestrutura da escola, de seus recursos e artefatos;
- leitura e análise do Projeto Político-Pedagógico;
- leitura e análise do Regimento Escolar, do Organograma, de manuais, de atas de reuniões/encontros e de outros documentos;
- conversa e/ou entrevistas com membros da gestão (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.) e outros sujeitos da comunidade escolar;
- consulta a sites que contenham informações sobre a instituição.

2. Gestão compartilhada

Em sala de aula:

- debate e problematização das questões relativas à sondagem de campo;
- orientações individuais e em grupo para a realização do relatório.

Em campo:

- participação/acompanhamento em atendimento a estudantes e responsáveis;
- participação/acompanhamento nas diversas práticas de orientação pedagógica junto aos/às docentes;
- participação em Conselho Escolar;
- participação em Conselho de Classe;
- participação em Reunião de Responsáveis;
- participação em Reunião de Professores/as, Grupos de Estudos e outras atividades formativas;
- participação em diferentes rotinas e observação de diferentes aspectos do cotidiano (relações interpessoais, formação de professores, gestão democrática, fluxo de informações e transparência);
- entrevistas e/ou conversas com membros da gestão (diretor/a, orientador/a pedagógico/a, orientador/a educacional, supervisor/a, coordenador/a etc.) e outros/as

membros/as da comunidade escolar;

- consulta a sites que contenham informações sobre a escola e sobre o sistema de ensino no qual ela está inserida;

- leitura e análise de documentos diversos (Projeto Político-Pedagógico, Regimento, atas, manuais etc.).

3. Proposta de Atuação

Em sala de aula:

- levantamento da situação-problema e debate
- orientações individuais e em grupo para elaboração do projeto

Em sala de aula e/ou em outros espaços:

- elaboração do Projeto de Atuação

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 set. 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Disponível em: < <http://terras.edu.ar/aula/cursos/8/biblio/LIBANEO-Jose-Carlos-CAP-2-Uma-escola-para-novos-tempos.pdf>>. Acesso: 26 mar. 2017.

Dicas de sites:

http://simec.mec.gov.br/educriativa/mapa_questionario.php: esse site identifica iniciativas inovadoras na área da educação.

<http://www.escol.as/> : nesse site são encontrados dados de mais de 200 mil escolas do Brasil.

<http://www.qedu.org.br/brasil/aprendizado> e <http://ideb.inep.gov.br/> - nesses sites são encontrados dados sobre rendimento escolar.

<http://criatividade.mec.gov.br/mapa-da-inovacao> - nesse site são apresentados projetos inovadores desenvolvidos por escolas de todo o país.

<http://www.scielo.br/?lng=pt> - Biblioteca Científica Online.

<http://bdtd.ibict.br/vufind/> - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/produde.htm> - Biblioteca Virtual Anísio Teixeira.

http://www.editau.com.br/produtos_clipping.php - Notícias sobre educação diárias.

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp> - Biblioteca Digital Domínio Público.

<http://www.vitorparo.com.br/> - Site do autor Vitor Paro.

<http://www.anpae.org.br/website/> - Site da Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

GESTÃO EDUCACIONAL I

Carga horária: 60h

Ementa: Gestão democrática. Organização dos Sistemas Educacionais. LDB. Planejamento Educacional. Avaliação Institucional. Política Educacional.

Objetivos:

- Compreender a estruturação da organização e dos sistemas educacionais no Brasil;
- Identificar e analisar legislações, diretrizes, convenções, programas, fundos e parâmetros que organizam ou subsidiam os princípios organizacionais da educação;
- Discutir princípios e definições de Gestão Democrática tendo em vista a compreensão do trabalho coletivo, descentralizado e instrutivo;

Conteúdo Programático:

1. Gestão e Organização dos Sistemas Educacionais
2. LDB e Princípios Organizacionais da Educação / Níveis e Modalidades
3. Descentralização e Autonomia
4. Planejamento Educacional
5. Avaliação institucional
6. Gestão e Financiamento da Educação
7. Gestão no contexto da política educacional (Reforma Educacional)

Bibliografia Básica:

BRASIL. MEC. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais Brasília: MEC, 2004.

FERREIRA, Naura Syria; AGUIAR, Marcia Angela (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, TOMMASI, L. de; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/ PUC-SP, 2000.

VALERIEN, Jean. Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento. São Paulo: Cortez, 2005.

ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez, 2008.

SERRA, E.D. 30 anos de literatura para crianças e jovens: algumas leituras. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

LITERATURA E INFÂNCIA

Carga horária: 60h

Ementa: Estabelecimento do conceito de Literatura como escrita criativa/ficcional. Reflexões a partir das práticas de escrita criativa. O lugar do fazer literário na educação e na educação infantil: juízo estético versus razão pura. Reflexões sobre a necessidade da arte e da ficção no desenvolvimento humano. Noções básicas instrumentais/operacionais de conceitos literários, consagrados pelo “estado da arte” contemporâneo. Introdução às principais vertentes teóricas e principais princípios de abordagem de temas literários. Interfaces entre literatura e educação: aproximações e impasses. A questão do imaginário. Literatura e identidade. Os Gêneros Literários. Conceito de Texto. Conceito de Literatura Infantil. Literatura Infantil no Ocidente e no Brasil. Gêneros literários dedicados à infância: a fábula; o conto de fadas; conceitos de lenda, mito e rito; os ditos populares; teatro para crianças; poesia para crianças. Produções textuais em Português e em Libras: suas interfaces. Trabalhando com textos em sala de aula.

Objetivos:

Identificar e interpretar os conceitos mais básicos para os estudos literários;
Identificar e descrever as principais problemáticas tratadas pelas teorias e estudos;

Oferecer perspectiva panorâmica sobre as questões dos estudos literários na atualidade;

Refletir sobre a literatura infantil, a formação do leitor e as aproximações e afastamentos entre literatura e ensino/aprendizagem.

Conteúdo Programático:

1. Conceito de Literatura, Texto e Ficção;
2. A Literatura, a questão do imaginário e o conhecimento científico e filosófico;
3. Literatura, identidade e poder;
4. Usos utilitários da literatura;
5. Gêneros Textuais e Literários;
6. Gêneros Literários e a Formação do Leitor;
7. Literatura infantil e seus usos pedagógicos;
8. O Brincar e o Aprender;
9. A fábula; o conto de fadas; conceitos de lenda, mito e rito

Bibliografia Básica:

ARIES, Philippe. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AYALA, M.; AYALA, M.I.N. Cultura popular no Brasil. São Paulo: Ática, 2003.

BETTELHEIM, B. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CADEMARTORI, L. O que é literatura infantil? Coleção Primeiros Passos, n.163. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COELHO, N.N. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Ática, 2009.

FERREIRO, E. O espaço da leitura e da escrita na educação pré-escolar. In: Reflexões sobre a Alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia complementar:

ABRAMOVICH, F. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2004.

BAJARD, E. Ler e Dizer. São Paulo: Cortez, 2001.

CUNHA, H. P. (Org.). Desafiando o cânone: aspectos da literatura de autoria feminina na prosa e na poesia (anos 70/80). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

INES. Contando Histórias em Libras. Rio de Janeiro: INES.

KAERCHER, G. E. E por falar em Literatura. In: Educação Infantil: Pra quê te quero. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez, 2008.

SERRA, E.D. 30 anos de literatura para crianças e jovens: algumas leituras. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Carga horária: 60 h

Ementa: Educação Especial nas perspectivas histórica, conceitual e política. Modelos da Educação Especial. Conceitos e princípios da Educação Inclusiva. População atendida na Educação Especial. Práticas pedagógicas inclusivas: Atendimento Educacional Especializado – AEE; Tecnologias assistivas.

Objetivos:

- Conhecer os principais marcos histórico, conceitual e político da história das deficiências.
- Distinguir os diferentes modelos de práticas na educação especial
- Identificar as características das diferentes deficiências e suas implicações no desenvolvimento de pessoas.
- Refletir acerca das práticas pedagógicas inclusivas a partir dos princípios legais atuais.

Conteúdo programático:

1. Aspectos históricos da Educação Especial
2. Aspectos históricos da Educação Especial – Marcos Legais
3. Modelos da Educação Especial: Institucionalização, Integracionista e Inclusivo;
4. Educação Especial na perspectiva da inclusão;
5. População Atendida pela Educação Especial;
6. Atendimento Educacional Especializado – AEE;

7. Práticas Pedagógicas Inclusivas: Tecnologia Assistiva.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: Revista da Educação Especial*, Brasília, DF: MEC, v.4, n.1. jan-jun 2008, pgs 7-17. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>

CARVALHO, Rosita Edler. *A nova LDB e a educação especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

GLAT, Rosana (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.-set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/10.pdf>

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p.21 a 48. Disponível em:

<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/historia%20movimento%20politico%20pcd%20brasil.pdf>

MENDES, Eniceia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (Org.). *A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação*. Marília: ABPEE, 2012.

SANTOS, Wederson Rufino dos. *Pessoas com deficiência: nossa maior minoria*. *Physis* [online]. 2008, vol.18, n.3, pp.501-519. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/physis/v18n3/v18n3a08.pdf>

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Educação especial*. Brasília, DF: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Educação Especial*. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009

MAZZOTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (Org.). Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

SKLIAR, Carlos (Org.). Educação & exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

REDAÇÃO ACADÊMICA

Carga horária: 60h

Ementa: Leitura do texto acadêmico. Fichamentos, resumos e sínteses. Produção textual: desenvolvimento de ideias. Ideia principal e ideias secundárias. Encadeamento de ideias dentro do parágrafo e entre parágrafos. Introdução e conclusão de trabalhos acadêmicos.

Objetivos:

- Desenvolver estratégias de leitura do texto acadêmico;
- Explorar o uso de gêneros textuais acadêmicos como fichamentos, resumos e sínteses;
- Trabalhar o encadeamento lógico de ideias na prática da escrita acadêmica;
- Auxiliar na produção de trabalhos acadêmicos como projetos de pesquisa, artigos, monografias

Conteúdo Programático:

- 1.O texto acadêmico: estratégias de leitura;
- 2.Produção de fichamentos, resumos e sínteses;
- 3.Ligação de ideias no parágrafo de textos acadêmicos;
- 4.Encadeamento entre parágrafos nas produções acadêmicas;
- 5.. Diferentes possibilidades de desenvolvimento de ideias: do geral para o particular, do particular para o geral;
- 6.Produção de introdução de trabalhos acadêmicos
- 7.Produção de conclusão em produções acadêmicas.

Bibliografia Básica:

KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L.C. Texto e Coerência. São Paulo: Cortez, 1995.

KOCH, I. V. O texto e a construção dos sentidos. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, M. C. C.. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios. Educar em Revista, Edição Especial, n. 2/2014.

QUADROS, R. M. de; SCHMIDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação. Brasília, 2006.

QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. QUADROS, R. M., SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Identidades e caminhos no ensino de português para estrangeiros. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRONCKART, J. P. Atividades de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 2011.

CEREJA, W. R., MAGALHAES, T. C. Texto e interação. São Paulo: Atual, 2009.

DIONÍSIO, A. P. (Org.). Gêneros textuais e ensino. 4.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

KARNOPP, L. B. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI, A. C. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2003.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Carga horária: 40h teóricas + 60h em campo

Ementa: A formação do pedagogo para o exercício profissional, em contextos diferenciados, articula a prática educativa, o saber acadêmico e a pesquisa.

Objetivos:

- Estabelecer nexos entre os conhecimentos/saberes teóricos e práticos, a partir da atuação em espaços escolares e não-escolares, considerando o campo como objeto de investigação e de desenvolvimento de práticas pedagógicas.
- Elaborar e desenvolver propostas de atuação pedagógica, de acordo com o contexto, as demandas do campo de estágio, os saberes construídos ao longo

- do curso e as produções teóricas;
- Debater coletivamente sobre práticas de docência e de gestão, buscando refletir sobre a construção de práticas interculturais;
 - Conhecer o cotidiano do profissional da educação em espaços não-escolares, de modo a identificar suas funções, seus desafios e suas práticas;
 - Identificar e analisar práticas de docência e de gestão não-escolares voltadas à educação de surdos/as;
 - Vivenciar a troca de experiências e de saberes por meio de diálogos (presenciais e/ou online) mediados pelo/a professor/a orientador/a de estágio;
 - Elaborar relatório reflexivo com base nas atividades de observação participante, coparticipação e desenvolvimento da proposta pedagógica.

Conteúdo Programático:

As atividades de estágios estão estruturadas em unidades modulares:

Módulo I – Observação do campo de estágio

Observação participante do cotidiano do espaço não-escolar e de seu entorno;

- Observação da infraestrutura, dos recursos e dos artefatos institucionais;
- Leitura e análise do Projeto/Plano Institucional;
- Investigação das práticas de gestão de projetos educativos;
- Leitura e análise das normas institucionais;
- Investigação de práticas de gestão escolar voltadas à educação de surdos/as;
- Conversas e/ou entrevistas com pedagogos/as e outros membros da instituição

que atuam no desenvolvimento de projetos educativos.

Módulo II – Gestão Compartilhada

- Participação em eventos institucionais;
- Acompanhamento e participação no planejamento, no desenvolvimento e na

avaliação de projetos educativos.

Módulo III – Proposta de Atuação

- Elaboração da proposta pedagógica, preferencialmente, voltada à educação/acessibilidade de surdos/as.

GESTÃO EDUCACIONAL II

Carga horária: 60h

Ementa: Funções, práticas, organizações e particularidades próprias aos estabelecimentos de ensino. Modelos de organização do trabalho, funções e atividades exercidas no âmbito da gestão. Projeto político-pedagógico. Gestão de escolas bilíngues.

Objetivos:

- Estudar e refletir sobre os conceitos relacionados à gestão;
- Analisar a natureza singular das instituições escolares;
- Debater sobre o processo de construção do projeto político-pedagógico;
- Refletir sobre a dinâmica administrativa das escolas bilíngues.

Conteúdo Programático

1. Gestão Escolar: conceitos, especificidade e abordagens;
2. Administração, orientação e supervisão educacional;
3. Gestão Democrática, participação da comunidade e qualidade da educação;
4. Mecanismos de Gestão Democrática (formas de provimento ao cargo de direção, conselho escolar, grêmio, associação de pais e mestres etc.);
5. Projeto político-pedagógico;
6. Escola como espaço de formação;
7. Gestão Escolar dentro de uma perspectiva bilíngue;

Bibliografia Básica:

BRASIL. MEC. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC, 2004.

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, Licínio. Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2000.

LUIZ, Maria Cecília (Org.). Conselho Escolar: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010, p. 23-46.

LOBO, Carla Marina. Educação infantil: caminhos percorridos no cotidiano da

prática docente. Niterói, RJ: Intertexto, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Diretor escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

PIRON, Claude. O desafio das línguas: da má gestão ao bom senso. [Trad. Ismael Mattos Ávila]. Campinas, SP: Pontes, 2002.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. Natureza e função da Administração. In: _____. et. al. Administração escolar. ANPAE, 1968.

TOMMASI, L. de.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/ PUC-SP, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 dez. 2003.

PEDAGOGIA EM CONTEXTOS NÃO-ESCOLARES

Carga horária: 60h

Ementa: Conceitos e caracterização de contextos não-escolares. Atuação do pedagogo em contextos não-escolares. Cultura(s) e propostas pedagógicas de espaços não-escolares. Educação, educação popular e movimentos sociais. Políticas e práticas de inclusão e acessibilidade em contextos não-escolares.

Objetivos:

- Identificar, conceituar e caracterizar os espaços não-escolares;
- Discutir o papel do pedagogo nos espaços não-escolares;
- Conhecer culturas e proposta pedagógicas de espaços não-escolares;
- Refletir sobre a relação entre movimentos sociais e educação;
- Conhecer e analisar políticas e práticas de inclusão e acessibilidade em contextos não-escolares.

Conteúdo Programático:

1. Conceitos e caracterização de contextos não-escolares (museus, zoológicos, jardins botânicos, ONGs, sindicatos, hospitais, clubes, empresas, movimentos sociais etc.)
2. O pedagogo em contextos não-escolares
3. A dimensão cultural das práticas educativas em espaços não-escolares

4. Propostas pedagógicas de/em espaços não-escolares e suas relações com espaços escolares
5. Educação popular e movimentos sociais
6. Políticas públicas e legislação educacional para além dos espaços escolares
7. Práticas de inclusão e acessibilidade em contextos não-escolares das diferentes áreas à diversidade dos alunos e à promoção da qualidade da educação.

Bibliografia Básica:

ARROYO. Miguel. Os movimentos sociais reeducam a educação. Educação popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos/Org: Marcia Soares de Alvarenga et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

BRASIL. Lei 13.146, de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 07 mar. 2017.

_____. Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm>. Acesso em: 07 mar. 2017.

TCC I - ORIENTAÇÃO

Carga horária: 60h

Ementa: Início do desenvolvimento de trabalho monográfico junto ao orientador. Atividade de pesquisa científica articulada à prática pedagógica: reflexão e produção do conhecimento.

Objetivos:

- Construir em conjunto com o orientador plano de trabalho de construção do trabalho de conclusão de curso;
- Eleger o tipo de trabalho de conclusão de curso relacionado ao Curso de Pedagogia obedecendo aos critérios básicos de rigor e relevância relativos aos trabalhos acadêmicos definidos pelo Curso;
- Iniciar o processo de estudo e pesquisa do trabalho de conclusão de curso.

Conteúdo Programático:

1. Fase da definição da temática e questões de estudo do trabalho de conclusão de curso.
2. Iniciar o processo de pesquisa e estudos em acordo com a temática eleita pelo aluno;
3. **Observação:** Não há bibliografia para esta disciplina, uma vez que o(a) estudante

desenvolverá seu trabalho de conclusão do curso e será orientado(a) por um(a) docente).

TCC II - ORIENTAÇÃO/DEFESA

Carga horária: 60h

Ementa: Continuação do desenvolvimento de trabalho monográfico junto ao orientador. Atividade de pesquisa científica articulada à prática pedagógica: reflexão e produção do conhecimento.

Objetivos:

- Elaborar um trabalho de conclusão de curso relacionada ao Curso de Pedagogia obedecendo aos critérios básicos de rigor e relevância relativos aos trabalhos acadêmicos;
- Apresentar o trabalho de conclusão de curso.

Conteúdo Programático:

4. Fase da construção.
5. Classificação e organização das informações, tratamento dos dados e análise;
6. Construção lógica do trabalho monográfico: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão;
7. Fase da redação final do trabalho de conclusão de curso;
8. Apresentação gráfica do trabalho monográfico: elementos do pré-texto e dos pós- texto
9. Apresentação do trabalho de conclusão de curso final.

Observação: Não há bibliografia para esta disciplina, uma vez que o(a) estudante desenvolverá seu trabalho de conclusão do curso e será orientado(a) por um(a) docente).

ANEXO 1 - ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Faz parte da proposta pedagógica do Curso de Pedagogia a realização de Atividades Acadêmicas Complementares - AAC que viabilizem percursos de aprendizagem variados e que possibilitem ao aluno autonomia na ampliação de seu universo cultural e enriquecimento de seu processo formativo, tendo como base a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Essas atividades, conforme exigência legal para a integralização do currículo (Resolução CNE/CP No 2, de 19/02/2002), são realizadas ao longo de todo o curso, perfazendo um total de 100 horas assim distribuídas:

GRUPO 1- ENSINO

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	REQUISITO PARA A ATRIBUIÇÃO DE CARGA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA PARA APROVEITAMENTO
Disciplina não curricular cursada fora do INES e disciplina de Livre Escolha.	Apresentação de histórico escolar oficial ou declaração da instituição atestando a aprovação, anexando o programa da disciplina e bibliografia.	30 horas por disciplina.
Bolsas concedidas pelo INES (monitoria, estágio interno, entre outras).	Declaração atestando a condição de bolsista durante o semestre e o tipo de bolsa e apresentação de relatório das atividades.	30 horas por semestre.
Estágios extracurriculares.	Declaração da instituição atestando a condição de estagiário e o horário do estágio e apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no semestre com o "de acordo" do orientador de estágio	30 horas por semestre.
Realização de curso regular de língua estrangeira.	Declaração do curso atestando matrícula e aprovação no módulo ou nível no semestre.	20 horas por semestre.
Desenvolvimento de material didático.	Entrega do material ou declaração de docente atestando sua realização e sua relação com o ensino da disciplina.	10 horas por semestre.
Participação em concursos de monografia.	Apresentação da monografia e declaração da instituição ou sociedade promotora do concurso.	10 horas por participação, acrescido de 10 a 30%, em caso de premiação nos três primeiros lugares.

Participação em intercâmbio ou convênio cultural aprovado pela instituição.	Declaração da instituição onde foi realizado o intercâmbio mencionado e o período de sua realização	30 horas por participação.
---	---	----------------------------

GRUPO 2 - PESQUISA

Bolsas de iniciação científica concedidas pelo INES ou por agências de fomento.	Apresentação da carta-contrato ou termo de responsabilidade do bolsista, além de relatório da pesquisa aprovado realizado referente ao semestre.	30 horas por semestre.
Desenvolvimento de pesquisa com produto final	Apresentação do produto (resenha, relatório, artigo, monografia).	10 horas por produto.
Participação em artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, capítulo de livro ou autoria de livro.	Apresentação do produto publicado no periódico, na obra coletiva ou o livro.	20 horas por artigo.
Participação em resumos e anais de Eventos Científicos publicados a partir de Congressos, Simpósios, Jornadas de Iniciação Científica e de Extensão.	Fotocópia do texto publicado pelo evento	05 horas por artigo
Apresentação de trabalho científico em eventos.	Certificado de apresentação.	10 horas por evento

GRUPO 3 - EXTENSÃO

Participação em programas e projetos de extensão.	Declaração da Coordenação de Extensão ou do responsável pelo programa ou projeto e apresentação de relatório.	30 horas por projeto.
Realização de cursos de extensão ou participação em oficinas.	Declaração ou Certificado de participação e apresentação de relatório sobre o curso/oficina.	30 horas por semestre.
Participação em congressos, seminários, fóruns, simpósios, conferências, oficinas de trabalho e similares.	Declaração ou Certificado de participação	20 horas por evento.
Apresentação de trabalho em congressos, seminários, simpósios, conferências, oficinas de trabalho e similares e participação como conferencista.	Certificado de apresentação do trabalho e declaração do organizador do evento.	15 horas por trabalho.

Participação como mediador ou debatedor em eventos acadêmicos e científicos.	Declaração ou Certificado de participação no evento.	05 horas por evento.
Organização de eventos acadêmicos, científicos, culturais	Declaração da instituição ou sociedade responsável pelo evento	15 horas por evento.
Participação em grupos de teatro ou grupos regionais reconhecidos no INES	Declaração da Coordenação de Extensão (COEXT) do DESU/INES ou do Setor responsável	10 horas por período letivo.
Representação do INES em eventos esportivos oficiais.	Declaração da Coordenação de Extensão (COEXT) do DESU/INES ou do Setor responsável	4 horas por participação.
Participação em atividades esportivas ou em competições internas do INES.	Declaração da Coordenação de Extensão (COEXT) do DESU/INES ou do Setor responsável	2 horas por período letivo.
Participação, como voluntário, em atividades de caráter humanitário e social.	Declaração da Instituição beneficiada pelo trabalho voluntário.	Até 30 horas por participação, a critério da Coordenação do Curso.

GRUPO 4

Participação em órgãos colegiados do DESU/INES ou Comissões designadas por portaria oficial.	Declaração emitida pela Direção do DESU (colegiado departamental) ou Direção do INES (conselho diretor), a partir das atas de reunião do órgão colegiado, atestando a participação e a frequência do aluno no semestre, juntamente com a Portaria indicando os membros eleitos. Portaria indicando os membros de comissão designado em órgão colegiado.	10 horas por semestre
--	---	-----------------------

Critérios de aceitação da atividade:

1. Apresentar certificado, declaração ou outro documento semelhante que ateste a participação, constando carga horária, dia, mês, ano e instituição;
2. Quando não houver possibilidade de certificação, apresentar um breve relato por escrito da atividade que assistiu e/ou participou efetivamente, demonstrando a importância para sua formação profissional; datar e assinar e colher a assinatura de um responsável pela atividade.
3. Os documentos devem ser apresentados em original e em cópia (o original será devolvido após conferência).
4. As datas de realização das AAC devem ser posteriores à data da primeira matrícula vigente do aluno no Curso de Pedagogia e anteriores à data de sua colação de grau.